

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Dissertação de Mestrado

Afirmação e contestação ao patrimonialismo: um estudo das práticas
e das representações sociais num território em transformação

Tânia Santos Coelho de Souza

Porto Alegre, março de 2006.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Dissertação de Mestrado

Afirmção e contestação ao patrimonialismo: um estudo das práticas
e das representações sociais num território em transformação

Dissertação apresentada como requisito parcial para titulação de
mestre no Programa de Pós Graduação em Sociologia, na linha de Pesquisa
Sociedade e Agricultura.

Tânia Santos Coelho de Souza

Orientador: Professor Doutor Ivaldo Gehlen

Porto Alegre, março de 2006.

“Num certo sentido, o que a sociologia faz é compreender os encontros e desencontros que há entre a situação social e consciência social. As pessoas e até os grupos sociais podem viver uma situação social problemática e adversa e, ao mesmo tempo, ter dela uma compreensão insuficiente ou mesmo equivocada. Ou podem ter dela uma compreensão apropriada, num certo sentido objetiva, o que é muito mais raro.... Equivocada ou não, é nessa consciência social que devem ser tomadas as autodefinições, as autodesignações. Aliás, a sociologia e o sociólogo não são juízes de equívocos. Sua busca investigativa vai na direção da compreensão da consciência real que mediatiza as relações sociais como relações conscientes, legitimamente interpretadas pelo próprio agente. Sem isso, as designações e classificações podem até ser objetivas, mas não corresponderão ao que a pessoa ou grupo vêem em si mesmo nem, portanto, às possibilidades que ela mesma ou ele mesmo vê na situação em que se encontra” (2002: p. 26).

José de Souza Martins

Agradecimentos

A todos aqueles que possibilitaram esta caminhada, em especial aos amigos de todas as horas, aos meus filhos, Paulo André e Pedro, e ao companheiro Paulo Augusto, pela compreensão com as ausências e a solidariedade em todas as etapas.

Ao mestre e amigo Ivaldo Gehlen, pela sabedoria e persistência na construção do conhecimento, ainda que em condições adversas.

Resumo

Este estudo situa-se no campo da sociologia rural, a partir da noção do continuum rural/urbano, articulada ao conceito de território como uma construção social que suplanta a dicotomia pela interação entre os atores e base geográfica, formando um complexo contexto sociocultural e econômico. Trata-se da análise das condições socioeconômicas e culturais em que opera a dinâmica do município de Encruzilhada do Sul, localizado no Rio Grande do Sul (Brasil), na busca de oportunidades para seus integrantes.

Esse território, nos últimos anos, passa por transformações significativas que impactam a posse e o uso da terra. São mudanças na matriz produtiva, substituindo parte da pecuária extensiva e da agricultura tradicional por grandes áreas de reflorestamento e, em menor escala, introduzindo a fruticultura e inovações na produção em pequenas propriedades.

A construção de uma tipologia de inserção dos trabalhadores na transformação territorial, baseada no vínculo de trabalho nas novas atividades, desvelou as condições em que se articularam os atores sociais para produzir modelos distintos territorialmente pelas características da posse e uso da terra, bem como os resultados decorrentes dessas condições.

As conclusões deste estudo indicam que a exploração de atividades econômicas tradicionais e a introdução de novas atividades aparentemente sob uma lógica racional estão reproduzindo o patrimonialismo nas relações sociais e de poder. Por outro lado, as transformações protagonizadas pelos trabalhadores locais na posse e uso da terra, que, pelas suas características, se contrapõem ao modo de exploração e uso tradicionais, reconfiguram as representações sociais, apontando para a construção de um território mais sustentável econômica, social e ambientalmente.

Ao correlacionar processos econômicos e processos simbólicos em contextos de transformações territoriais, este estudo apresenta-se como mais uma contribuição no debate que ora se estabelece no sul do Brasil a respeito da mudança da matriz produtiva e do desenvolvimento territorial.

Abstract

This study is situated in the field of Rural Sociology, considering the notion of urban/rural continuum, articulated with the concept of territory as a social construction that overweighs the dichotomy for interaction between the actors and the geographical basis, thus forming a complex social-cultural economic context. It consists of the analysis of the social-economic, cultural conditions in which the dynamic of Encruzilhada do Sul county, localized in Rio Grande do Sul (Brazil), operates in an attempt to find work opportunities for its integrants.

Over the last years, this territory has gone through significant changes that have had impact on both the possession and the use of land. There have been changes in the productive matrix, with the replacement of part of the extensive cattle breeding and traditional agriculture for large reforesting areas and, in a smaller extent, with the introduction of fruit production and innovations in the production of small properties.

The construction of a typology of insertion of workers in the territorial transformation, based upon the kind of work link in the new activities, has unveiled the conditions in which the social actors have been articulated so as to produce territorially distinct models as to the characteristics of the possession and use of land, as well as the results derived from those conditions.

The conclusions of this study have pointed out that both the exploitation of traditional economic activities and the introduction of new activities, apparently under a rational logic, have been reproducing patrimonialism in social and power relations. On the other hand, the changes conducted by local workers in the possession and use of land, which, due to their characteristics, oppose the traditional model of exploitation and use, reshape social representations, pointing to the construction of a more economically, socially and environmentally sustainable territory.

By correlating economic processes and symbolic processes in contexts of territorial transformations, this study may contribute towards the debate that has been established in the southern Brazil over the change of the productive matrix and the territorial development.

Índice

Introdução	01
1. O patrimonialismo no contexto analítico	11
2. Formação social do território.....	23
2.1. Identidades construídas na apropriação e uso da terra.....	23
2.1.1. O Conflito do Faxinal.....	27
2.1.2. O Muro da Vergonha.....	31
2.1.3. Propostas inovadoras e preocupações ambientais nos anos 60	32
2.2. A identidade contestada e os mecanismos de reafirmação	34
2.2.1. Década de 90: a implantação dos assentamentos da reforma agrária	35
2.2.2. Trabalho em situação análoga à escravidão no reflorestamento: (in)visibilidade do trabalhador	42
2.2.3. A reação cultural à contestação da identidade: o gaúcho reafirma-se	44
2.2.4. A reação econômica: disputa e apropriação das novas oportunidades	47
3. Transformações territoriais	52
3.1. Dados sociodemográficos preliminares	52
3.2. Mitos e realidades: as novas ocupações e usos do território	56
3.2.1. Reflorestamento: “caderneta de poupança” do pequeno e do grande	56
3.2.2. A safra de melancia e a polêmica falta de aptidão do trabalhador local.	65
3.2.3. Programa de Incentivo à Fruticultura e práticas patrimonialistas	72
3.2.4. Oportunidades restritas: “Isso não é para qualquer um”	76
3.3. Ampliação das chances de vida	79
4. Trabalhadores na transformação territorial	84

4.1. Caracterização da amostra	84
4.1.1. Dados sociodemográficos dos entrevistados	85
4.2. Territorialização dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho	90
4.3. Percepção sobre as chances de vida	99
4.4. Dinâmicas Ambientais	105
4.5. Síntese da situação de inserção atual dos trabalhadores nas novas dinâmicas	110
5. A ambivalência na construção de novas identidades territoriais	114
5.1. Entre a tradição e o futuro	114
5.2. As novas versões das velhas relações patrimonialistas	119
5.3. Possibilidades e limites de contestação ao patrimonialismo	123
Referências Bibliográficas	125
Apêndice A – Relação de entrevistas realizadas.....	129
Apêndice B – Questionário para pesquisa de campo	130
Anexo A - Atas da Câmara de Vereadores de Encruzilhada do Sul- 1949.....	136
Anexo B - Atas da Câmara de Vereadores de Encruzilhada do Sul- 1959.....	139
Anexo C - Ata do Conselho de Desenvolvimento Rural de Encruzilhada do Sul- 1988.....	143
Anexo D – Reportagens do Jornal do Sudeste e do Jornal 19 de Julho	147

Lista de Quadros

Quadro 01 - Assentamentos da reforma agrária por ano da instalação, distância da sede, área e número de famílias em Encruzilhada do Sul/RS	40
Quadro 02 – Assentamentos na metade norte e na metade sul do Rio Grande do Sul.....	40
Quadro 03 – Entidades tradicionalistas no Rio Grande do Sul e em Encruzilhada do Sul/RS	45
Quadro 04 – Entidades tradicionalistas no Rio Grande do Sul e em Encruzilhada do Sul/RS	46
Quadro 05 – Associações e entidades comunitárias de Encruzilhada do Sul/RS	50
Quadro 06 – Fruticultura por variedades e área ocupada em Encruzilhada do Sul/RS	76

Lista de Figuras

Figura 01 – Localização do Estado do Rio Grande do Sul no mapa do Brasil	06
Figura 02 – Localização do município de Encruzilhada do Sul no mapa do Estado do Rio Grande do Sul e Mapa de Encruzilhada do Sul.....	06
Figura 03 – Mapa do município de Encruzilhada do Sul	07
Figura 04 - Imagem de satélite de Encruzilhada do Sul.	07
Figura 05 – Manchete do jornal Última Hora	30
Figura 06 – Placa na entrada do Sindicato Rural de Encruzilhada do Sul/RS	39
Figura 07 – Mato de acácia dentro dos limites urbanos em Encruzilhada do Sul/RS	64
Figura 08 – Passeata do Dia do Meio Ambiente - Porto Alegre, 05/06/2005	64
Figura 09 – Saguão do Aeroporto Salgado Filho – Porto Alegre/RS	78
Figura 10 – Solidariedade familiar – Feira do Produtor de Encruzilhada do Sul/RS	81
Figura 11 – Identificação com a produção – Feira do Produtor de Encruzilhada do Sul/RS	82
Figura 12 – Um típico banheiro, sem teto e com esgoto direto na sanga – Vila da Fonte	92
Figura 13 – Pátios individualizados na Vila da Fonte - Encruzilhada do Sul/RS	94
Figura 14 – Esgoto canalizado jogado na sanga – Encruzilhada do Sul/RS	111

Lista de Tabelas

Tabela 01: Distribuição por local de residência da população urbano/rural – Encruzilhada do Sul e Rio Grande do Sul	53
Tabela 02 - Número de árvores existentes, por espécie, no Rio Grande do Sul e em Encruzilhada do Sul/RS -1996	54
Tabela 03: Perfil do aproveitamento da área do município de Encruzilhada do Sul/RS.....	54
Tabela 04 - Sexo dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS – 2005	85
Tabela 05 - Estado civil dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS – 2005	87
Tabela 06 – Faixa etária dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS – 2005	88
Tabela 07 – Renda dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS – 2005	88
Tabela 08 – Escolaridade dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS – 2005	89
Tabela 09 – Localidade de moradia dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS – 2005	91
Tabela 10 - Percepção sobre qualidade de vida dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS – 2005	93
Tabela 11 – Situação da residência atual dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS – 2005	93
Tabela 12 – Característica do local de residência dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS – 2005	95
Tabela 13 – Bens acessados pelos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS – 2005	96
Tabela 14 – Percepção dos trabalhadores sobre a renda familiar por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS – 2005	96
Tabela 15 – Aspectos de saúde dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS – 2005	97
Tabela 16 – Saúde odontológica dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS – 2005	98
Tabela 17 – Origem dos alimentos consumidos pela família dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS – 2005	99
Tabela 18 – Classificação do nível de qualidade de vida atribuída pelos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS – 2005	100
Tabela 19 - Série histórica do IDH Encruzilhada do Sul/RS	101
Tabela 20 - Identificações auto-atribuídas pelos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS - 2005	101
Tabela 21 – Preferência de local de residência para filhos homens dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS – 2005.....	103

Tabela 22 – Preferência de local de residência para filhas mulheres dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS – 2005	103
Tabela 23 – Aplicação de disponibilidades financeiras, em primeira opção, definidas pelos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS – 2005	104
Tabela 24 – Aplicação de disponibilidades financeiras, em segunda opção, definidas pelos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS – 2005	104
Tabela 25 – Participação de trabalhadores nos rodeios crioulos e Festivais da Ovelha por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS – 2005	105
Tabela 26 – Separação do lixo pelos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS – 2005	106
Tabela 27 – Destino do lixo informado pelos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS – 2005	106

Introdução

A chamada metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, nas últimas décadas, tem sido objeto de preocupação de gestores públicos pelo aparente empobrecimento da região globalmente, em geral atribuída à estagnação das atividades econômicas desse território. Entre os fatores apontados para tal estagnação, cita-se o traço cultural caracterizado pelo perfil conservador e patrimonialista predominante na sociedade local, supervalorizando o patrimônio imóvel em detrimento da produção e da produtividade. Com isso, perdem-se competitividade e, por conseqüência, oportunidades de desenvolvimento.

A análise da organização social e econômica desse território traz consigo, implícita, a comparação com a metade norte do Rio Grande do Sul, cuja principal distinção está no tipo de colonização, responsável pelos padrões diferenciados de posse e uso da terra. Aí predomina a colonização por imigrantes europeus ou seus descendentes diretos, que importaram a cultura e a economia de tipo familiar, caracterizada pela pequena e média propriedades. Essa característica traduz-se pela diversificação de atividades econômicas e pelo empreendedorismo dos seus integrantes. Essa dinâmica territorial propiciou o desenvolvimento de agroindústrias, em cujo bojo se engendrou um importante pólo industrial metal-mecânico, além de forte da indústria de transformação de matérias primas agrícolas, de vestuário, entre outras.

A organização econômica do outro território, o sul do Estado, baseou-se na terra como patrimônio, ou seja, a posse de grandes propriedades de terra, com seu uso sustentado pela pecuária extensiva, secundada por uma insipiente agricultura com métodos tradicionais. A estrutura da organização social predominante reproduziu os padrões de dominação em que a figura do proprietário da terra coincide ou se assemelha com a dos chefes militares. Com a fundamentação do poder na terra, delineia-se uma identidade territorial marcada pelo patrimonialismo nas suas relações.

Nos últimos anos, esse território tem passado por transformações significativas, com impacto sobre a posse e o uso da terra, ao introduzirem-se mudanças na matriz produtiva, substituindo-se parte da pecuária extensiva e da agricultura tradicional por grandes áreas de reflorestamento e, em menor escala, pela fruticultura, com inovações na produção de pequenas propriedades.

Essas transformações adquiriram visibilidade não só pela profunda mudança da paisagem rural, como também pelo debate público instaurado, sobretudo a partir das questões econômicas, ambientais e sociais. Nesse debate, o governo, analistas econômicos e ambientalistas avaliam os impactos dessa nova realidade. Os anúncios de novos investimentos de porte considerável, incluindo a compra de extensas áreas para reflorestamento por grandes grupos econômicos, como a Stora Enso¹, alimentam a polêmica sobre os rumos dessas transformações.

Por parte do governo, os argumentos são de que os investimentos dessas empresas vão revitalizar este território, gerando entre 1.000 e 1.500 empregos na região. Outro ponto que entusiasma o setor governamental é a possibilidade de instalação de, pelo menos, duas grandes fábricas para branqueamento da celulose e produção de papel.

Os argumentos dos ambientalistas, que podem ser sintetizados pela posição da Organização Não-Governamental Núcleo Amigos da Terra/Brasil², contestam as vantagens econômicas e apontam os prejuízos ambientais. Seu principal argumento é que cada emprego criado tem um custo de 116 mil reais, tanto pelos incentivos fiscais quanto pelo uso da estrutura de órgãos públicos para fomentar e dar suporte técnico à atividade, sendo que a receita média gerada ao produtor oscila entre apenas R\$ 87,00/ha/mês, no caso do eucalipto, e R\$ 62,00/ha/mês, no caso da acácia-negra. O que esses

¹ A Stora Enso é uma empresa sueco-finlandesa que anunciou, em setembro de 2006, o investimento de US\$ 50 milhões na aquisição de 50 mil hectares para o plantio de eucaliptos na região. Essa empresa é líder no mercado de papel, cartão e produtos florestais no mundo e, além do investimento no território brasileiro, planeja comprar outros 50 mil hectares no Uruguai. Entre os dois países, a área de eucalipto será de 100 mil hectares, havendo também a possibilidade de instalação de fábricas de celulose e de papel nos dois países.

² Informações acessadas em dezembro/2005, no site www.agenciartamaior.uol.com.br, intitulada "Monocultura do eucalipto avança no RS e ameaça biodiversidade", de autoria de Marco Aurélio Weissheimer, publicada em 15/10/2005.

ambientalistas questionam, além do que se refere aos prejuízos relacionados à biodiversidade, é qual o público alvo que está sendo beneficiado com esses investimentos. Esse debate, embora se apresente na mídia como de caráter regionalizado, é parte integrante de uma agenda global pela sua interligação com a questão da sustentabilidade ambiental, da compra dos créditos de carbono³ e da polêmica expansão de grandes áreas de monocultura, apontadas como uma das causas das mudanças climáticas.

Essas dinâmicas, pelas suas características inovadoras e pela forma diferenciada de gerenciar a posse e o uso da terra, em tese, estão transformando também as relações e a organização social e, conseqüentemente, impactando a identidade territorial. Por outro lado, as novas atividades não se impõem de forma hegemônica. Entre as reações a essa tendência, situam-se as ações desenvolvidas por pequenos agricultores, muitos deles ligados ao Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, que buscam diversificar a produção e delimitar um espaço de sobrevivência para a pequena propriedade.

Várias questões apresentam-se como desafios de estudo, das quais, se podem destacar: qual o sentido que orienta as relações que estão se (re)constituindo nesse território? Quais as diferentes representações sociais sobre a posse e uso da terra para os diferentes atores sociais? Que impacto produzem essas transformações na identidade territorial e nas relações sociais de classes tradicionais? Que impactos geram sobre o patrimonialismo?

O objeto de análise deste estudo situa-se no impacto que essas transformações produzem sobre as relações patrimonialistas vigentes no território, dadas as novas condições em que estão operando suas dinâmicas na construção de oportunidades de vida, na posse e uso da terra e nas representações sociais que estão mediando as transformações, sob o ponto de vista da sustentabilidade ambiental, social e econômica.

³ O Protocolo de Kyoto determina que países desenvolvidos reduzam a emissão de gases causadores do efeito estufa (GHG). Para tanto, estabelece uma redução de GHGs da ordem de 5% em relação ao emitido em 1990, sendo que os países que assinaram o Tratado têm até 2008 para implementar esses projetos e até 2012 para comprovar a redução. Para tanto, foram criados mecanismos de flexibilização através dos quais os países ricos podem promover a redução fora de seu território. Essa alternativa ficou conhecida como Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), sendo a negociação de créditos de carbono sua forma transacional.

Buscando responder essas questões, foram definidos como objetivos desta pesquisa:

- a) Identificar a dinâmica em curso na posse e uso da terra no território.
- b) Identificar o conflito de representações sociais sobre a posse e uso da terra.
- c) Identificar os mecanismos de decisão e expressão do poder no território e seu impacto nas relações patrimonialistas.
- d) Analisar, a partir da organização do poder, a sustentabilidade do território.

A tradição agropastoril e o contexto cultural em que se desenvolvem os processos socioeconômicos desse território têm apresentado, ao longo do tempo, características patrimonialistas na sua organização social. No entanto, há evidências de que esse modelo não é hegemônico, registrando-se práticas inovadoras e transformadoras das representações sociais sobre a posse e o uso da terra.

A formulação das hipóteses levou em consideração que a expansão de determinadas culturas presentes no território demandam, além de capital financeiro expressivo⁴, novas racionalidades, o que influencia de forma significativa na posse e no uso da terra. As diferentes possibilidades de uso e posse da terra impactam diversamente as relações e, conseqüentemente, a organização social.

1) A expansão de atividades econômicas tradicionais e a introdução de novas, aparentemente sob uma lógica racional, estão reproduzindo o patrimonialismo nas relações sociais e de poder.

2) As transformações protagonizadas pelos trabalhadores locais na posse e uso da terra que, pelas suas características, se contrapõem

⁴ A implantação de áreas de fruticultura em escala comercial, assim como a atividade de reflorestamento, exige investimentos cujo retorno se concretiza em médio prazo, o que pressupõe a existência de reservas financeiras para implantação e manutenção desses novos empreendimentos.

ao modo de exploração e uso tradicionais reconfiguram as representações sociais, apontando para a construção de um território mais sustentável econômica, social e ambientalmente.

O que se propõe, neste estudo, é apresentar, através da análise de um território exemplar, os impactos dessa mudança de matriz produtiva na sociedade e na identidade territorial. Nesse sentido, busca-se questionar o pressuposto de que as transformações econômicas por si só reorganizam territórios, gerando novos padrões de relações sociais; a partir desse questionamento, espera-se complexificar e enriquecer o debate sobre o tema. Trata-se de ampliar o debate no nível acadêmico, mas também de subsidiar os formuladores de políticas públicas, incluindo outras dimensões importantes nesse processo.

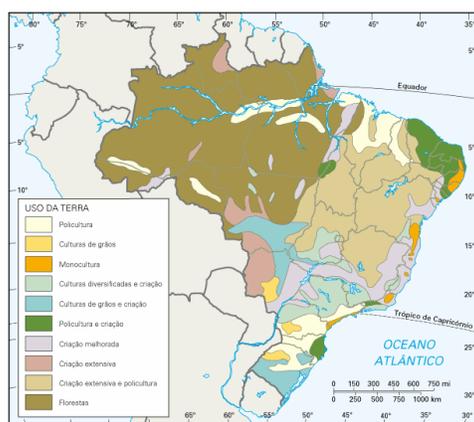
A presença do patrimonialismo ainda hoje na sociedade brasileira foi analisada em pesquisa realizada no ano de 2000⁵ no Rio Grande do Sul. A pesquisa teve como base de análise os requerimentos apresentados como defesas em processos administrativos de condutores de veículos, notificados por infrações de trânsito. Constatou-se que, independentemente de quaisquer características pessoais dos entrevistados (poder aquisitivo, sexo, local de moradia, idade, etc.), o núcleo discursivo da argumentação era de cunho essencialmente patrimonialista, construído e legitimado socialmente. A partir desse trabalho, houve o interesse em investigar as novas reconfigurações que o patrimonialismo assume em diferentes searas do cotidiano.

A escolha do município de Encruzilhada do Sul (Brasil/RS) para referenciar empiricamente este estudo levou em consideração as dinâmicas de posse e uso da terra, a introdução de novas atividades e a expansão de atividades tradicionais sob racionalidades diversas, afetando as relações e interferindo na identidade territorial.

⁵ Trabalho de conclusão de autoria de Tânia Santos Coelho de Souza, apresentado no curso de graduação em Ciências Sociais na UFRGS em 2000, intitulado *Recorrentes Brasileiros, Relatores Ingleses, Estado Ambivalente: uma análise dos recursos contra multas de trânsito no RS – 2000*.

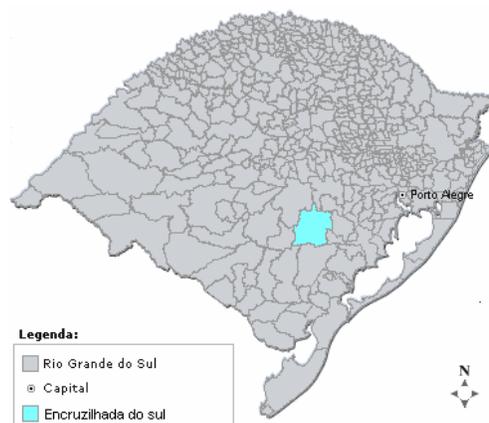
Em razão das limitações de tempo e de recursos⁶ para aprofundamento, optou-se por delimitar um universo “exemplar” caracterizado por um município que apresenta o conjunto das principais transformações territoriais que impactam a “metade sul”⁷. O município de Encruzilhada do Sul passa por profundas transformações na forma da posse e uso da terra⁸, e suas práticas e discursos constituem fonte fértil de observação da manutenção ou recriação de uma identidade com traços patrimonialistas.

Figura 1 – Localização do Estado do Rio Grande do Sul no mapa de uso da terra do Brasil



Fonte: Disponível <<http://www.guianet.com.br/brasil/mapausodaterra.htm>>, acesso em 08/03/2006.

Figura 2 – Localização do município de Encruzilhada do Sul no mapa do Estado do Rio Grande do Sul



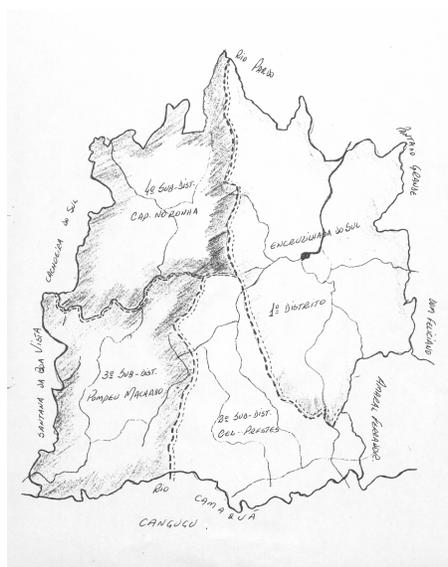
Fonte: Disponível www.fee.tche.br, acesso em 23/02/2006.

⁶ Os recursos financeiros da pesquisa foram suportados pela pesquisadora, que manteve, durante o período do Mestrado, seu vínculo e carga horária de trabalho.

⁷ A divisão do Estado em metades norte e sul é uma simplificação que não leva em consideração a complexidade e heterogeneidade de cada território. Portanto, a leitura destes termos deve ser relativizada, sendo compreendida apenas como uma opção didática para melhor situar o leitor.

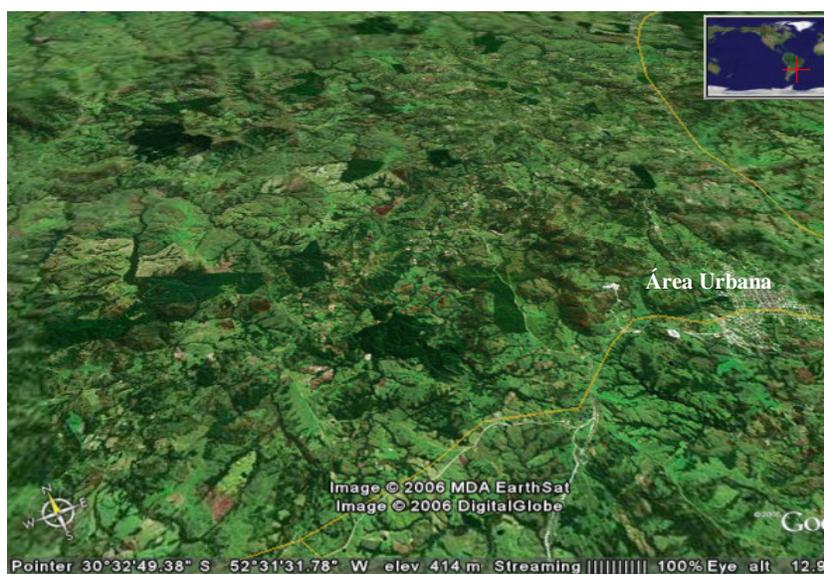
⁸ Como exemplo dessas transformações, na figura 04 são visualizadas as áreas de reflorestamento, representadas pelos pontos mais escuros no relevo.

Figura 3 – Mapa do município de Encruzilhada do Sul



Fonte: Relatório da Emater de 1998.

Figura 04 – Imagem de satélite de parte do município de Encruzilhada do Sul



Fonte: Disponível <Google Earth>, acesso em 23/02/2006.

A concepção metodológica deste estudo baseia-se no método racional-compreensivo weberiano: identificam-se as ações sociais e busca-se compreendê-las e interpretá-las através das conexões de sentido atribuídas pelos agentes, explicando o curso e os efeitos dessas ações nas

transformações territoriais. Os conceitos utilizados foram selecionados por um critério instrumental, com o objetivo de responder o problema de pesquisa. Têm como função orientar o pesquisador a partir da perspectiva teórica, quando este correlaciona as dimensões de sua análise, uma vez que a complexidade da realidade impõe a definição de um recorte.

O patrimonialismo é um conceito weberiano, incorporado na sociologia brasileira, compreendido a partir de um conjunto de práticas relacionadas ao clientelismo, personalismo, indistinção da esfera pública e privada e capitalismo politicamente orientado, em que o Estado é um instrumento de defesa dos interesses daqueles que o controlam, pertencentes ao que Faoro denominava como camada estamental. Nesse contexto, a dominação decorre da tradição, em que a aceitação da vontade de quem domina decorre da regra “assim é, porque assim sempre foi”, legitimando-se e reproduzindo-se através das práticas e das representações sociais.

O conceito de território percebe o universo empírico como uma construção social que suplanta a dicotomia rural/urbano pela interação entre os atores e base geográfica, formando um continuum, abarcando a complexa trama de relações sociais e as formas de apropriação e do exercício do poder delas decorrentes, sendo impactado na sua sustentabilidade por essa cultura patrimonialista. As representações sociais, nesse contexto, constituem-se nas conexões de sentido que os indivíduos constroem no plano mental, a partir da sua interação com os demais, face à realidade em transformação.

Foram utilizadas diferentes técnicas de coleta dos dados, o que, em linhas gerais, observou o preconizado por Lefebvre (In MARTINS, 1981, p. 173) a respeito da pesquisa sociológica: utilizar técnicas auxiliares com prudência (observação participante, entrevistas, questionários, estatísticas) e valer-se dos métodos descritivo, analítico regressivo – análise da realidade descrita, datando-a com precisão – e histórico-genético – estudo das modificações descritas causadas pelo desenvolvimento ulterior e subordinado às estruturas do conjunto.

As fontes documentais compõem-se de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, da Fundação de Economia e Estatística e de fontes municipais, como jornais locais, atas da Câmara de

Vereadores e material bibliográfico de historiadores locais. Elas possibilitaram resgatar e analisar os principais determinantes na construção da identidade territorial, pois expressam os valores vigentes, a cada época, naquele território. Os dados primários e secundários cumprem a função de traçar o perfil sociodemográfico do território nos diferentes momentos.

A construção de uma tipologia, a partir da observação de campo preliminar, baseada no tipo de vínculo com que os trabalhadores se inserem nas novas atividades, permitiu a composição de uma seleção para a realização de entrevistas por questionário estruturado. O objetivo foi identificar os impactos nas relações e na organização social e, conseqüentemente na identidade territorial, através das condições em que esses trabalhadores se incluem no processo de transformação territorial.

O questionário estruturado observou, na sua elaboração, a distribuição, as tradicionais questões relativas aos dados sociodemográficos, as questões relativas à posse e ao uso da terra, a consciência ambiental e o uso de recursos naturais, bem como as percepções e perspectivas sobre as transformações territoriais.

Foram entrevistados 20 trabalhadores para cada tipo de vínculo com o trabalho nas novas atividades, totalizando 60 entrevistas, assim distribuídas: trabalhadores com vínculo de trabalho formal; trabalhadores com vínculo precário e trabalhadores autônomos que desenvolvem atividades artesanais de natureza variada, todos em novas atividades econômicas ligadas à terra. Para cada tipo de vínculo com o trabalho nas novas atividades, entre os 20 entrevistados, selecionaram-se aleatoriamente alguns para uma entrevista orientada por um roteiro, objetivando principalmente captar as representações sociais.

Complementarmente, foram realizadas entrevistas, algumas formais e gravadas, outras formais e sem gravação (por solicitação do entrevistado) e outras informais (por razões circunstanciais). Nesse universo, incluem-se as entrevistas com o Prefeito e alguns dos secretários, com três técnicos responsáveis por atividades de extensão rural, duas entrevistas com cidadãos engajados politicamente na oposição na década de 1950, uma

entrevista coletiva com dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e nove entrevistas com trabalhadores em diferentes tipos de vínculo.

A listagem dos entrevistados omite alguns nomes, informando apenas a profissão ou vinculação do entrevistado com o tema, isso porque a não-identificação foi acordada durante o trabalho em campo. Esta análise resgata também, como suporte às técnicas utilizadas, as observações realizadas durante a pesquisa exploratória (2004) e o trabalho em campo (2005), bem como as várias conversas informais com trabalhadores durante esse período.

A disposição dos capítulos, dentro da proposta de uma perspectiva sincrônica, utiliza uma metodologia de apresentação que prioriza determinados acontecimentos, considerados simbólicos, centrando-se no ápice de um processo que resulta numa contestação e reelaboração dos paradigmas vigentes no território e nas dimensões analíticas propostas: social, econômica e ambiental.

O primeiro capítulo introduz as categorias que orientaram a perspectiva analítica deste estudo e objetiva apresentar ao leitor, de forma mais detalhada, os autores referenciais.

O segundo capítulo reconstrói histórica e socialmente a posse e o uso da terra, a partir da década de 1950 até o final da década de 1980, sendo que as fontes documentais foram as predominantemente utilizadas.

O terceiro capítulo resgata as dinâmicas territoriais a partir do final da década de 1980, o que inclui os processos de introdução dos assentamentos da reforma agrária e aspectos importantes da mudança da matriz produtiva, baseando-se nos depoimentos obtidos através das entrevistas gravadas e fontes documentais.

O quarto capítulo apresenta a situação atual no território com relação às novas atividades, traçando um perfil dos trabalhadores a partir do seu vínculo de trabalho nas novas atividades, através dos dados obtidos nas entrevistas por questionários estruturados e dos registros do diário de campo.

O quinto capítulo traz a análise sobre o impacto do patrimonialismo na sustentabilidade social, econômica e ambiental do território, bem como os limites e possibilidades das conclusões deste estudo.

1. O patrimonialismo no contexto analítico

Este capítulo apresenta as categorias analíticas que orientaram o processo de pesquisa e análise dos dados, referindo-se aos autores e principais conceitos. Objetiva situar, a partir da sociologia, a perspectiva teórica proposta.

Weber é o autor referencial na orientação deste estudo. No seu entendimento, a sociologia é “[...] uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos” (2004, p. 3). A ação social, nessa perspectiva compreensiva, relaciona-se com o sentido subjetivo, isto é, o sentido visado pelo agente, orientado em relação ao comportamento dos outros. Os limites entre a ação com sentido e o comportamento reativo – em que não há uma relação de sentido subjetivo – são inteiramente fluídos, e a ação puramente tradicional situa-se na fronteira entre ambos.

Na teoria weberiana, também se compreende que

toda ação [...], particularmente a relação social, pode ser orientada [...] pela representação da existência de uma ordem legítima. A probabilidade de que isto ocorra de fato chamamos “vigência” da ordem em questão (WEBER,2004, p.19).

No caso da ação tradicional, a vigência legítima é atribuída a uma ordem, pelos agentes, “do que sempre assim foi” (WEBER, 2004, p.22). A ação tradicional relaciona-se com um tipo específico de dominação, a patrimonial, que se “exerce em virtude do pleno direito pessoal” (WEBER, 2004, p.152). Para Weber, o que é decisivo nessa terminologia, é “o fato de que os direitos senhoriais e as correspondentes oportunidades, de todas as espécies, são em princípio tratados da mesma maneira que as oportunidades privadas” (WEBER,2004, p. 155).

O conceito de patrimonialismo foi usado pela primeira vez no Brasil por Holanda, em 1936, na obra *Raízes do Brasil*, em que definiu o “homem cordial”. Significava que a sociedade brasileira, desde a origem, não fazia distinção entre as esferas pública e privada, estabelecendo relações com um Estado de natureza patrimonial. O funcionário patrimonial, na análise desse autor, definia-se como um personagem que exercia suas funções públicas como se gerenciasse os assuntos de sua esfera privada:

[...] a própria gestão política apresenta-se como assunto do seu interesse particular; as funções, empregos e os benefícios que deles auferir, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização de funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas ao cidadão (HOLANDA, 1973, p.106).

Posteriormente, Raymundo Faoro, na clássica obra *Os Donos da Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*, publicada em 1958, detalha aspectos sobre o funcionamento do patrimonialismo no Brasil:

Sobre a sociedade, acima das classes, o aparelhamento político - uma camada social, comunitária, embora nem sempre articulada, amorfiza muitas vezes - impera, rege e governa, em nome próprio, num círculo impermeável de comando. Esta camada muda e se renova, mas não representa a nação, senão que, forçada pela lei do tempo, substitui moços por velhos, aptos por inaptos, num processo que cunha e nobilita os recém-vindos, imprimindo-lhes os seus valores (FAORO, 2001, p.824).

Nessa perspectiva, o acesso às novas oportunidades econômicas é limitado por essa camada social, que, conforme sustenta Faoro, faz com as formações sociais alianças de interesses. Estas constituem-se, “para a estrutura patrimonial estamental, pontos de apoio móveis, valorizados aqueles que mais a sustentam, sobretudo capazes de lhes fornecer os recursos financeiros para a expansão” (FAORO, 2001, p. 826).

A relação com o mundo exterior no patrimonialismo é realizada pelo estamento, que media o contato com as novas forças sociais, assentando sua legitimidade “no tradicionalismo - assim é, porque sempre foi” (FAORO, 2001, p. 832). A categoria estamental, em contato com novas forças sociais, “as amacia, domestica, embotando-lhe a agressividade transformadora, para incorporá-las a valores próprios,

muitas vezes mediante a adoção de uma ideologia diversa, se compatível com o esquema de domínio” (FAORO, 2001, p. 834).

O debate na sociologia brasileira sobre o patrimonialismo está, grosso modo, dividido em duas vertentes. Vianna (2005), pronunciando-se no “Seminário Internacional Max Weber”, sintetiza esse debate afirmando que a primeira corrente, hegemônica nas Ciências Sociais, representada nas obras de Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda e Roberto DaMatta, apresenta uma interpretação da realidade brasileira que aponta o atraso como resultante de um vício de origem, em razão da colonização à que fomos sujeitos, a chamada herança do patrimonialismo ibérico.

A outra vertente, cujos autores mais significativos são Florestan Fernandes, Maria Silvia Carvalho Franco e José Murilo de Carvalho, ainda segundo Vianna(2005), faz o “deslocamento da inquirição sobre a causa do nosso atraso para o terreno das relações sociais e do impacto da natureza patrimonial dela sobre um Estado, em sua concepção original, de extração moderna”.

Ambas as correntes admitem a adequação do conceito para análise da realidade brasileira; o foco da divergência é o seu conteúdo determinista ou relativizado. O patrimonialismo, base da análise desses autores, consubstancia-se num conjunto de práticas, como clientelismo, personalismo, compadrismo, a indistinção da esfera pública e privada e pelo capitalismo politicamente orientado, onde o Estado é um instrumento para defender os interesses dos que o controlam, e que ainda hoje apresenta traços preponderantes no território em estudo.

O conceito de poder, nessa perspectiva, relaciona-se não só com a posse e a habilidade de usar os recursos disponíveis, mas também com uma relação assimétrica e capaz de gerar uma visão de mundo no território, a partir dos discursos e da prática de uma camada que se auto-intitula e se legitima como líder. É nesse sentido que se pode compreender a relação entre o conceito de poder e o patrimonialismo.

Há uma distinção entre o conceito de poder e o de dominação na teoria weberiana, sendo que o poder “significa toda a probabilidade de impor

a própria vontade numa relação social” (WEBER, 2004, p.33), enquanto a dominação é definida “como a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas” (WEBER, 2004, p. 139) e depende da crença na sua legitimidade.

A definição do limite entre a imposição e a aceitação da vontade de um grupo dominante através de suas lideranças delimita também a perspectiva analítica. A hipótese que busca explicar as condições em que se desenvolvem as dinâmicas territoriais considera que, sendo o território construído socialmente, as relações nele estabelecidas, dada a forte tradição, nos permitem compreendê-lo não como fruto de imposição de vontades, mas de dominação pela tradição.

Conforme Weber, a dominação tradicional é baseada em relações de fidelidade e “costuma atuar sobre as formas de gestão econômica, em primeiro lugar e de modo muito geral, mediante um certo fortalecimento das idéias tradicionais” (WEBER,2004, p. 156). Para esse autor, a dominação patrimonial está, na sua gênese, orientada pela tradição.

Os efeitos na sociedade brasileira da herança patrimonialista também foram objeto de estudo de Martins, que dedicou uma obra ao assunto – denominada, sugestivamente, de *O Poder do Atraso*. O autor constata a resistência para estabelecer na consciência social a distinção entre público e privado. Em suas palavras, sempre foi “uma distinção relativa ao direito de propriedade e não relativa aos direitos da pessoa” (MARTINS, 1994, p.22).

É nesse sentido que Campante define o termo “patrimonialismo”:

Patrimonialismo é a substantivação de um termo de origem adjetiva: patrimonial, que qualifica e define um tipo específico de dominação, sendo a dominação um tipo específico de poder, representado por uma vontade do dominador que faz com que os dominados ajam, em grau socialmente relevante, como se eles próprios fossem portadores de tal vontade (CAMPANTE,2003, p. 3).

Esse quadro teórico permite-nos perceber as dinâmicas que ocorrem em Encruzilhada do Sul, onde há novas formas de posse e uso da terra que, em tese, se contraporiam ao modelo tradicional de organização

territorial. Junto à pecuária extensiva e à agricultura tradicional, ascendem extensas áreas de reflorestamento, fruticultura comercial, assentamentos da reforma agrária e iniciativas artesanais de pequenos e médios agricultores.

A introdução de novos capitais aparentemente transformou as relações sociais no território. A posse da terra, antes funcionando mais como distinção e indicação de um lugar social privilegiado, passa a ter importância econômica e valoriza-se sobremaneira. Isso engendra transformações nas relações de poder e redefine estratégias. Ianni ajuda-nos a pensar nessas questões quando afirma que:

É no processo de trabalho que o homem entra em intercâmbio com a terra, apropriando-se dela. A terra transforma-se em uma vasta despensa de meios de vida e imenso arsenal de instrumentos de trabalho, na medida em que é inserida no processo de produção. Portanto, a produção capitalista só sabe desenvolver a técnica e a combinação da produção minando, ao mesmo tempo, as duas fontes originais de toda a riqueza: a terra e o homem (IANNI, 1984, p. 189).

Isso é verdadeiro, por exemplo, para a atividade de reflorestamento, que vem desalojando trabalhadores que moravam e retiravam o necessário para sua subsistência nas terras agora ocupadas com essa atividade. Pela característica de produção do reflorestamento, há ocupação de mão-de-obra intensiva em determinados ciclos, alternando-se com períodos significativos em que não há trabalho. Assim, a terra que antes era também local de moradia hoje é só lugar de trabalho eventual.

Essa dinâmica territorial gerou um processo de reorganização social e econômica, perceptível principalmente pela ampliação e criação de vilas populares e pela mudança da matriz produtiva no campo. Nesse processo, os atores sociais inserem-se de maneira desigual, de acordo com os recursos de que dispõem.

Ribas (2004), participando de um projeto denominado PROINTER, pesquisou a realidade socioeconômica de Encruzilhada do Sul, município incluído na seleção pelo grau de pauperização, desenvolvendo uma análise baseada na teoria das capacitações sociais e individuais. Sintetizando, esse autor atribui à problemática municipal as estruturas sociais e políticas conservadoras que predominaram ao longo do tempo, reforçando seu ponto de

vista com dados econômicos e entrevistas com lideranças locais. No mesmo sentido, com relação às conclusões, vai o estudo desenvolvido por Freitas (1998) a respeito da renda do município.

A perspectiva analítica deste estudo não se propõe a refutar essas abordagens, mas partir do conhecimento consensuado – a identidade conservadora do território, em que a propriedade sempre se sobrepôs ao trabalho – para compreender de que forma tal território, ao ser impactado por transformações, reelabora e reafirma sua identidade, identificando os limites e possibilidades do ponto de vista de sua sustentabilidade.

A constatação de que há um conflito de modelos de organização da produção em que a propriedade da terra possui um valor relevante aparentemente parece direcionar-nos para o entendimento da realidade desse território a partir da perspectiva marxista do conflito de classe. No entanto, essa possível hipótese não apresentou evidências empíricas numa observação preliminar.

O conflito, quando adquiriu visibilidade, foi promovido por fatores e agentes externos (como os assentamentos da reforma agrária) ou dissipou-se num contexto cultural que, à primeira vista, apresenta de forma homogeneizada a visão dos integrantes do território. O que está em jogo são as oportunidades de vida, estrategicamente definidas a partir do argumento consensuado de que o município está se desenvolvendo.

Dahrendorf identifica, na sociedade contemporânea, conflitos de classe, mas permeados por novos problemas sociais, como a pobreza persistente e o desemprego continuado por períodos longos. Assim, sugere o autor que os novos conflitos, em especial os de classes sociais no sentido marxista, não se darão de maneira tradicional “porque os que estão à margem encontram-se dispersos, desorganizados e fracos” (DAHRENDORF, 1992, p. 59). Ao apontar os limites da obra de Marx para análises contemporâneas, complementa sua idéia:

A origem do conflito de classe, então, é encontrada nas estruturas de poder, as quais não possuem mais a qualidade absoluta de hierarquia entrincheirada. O assunto do conflito de classe são as chances de vida. Mais precisamente, é a distribuição desigual das chances de vida (DAHRENDORF, 1992, p. 43-44).

A luta pelas chances de vida está se dando imersa num contexto cultural em que as racionalidades sobre a posse e uso da terra estão em transformação, apresentando alguns elementos de proletarização convivendo com estratégias de resistência. A respeito do processo de proletarização, Ianni informa que este encontra obstáculos em alguns trabalhadores “que não estão preparados para perder os escassos meios de produção que possuem, ao menos, a relativa autonomia econômica que estes lhes proporcionam” (IANNI, 1984, p. 105).

Para Martins, existem regimes distintos de propriedade, em conflito aberto, representados pela terra de negócio, que explora o trabalho alheio, e a terra de trabalho, quando quem a explora é o próprio trabalhador.

Gehlen (1998) enriquece esse debate com sua contribuição a respeito das cinco concepções resultantes e geradoras de relações que definem formas sociais de posse e uso da terra, construídas historicamente: terra como fonte de poder; como fonte ou meio de geração de riqueza para acumulação; como um espaço e lugar de trabalho, necessária para a produção e reprodução familiar e da vida; como um espaço de trabalho assalariado e de excluídos do modelo institucional vigente (índios, andarilhos, biscateiros, etc).

A terra concebida como fonte de poder ou como fonte ou meio de geração de riqueza para acumulação tem ligação com a história econômica e social do Rio Grande do Sul, em especial com a metade sul do Estado. Nessa região, a posse da terra, em parte origina-se da doação aos chefes militares como compensação a sua lealdade e bravura em lutas do interesse da coroa portuguesa e do Império.

A forma de exploração da terra, basicamente a pecuária extensiva, determinou a organização social em que o estancieiro-coronel agregava sob sua proteção os despossuídos de terra, ou seja, “a sua gente”. Esse tipo de organização social está intrinsecamente ligado ao contexto sociocultural do patrimonialismo.

Por outro lado, há no território um espaço de conflito não-aberto, existem brechas por onde penetram e disputam outras visões de

mundo, representadas por iniciativas artesanais e inovadoras do ponto de vista da matriz produtiva tradicional.

A compreensão das dinâmicas territoriais, a partir da admissão da existência de um substrato patrimonialista que orienta as ações de posse e uso da terra, leva-nos a testar essa hipótese através da identificação dos modelos mentais que orientam as estratégias. Para tanto, buscam-se as representações sociais vigentes, correlacionando-as com as práticas.

Em outras palavras, neste estudo, as representações sociais equivalem-se às conexões de sentido presentes “num comportamento que se desenrola de maneira articulada quando afirmamos, conforme os hábitos médios de pensar e de sentir, que a relação entre seus componentes constitui uma conexão de sentido típica (costumamos dizer ‘correta’)” (WEBER, 2004, p.8).

As conexões de sentido das ações são construídas no campo simbólico, ainda que com base na realidade cotidiana e na interação entre os indivíduos. Um estudo de Riella e Andriolli sobre as estratégias dos criadores de gado e ovelha no Uruguai para impor sua visão do mundo rural numa situação de disputa de espaços simbólicos denota a importância das representações sociais. Dizem os autores que:

La estrategia simbólica de las organizaciones ganaderas está dirigida, en términos generales, a la reconstrucción y actualización del “mito del país ganadero”, base de su poder simbólico... Esta estrategia simbólica busca encadenar nuevas e viejas representaciones en una sucesión de equivalencias para contar con uno “artefacto social bien fundado”, imprescindible en su estrategia para mantener su hegemonía en el campo social agrario y aumentar su influencia en el campo de poder de la sociedad uruguaya (RIELLA E ANDRIOLLI, 2004, p. 191-192).

A representação social, no entanto, não deve ser confundida com a realidade; como previne Bourdieu, deve ser abordada “com a condição de se incluir no real a representação do real, ou mais exactamente, a luta das representações, no sentido de imagens mentais e também de manifestações sociais destinadas a manipular imagens mentais [...]” (BORDIEU, 1989, p.113).

A respeito de representações, Weber pondera que as formações sociais, como o Estado, a família e a nação, “são representações de algo que em parte existe e em parte pretende vigência, que se encontram na

mente de pessoas reais [...] e pelas quais orientam suas ações” (WEBER, 2004, p. 9).

Durkheim, precursor no estudo das representações, ressalta que as representações coletivas têm “um conteúdo completamente diferente das representações puramente individuais, e podemos estar seguros, de antemão, que as primeiras acrescentam alguma coisa às segundas” (DURKHEIM, 1984, p.45).

Moscovici atualiza esse conceito nos seguintes termos:

As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através duma palavra, dum gesto, ou duma reunião, em nosso mundo cotidiano. Elas impregnam a maioria de nossas relações estabelecidas, os objetos que nós produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos. Nós sabemos que elas correspondem dum lado, à substância simbólica que entra em sua elaboração e, por outro lado, à prática específica que produz esta substância, do mesmo modo como a ciência ou o mito correspondem a uma prática científica ou mítica (MOSCOVICI in DUVEEN, 2003, p. 10).

Moscovici aponta duas funções da representação social. A primeira seria a função de proceder à categorização da realidade, de acordo com um modelo partilhado com um grupo de pessoas. A segunda funcionaria como uma “prescrição”: uma vez categorizada a realidade, serve como um parâmetro que orienta o que deve ser pensado sobre ela, indicando a conduta.

Quanto aos processos capazes de gerar representações sociais, esse autor aponta a ancoragem e a objetivação. A ancoragem faz parte de uma classificação de algo que não conhecemos e nos perturba em alguma categoria adequada; a objetivação, que “une a idéia de não familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade” (MOSCOVICI, 2003, p.71).

Na análise de novas dinâmicas territoriais, impõe-se levar em consideração essa dimensão que reelabora as categorias de organização do mundo social. É na tensão entre as representações anteriores e a emergente, entre o patrimonialismo imerso em práticas pretensamente capitalistas e novas alternativas, que se compreenderam, no sentido analítico weberiano, as relações sociais na posse e uso da terra.

Via de regra, a base dos estudos atuais sobre dinâmicas territoriais remete ao conceito de desenvolvimento, que, por sua vez, carrega consigo a noção de sustentabilidade. Assim, buscar a evolução do conceito de desenvolvimento articulando-o com essa noção é fundamental para que possamos situar este estudo a partir do referencial weberiano.

Pereira (2004), em recente trabalho, reconstrói historicamente o conceito de desenvolvimento, incluindo desde a noção de progresso, que tem origem na década de 1970, até o atual conceito de desenvolvimento sustentável. Diz ele que

A idéia de desenvolvimento surgiu quando se precisou afirmar a necessidade de reconhecer, de forma consciente e sistemática, a existência do seu contrário — o não-desenvolvido. Embora não se possa entender esses fenômenos como estanques, separados, ambos têm origem comum. E, ademais, ela, embora antecederesse (século XVI) a modernidade, só se fez reconhecida por esta, pelas expressões progresso, crescimento, era pós-industrial, globalização (PEREIRA, 2004, p. 53).

Já o território foi ressignificado nos anos 70 no Brasil, a partir do paradigma da geografia crítica, que revisou tanto os pressupostos positivistas quanto os naturalistas.

Schneider (2004, p.100) lembra que, “na geografia clássica, o conceito de região defendido por Paul Vidal de La Blache fazia referência às qualidades de relevo, clima, geologia, localização, entre outros [...]”. Essa abordagem orientou, por um largo tempo, as políticas públicas e os projetos de desenvolvimento regionais.

Mesquita, referindo-se às várias abordagens territoriais, informa que, na década de 1920, os naturalistas trabalharam com uma perspectiva de território “vinculada a uma certa ótica ambientalista que examina a territorialidade humana por analogia à territorialidade animal” (MESQUITA, 1995, p.80).

Milton Santos, pesquisador da Universidade de São Paulo, foi um dos precursores na revisão e sistematização desse conceito quando passou a trabalhar dentro de uma perspectiva do território como a base material sobre a qual a sociedade produz a sua história. O autor deu um caráter dinâmico ao conceito ao incorporar à análise múltiplas dimensões – cultural, social e econômica.

Claude Raffestin e Guy Di Méo também são autores citados por Schneider (2004) como integrantes dessa concepção analítica que percebem o território como uma construção social resultante da interação entre o espaço e as ações humanas.

Ao destacar a importância da abordagem territorial para o desenvolvimento rural, Abramovay afirma que

A novidade é a ênfase na dimensão subjetiva-organizacional, referente à confiança – da própria identidade social dos atores, pelo qual se define um território: mais do que um simples conjunto de atributos objetivos de distância e localização, o território consiste exatamente numa trama de relações, de significados, de conteúdos vividos pelos indivíduos que permite a construção de modelos mentais partilhados subjacentes ao sentimento de pertencer a um lugar comum (ABRAMOVAY,2003, p. 14).

Schneider, debatendo os limites e possibilidades desse conceito, afirma que a definição do que se entende por território “está assentada na definição das relações do indivíduo com o espaço em que transcorre a sua sociabilidade e suas atividades produtivas e nas formas de apropriação e dominação que decorrem destas relações” (SCHNEIDER, 2004, p. 109).

A análise a partir do recorte territorial pressupõe que o território seja compreendido como uma construção social. O encadeamento entre os conceitos de território, desenvolvimento local e a capacidade de articulação ou o potencial para a disputa dos modelos de desenvolvimento entre os atores sociais, a partir dessa perspectiva teórica, configura-se como dimensão importante a ser observada para a compreensão das dinâmicas territoriais.

Esse entendimento é reforçado através do ponto de vista de Almeida quando ele afirma que a noção de desenvolvimento incorpora múltiplas dimensões da estrutura social. Diz ele que “o desenvolvimento remete às estruturas sociais e mentais” (ALMEIDA, 1998, p. 36). Nessa visão, a dimensão econômica interage de modo recíproco com os aspectos socioculturais.

Esse debate sobre o desenvolvimento, em especial o rural, foi apresentado por Schneider (2004, p.94) como resultado da preocupação com quatro elementos chave, que são a erradicação da pobreza rural, o protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a questão da sustentabilidade ambiental.

A sustentabilidade, conforme Ruscheinsky, “consiste num conceito, a bem da verdade, bastante amplo e admite variações de acordo com interesses e posicionamentos, além do que é recente e por isso mesmo sujeito a ambigüidades e dilemas quanto ao seu uso e significado” (RUSCHEINSKY, 2004, p.17). O autor aponta alguns cuidados que se deve ter ao trabalhar com esse conceito, como observar que a sustentabilidade é diferente para cada território ou atividade, como, por exemplo, a agricultura e a mineração, e que os parâmetros de análise podem ter ênfases econômicas ou sociais.

Os debates sobre as opções para o desenvolvimento de Encruzilhada do Sul e, por extensão, da metade sul do Estado não têm incorporado as dimensões socioculturais, reduzindo as análises apenas à questão econômica. Parte desse quadro deve-se ao fato de que as alternativas à situação atual estão sendo apresentadas por grandes grupos econômicos que têm interesse em redefinir o uso da terra e que contam com a adesão de setores importantes na definição de políticas públicas.

O conceito de desenvolvimento sustentável adotado neste trabalho baseia-se na formulação adotada por Guzmán (1998), informando que

Consiste essencialmente em potencializar aqueles esquemas de desenvolvimento que têm como objetivo a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades, e não o crescimento econômico indiscriminado da região implicada, seja uma área rural, um município, um país ou o conjunto da biosfera. (GUZMÁN, 1998, p. 21)

Portanto, neste estudo, o território é entendido como uma construção social, resultado de uma trama complexa de relações. É analisado com relação à sustentabilidade das suas dinâmicas nas três dimensões propostas: econômica, social e ambiental.

2. A formação social do território

Este capítulo trabalha a formação social do território através da análise de dois momentos distintos. O primeiro reconstrói histórica e socialmente as formas de posse e uso da terra, a partir da década de 1950; o segundo trata dos mecanismos de reafirmação da identidade do território diante de novas dinâmicas que interferem no uso e na posse da terra, modificando-os e reorganizando social, cultural e economicamente as relações entre os integrantes e novos personagens.

As informações apresentadas foram recolhidas através da pesquisa documental, bibliográfica e de entrevistas gravadas com personagens que vivenciaram esse período.

2.1 O território: identidades construídas na apropriação e uso da terra

Encruzilhada do Sul recebeu seu primeiro sesmeiro⁹ em 1771, o português Domingos de Bittencourt, casado com uma prima de Rafael Pinto Bandeira, destacado chefe militar que comandava um Corpo de Milícias encarregado de vigiar e combater as tropas espanholas. Cardoso refere quais as qualidades requeridas para condições de outorga de sesmarias

[...] mais a astúcia, que a bravura, mais a condição de membro de uma parentela, que a de membro de uma companhia de bravos, mais a proteção do capitão-general e seus sequazes, que a camaradagem com o comandante forjada nas batalhas (CARDOSO, 2003, p. 118) .

Assim, já se constitui a identidade do território como fruto da aliança entre o Estado e um chefe político e militar, similar aos primeiros povoamentos no país¹⁰, em que os latifúndios militarizados se organizavam com base em relações assimétricas e patrimonialistas, garantindo a

⁹ As sesmarias eram glebas extensas de terras, cuja distribuição era prerrogativa do Rei, representado pela Coroa Portuguesa. Por esse sistema, a Coroa Portuguesa garantia a lealdade ao Rei, além de estimular a ocupação da terra.

¹⁰ Sobre a formação histórica do Rio Grande do Sul, consultar Pesavento (1984).

subsistência com a pecuária extrativista – a preia do gado¹¹ e, posteriormente, as arreadas.

Encruzilhada do Sul, nos seus primeiros tempos, fazia parte do município de Rio Pardo, onde as arreadas eram freqüentes. A respeito dessa prática, Cardoso (2003) a ilustra com trecho do cronista Bettamio:

Nesta povoação, ou nas suas vizinhanças, é que por estudo vivem muitos homens separados de comunicações para estarem mais aptos a poder sahir ao campo fazer os roubos de gado (a que chamão de arreada) sendo estes homens de qualquer empresa [...] (CARDOSO, 2003, p. 69).

Defensor da tese de que, no Rio Grande do Sul, a sociedade formada se aproximava mais do modelo de patrimonialismo-patriarcal do que do modelo de patrimonialismo-estatal, ao tratar do fortalecimento do “poder doméstico”. esse autor argumenta que

Esta é uma questão muito importante para a compreensão da origem do sistema do poder e para a caracterização da estrutura da sociedade colonial no Rio Grande do Sul: antes da formação da sociedade senhorial mantida pelo latifúndio que vigorou no século XIX (a partir de aproximadamente 1820) com todas as implicações conhecidas da posição do chefe local (estancieiro ou charqueador) e do patriarcalismo, o favoritismo do Poder Real e os instrumentos de coerção deste mesmo Poder foram decisivos para a formação das fortunas e a inserção de seus possuidores na estrutura política e social do Rio Grande (CARDOSO, 2003, p. 122).

Encruzilhada do Sul faz parte dessa realidade. Ao longo de sua formação, foi se estabelecendo um conjunto reduzido de famílias que dividiam o monopólio da propriedade da terra, mantendo uma posição social privilegiada, enquanto que, à sombra dessa camada, se aglutinava o restante da população, vivendo sob a proteção desses chefes locais. Ao final dos anos 40, registram-se as primeiras alterações ou transformações significativas na posse e o uso da terra que impactariam as relações entre seus integrantes, sob todos os seus aspectos.

Um estudo da situação de terras do município, encontrado na 23ª Ata da Câmara de Vereadores, na sessão do dia 03/06/1949, buscou identificar terras públicas exploradas por ocupantes para que fossem

¹¹ A preia do gado consistia no aprisionamento do gado selvagem, muitas vezes abatido apenas pelo couro, o que, ao longo do tempo, junto com as doenças, levou à dizimação de muitos rebanhos.

definidos os valores dos lotes, em especial os localizados na Vila da Abolição – atual Amaral Ferrador, município emancipado de Encruzilhada do Sul na década de 80. Nesse período, a questão da posse da terra começa a entrar na pauta, sendo discutida dentro de um arcabouço legal. Ainda em outubro de 1949, registra-se, na 32ª Ata da Câmara Municipal, a solicitação de desapropriação de um terreno e um prédio para doá-lo à Associação Rural, o que indica a formação de uma representação da classe dos fazendeiros de forma institucional, já sob a proteção do erário público, desde a sua primeira sede.

Esses primeiros movimentos estão inseridos em um processo regional e nacional em que ascendia a problemática do esgotamento da fronteira agrícola, conjugada com o alto índice de concentração da terra.

Segundo Eckert (1984), comparando a evolução no Estado dessas variáveis no período de 1950-60, a situação era a seguinte:

Acentua-se que os estabelecimentos com área inferior a 20 hectares concentravam 30% da área ocupada com lavouras. Ou seja, as grandes propriedades que mobilizavam praticamente metade da área total apropriada dedicavam-se predominantemente à pecuária extensiva, enquanto que os pequenos e médios estabelecimentos (numericamente superiores, apesar de deterem apenas 25% da área total ocupada) dedicavam-se à lavoura e à criação de pequenos animais e produção de leite. [...] Em 1956, a participação da lavoura em termos de produção agropecuária gaúcha era de 69%, enquanto que a de pecuária era de 28% (ECKERT, 1984, p.42-43).

Essa situação era a base da discussão sobre a necessidade da reforma agrária. Encruzilhada do Sul esteve no “olho do furacão” porque o primeiro conflito paradigmático da disputa sobre posse e uso da terra, ocorrido na década de 60, que originou o MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra – precursor do MST, ocorreu nesse município, no distrito do Faxinal.

Até então, uma das estratégias de resistência à alteração na estrutura fundiária situava-se na manutenção do monopólio da gestão pública na mão das famílias proprietárias, o que também ocorria em Encruzilhada do Sul. Ribas (2004) refere-se a esse fato nos seguintes termos:

[...] a grande força política de Encruzilhada do Sul ao longo da história está do lado dos conservadores liberais, liderados pelos fazendeiros. Nos mais de 150 anos de Encruzilhada, eles comandaram o município quase todo o período, com exceção de quatro anos, durante a década de 60 (RIBAS, 2004, p.159).

O vínculo entre os fazendeiros e o poder político foi quebrado em 1956, quando se elegeu, para a Prefeitura Municipal, Milton Serres Rodrigues, representante do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. A eleição, segundo contam moradores mais antigos do município, já havia sido manipulada quando o candidato Milton Serres disputou pela primeira vez. Segundo essa versão, naquela oportunidade, a urna de uma das zonas eleitorais, localizada na vila de Amaral Ferrador, chegou ao cartório de Encruzilhada do Sul com três dias de atraso, amarrada com uma embira¹². Nela constava apenas um voto para Milton Serres e trezentos e poucos para o outro candidato, num reduto eleitoral que era considerado majoritariamente de oposição.

Nesse ínterim, cresciam os debates nacionais sobre a reforma agrária, capitaneados pelo PTB. Em Encruzilhada do Sul, novamente o Sr. Milton Serres, representante do PTB, apresenta candidatura no pleito municipal. O comício de encerramento da campanha eleitoral de ambos os candidatos, que foi marcado na mesma comunidade rural, é descrito como um marco histórico pelo entrevistado:

Nós não acreditávamos naquela recepção, naquele acolhimento, naquele entusiasmo. Decidimos fazer uma coisa diferente. Ganhamos uma ovelha, mas era um comício de 500 pessoas para uma ovelha. Convidamos quem fosse trabalhista, quem fosse votar no Milton Serres, quem estivesse de acordo com a nossa mensagem que nos acompanhasse até a casa do Sr. Fulano de tal, era um quilômetro e pouco [...] Eles não conseguiram fazer o comício, não ficou ninguém, ficou um espião para ver o que eles iam dizer (Entrevista nº 1).

Assim, pela primeira vez, a oposição foi vitoriosa. Os jornais da época demonstram, no entanto, que desde a campanha e durante o mandato do Prefeito Milton Serres Rodrigues não houve trégua. Os debates na imprensa eram duros e contínuos.

As polêmicas da época incluíam desde denúncias de malversação de dinheiro público até as de caráter pessoal, mas pelo menos dois fatos foram decisivos na contestação do poder dos fazendeiros: o “conflito do Faxinal” e o episódio do “Muro da Vergonha”.

¹² Embira é uma planta comum nos campos desse território; sua casca flexível é usada como se fosse cordão ou corda.

Ambos fizeram parte das articulações e disputas pelo poder em torno da posse e uso da terra.

2.1.1 O conflito do Faxinal

O conflito do Faxinal teve início em junho de 1960 e, conforme relata Eckert (1984), tratava-se da disputa por uma área de 1.800 hectares que estava na posse e uso de 300 famílias há quase cinqüenta anos. Essa área foi reivindicada por Euclides Lança, um fazendeiro que residia em Pelotas (RS), após trinta e seis anos sem se manifestar, através da cobrança dos valores dos lotes, caso que foi parar no Poder Judiciário.

O Prefeito de Encruzilhada do Sul Milton Serres Rodrigues, o superintendente da Fronteira Sudoeste Paulo Schilling e o deputado federal Ruy Ramos, todos ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, lideraram o movimento para resistir ao cumprimento de ordem judicial contra um dos posseiros – até pela força, se assim fosse necessário –, o que culminou com a criação do MASTER. O caso do Faxinal encerrou-se com um acordo em que foram pagos 500 hectares ao proprietário (fração da qual conseguiu provar a posse) em apólices estaduais, e os colonos permaneceram na terra.

Os fatos prestavam-se a disputas políticas e ocupavam espaços na imprensa local, como o apedido publicado no jornal local, assinado por dois prósperos proprietários de terras e líderes locais:

O crime, em última análise, dos nossos patrícios do Faxinal, é o querer apegar-se à terra dadivosa do Rio Grande para colherem os meios de sustento de seus filhos, num exemplo edificante de amor à família, célula máter da pátria.[...] Por êste meio fazemos nosso veemente apelo para que te submetas a decisão da justiça, retirando-te das terras que ocupas [...] A força requisitada para o cumprimento da lei é integrada por irmãos nossos... [...] Lembra-te que as lutas entre irmãos são inglórias e delas só haverá um vencido: o povo querido e glorioso da nossa terra...[...] Nosso objetivo não é eleitoreiro e nem demagógico [...] É a nossa justa revolta contra um governo que não quiz amparar um gesto de alevantada justiça social a conterrâneos nossos (*Jornal do Sudeste*, p. 6, 02/07/1960).

Nesse momento, a interferência estatal é defendida como legítima porque beneficia com recursos financeiros um latifundiário que, por

décadas, não reivindicou a posse da terra. No entanto, menos de três anos após esse episódio, um dos signatários do documento acima referido assina em conjunto com companheiros do Lions Clube um documento de repúdio à reforma agrária em andamento no Governo Brizolla, nestes termos:

para manifestar [...], a nossa preocupação e oposição aos rumos tortuosos que estão sendo seguidos pela administração estadual [...] quando está decidindo e resolvendo mediante coação da coletividade adrede preparada e organizada [...] através da desapropriação de terras particulares produtivas enquanto que as terras públicas entre nós estão à espera de colonização e, em outras unidades da Federação, existem milhares de quilômetros delas para a fixação do homem do campo que precisa e deseja, efetivamente, trabalhar e produzir para o engrandecimento nacional (*Jornal do Sudeste*, 27/01/62, capa).

Naquele momento, com as ações governamentais representando uma alteração da estrutura agrária e impondo a perda de espaço e poder dos proprietários, a intervenção estatal não é adequada.

Outros três aspectos importantes nesse episódio devem ser observados: primeiro, o Sr. Euclides Lança, proprietário da área em disputa, era ligado ao PTB e necessitava dos recursos provenientes da venda da terra, o que, em parte, foi atribuído ao apoio do Prefeito como forma de viabilizar o ressarcimento; segundo, a organização da resistência pelo Prefeito é coerente com a estratégia estadual apoiada pelo Governador Brizola nesse campo de lutas; terceiro, Milton Serres não era natural de Encruzilhada do Sul, o que parcialmente explica sua autonomia.

Nesse sentido, o conjunto de circunstâncias permite a indagação com relação ao desenrolar dos fatos: o desfecho do episódio teria sido outro se não houvesse essas interferências? A própria reação dos fazendeiros locais, limitando-se aos debates, teria sido outra se o fazendeiro não desejasse efetuar a venda? Dadas as condições sociais da época, é legítimo inferir-se que esses fatores foram decisivos no desfecho dos fatos.

Em agosto de 1961, no programa a “Voz do Pastor”, o Arcebispo Dom Vicente Scherer, tendo como base o movimento ocorrido em Encruzilhada e o afloramento das ligas camponesas, manifesta-se sobre a reforma agrária dizendo que, “sem instrumento de base, sem aprendizado da técnica de trabalho agrícola, sem saúde, sem auxílio de veterinários e agrônomos, de

que adiantará oferecer a um chefe de família alguns hectares de campo?” (*Jornal do Sudeste*, 26/08/61, capa). E, em outubro de 1961, o Arcebispo reforça essa posição frente ao assunto, agora atacando diretamente a Associação de Agricultores Sem Terra:

A mesma impressão tenho da “Associação dos Agricultores Sem Terra” iniciada em Encruzilhada do Sul; promove a sublevação dos trabalhadores rurais segundo conhecidos métodos comunistas que levam o homem do campo a escravidão pior que a miséria de que agora quer se libertar (*Jornal do Sudeste*, 14/10/61).

Considerando que a terra era trabalhada pelos agregados e não pelos proprietários, a argumentação do Arcebispo de que a permanência dos trabalhadores na terra levaria à escravidão não se justifica, exceto pela já conhecida aliança entre os fazendeiros e os setores conservadores da Igreja Católica. A estratégia então deflagrada busca dar conta da complexificação do processo pela resistência dos que, até então, haviam se mantido na condição de submissos.

Mas esta resistência passa ao largo do que poderia ser identificado como uma consciência de classe. Conforme Martins

“[...] as lutas camponesas geralmente não são lutas pela transformação social. São lutas contra o perecimento, são lutas pela preservação da condição camponesa, são lutas contra a conversão da terra em instrumento direto ou indireto do capital. São lutas de reconhecimento do caráter transformador da acumulação de capital no seu contrário, na destruição social que a acumulação também promove. [...] Com freqüência se diz que as lutas camponesas são tradicionalistas e conservadoras. (MARTINS, 2002, p. 84/85)

O controle político dos trabalhadores rurais era uma realidade evidenciada em situações como esta, publicada em 23 de agosto de 1962 no *Jornal do Sudeste*, parte integrante de uma convocação para as eleições, assinada pela pessoa que se identificou como T. G.: “Não espera que o **teu chefe, teu companheiro** vá te buscar de automóvel, coopera com ele facilitando sua tarefa que é longa” (grifo nosso).

A naturalidade com que as esferas pública e privada eram confundidas gerou um manifesto, publicado no mesmo jornal (capa) – transcrito da revista *Gleba*, órgão da Confederação Rural Brasileira – em 27 de outubro

de 1962, alertando sobre o perigo da reforma agrária comunista e a responsabilidade dos fazendeiros: “por causa da nomeação de parente ou cabo eleitoral ou ainda uma simples transferência de um delegado ou uma diretora de um grupo escolar os altos interesses da Nação são traídos com a maior facilidade do mundo”.

Além do episódio do Faxinal, Eckert (1984, p.191) registra também a doação da Fazenda Dom Feliciano, localizada no 4º Distrito de Encruzilhada, que não foi ocupada, apesar de terem sido expedidos os títulos de propriedade, porque o DOPS interceptou os caminhões que levavam os novos moradores.

Figura 5 - Manchete do Jornal Última Hora



Fonte: Fotografia registrada durante o trabalho em campo, fevereiro de 2005.

Assim, observa-se que, nesse período, as relações entre proprietários e não-proprietários, até então baseadas na tradição “assim é porque sempre foi”, estavam sofrendo uma significativa contestação, dentro de um processo maior deflagrado em todo o território nacional, gerando o embate que resultou no golpe de 1964.

2.1.2 O Muro da Vergonha

O outro episódio relevante no território, em 1962, diz respeito a uma prática bastante antiga dos fazendeiros, que não costumavam pagar os impostos, que foi deliberadamente ampliada e divulgada como medida para enfraquecer a administração da oposição.

O Prefeito Milton Serres Rodrigues decidiu, então, cobrar os impostos, dando um prazo para que os pagamentos fossem efetuados, ao fim do qual os nomes dos devedores seriam “publicados” no muro da Prefeitura.

Essa situação, conforme o registro de Eckert (1984), gerou problemas na gestão do município, informando que

Em Encruzilhada do Sul, os proprietários de terra e os comerciantes ricos resolveram não mais pagar impostos. Na Câmara de Vereadores, o líder de oposição chegou a apelar às elites para que não pagassem seus impostos. Além disso, os fazendeiros e grandes comerciantes espalhavam o boato de que Milton Serres estaria armando camponeses, inclusive com metralhadoras. Este boicote representava um déficit de 20 milhões de cruzeiros e a impossibilidade de pagar os funcionários da Prefeitura (ECKERT, 1984, p. 223).

O embate entre o Prefeito e as elites ficou marcado na memória dos que o presenciaram:

O pessoal daqui simplesmente se negou a pagar os impostos, não queriam pagar, não pagaram. O Milton se propôs a botar no muro, que nem era muro, era um quadro negro, nome a nome de todos os que não pagaram impostos. Então, uma das coisas que o Milton dizia era o seguinte, "em não pagando o imposto botava mais uma vaquinha no campo", não paga o imposto, então aumenta mais uma cabecinha de gado na fazenda, e não pagavam! (Entrevista nº 1).

O fato é que, não obstante as ameaças à vida do Prefeito – que não se concretizaram –, os nomes foram divulgados. Segundo uma das testemunhas, porque “a Escola de Sargento da Brigada veio aí para guarnecer... Eles diziam que iam atirar, que iam matar. Colocaram a Escola de Sargento, aí não puderam fazer nada” (Entrevista nº 2).

Do *Jornal do Sudeste*, resgatam-se duas breves referências aos fatos na percepção dos fazendeiros. A primeira, contida no corpo de um apedido mandado publicar pelo Partido Social Democrata, pela União

Democrática Nacional, pelo Partido Libertador e pelo Partido da Representação Popular no lançamento dos seus candidatos às eleições municipais, apresentava o seguinte teor:

Está por fim satisfeita a curiosidade dos que acreditavam nas promessas de ontem. [...] Apesar disto, temos resistido a tudo, mesmo assumindo o risco de nos chamarem de covardes, porque não consideramos bravura o nos servirmos dos mesmos processos e armas com que temos sido alvejados. [...] Os muros, imitações grosseiras de idéias afins, poderão antes exaltar-nos que amesquinhar-nos aos olhos dos que são imunes à peçonha que se derrama por aí (*Jornal do Sudeste*, 17/06/1963, capa).

A segunda referência é de outro apedido, mandado publicar por um fazendeiro, denunciando perseguição por parte do Prefeito, a respeito da desapropriação de uma área de terras. Diz ele:

Ontem recorria ele sem originalidade nenhuma a “muros”, na impossibilidade de instituir o “Paredon” com o objetivo de diminuir encruzilhadenses que nunca se submeteram ao arbítrio e à prepotência; hoje se socorre da vingança para nos prejudicar e intimidar (*Jornal do Sudeste*, 17/06/1963, capa).

Os debates a respeito desses confrontos na Câmara de Vereadores, segundo os relatos, foram muito eloqüentes. No entanto, não foi possível resgatá-los, uma vez que não foi localizado durante a pesquisa o livro de atas referente a esse período.

O golpe de 1964 suspendeu as mudanças sociais que atingiam os interesses dos proprietários de terras, proporcionando uma trégua na discussão sobre a posse e o uso da terra. Dessa forma, manteve-se a hegemonia dos fazendeiros no campo político e econômico, onde apenas se revezavam no comando, mantendo sob sua influência o controle político de Encruzilhada do Sul.

2.1.3 Propostas inovadoras e preocupações ambientais nos anos 60

Ainda que sob a égide desse sistema conservador, as atividades hoje desenvolvidas nesse território começaram a ser gestadas no

final dos anos 1950, tanto com relação ao reflorestamento, quanto ao que se refere à fruticultura.

Em 24 de março de 1951, foi publicada uma notícia na capa do jornal local *A Semana* informando que a empresa A.J. Renner “já conta com 80.000 pés de eucalipto e 20.000 pinheiros do Paraná, [...] além de diversos viveiros florestais para ampliação das áreas já plantadas”.

Numa publicação de 1961, intitulada Crise Econômica do Rio Grande do Sul¹³, Schilling já defendia um tipo de uso da terra que hoje está se consolidando. Dizia ele que:

Considerando a quase completa liquidação de nossas reservas florestais e o fato de nossas colônias tradicionais estarem quase que na sua totalidade situadas em zonas de terrenos acidentados e mesmo montanhosos, deve ser incentivado, financiado e mesmo premiado, o reflorestamento, assim como as culturas permanentes, fruticultura, olivo e viticultura (SCHILLING, 1961, p.120).

A preocupação justificava-se porque a área coberta pela mata nativa no Rio Grande do Sul, segundo Bertê (2004, p.73), era, em meados de 1824, 40% do total e, em 1965, aproximadamente 9%. O incentivo ao reflorestamento foi uma das políticas públicas vigentes no período para o enfrentamento desse problema.

Já em relação à expansão dos monocultivos florestais no Rio Grande do Sul, em 1956, com a aprovação da lei de incentivos fiscais, houve um grande estímulo à atividade de florestamento no Brasil, especialmente para fornecimento da matéria prima para a indústria de papel e celulose, segundo os objetivos do Plano Nacional de Celulose e Papel lançado em 1967 (BERTÊ, 2004, p.73).

A respeito da presente situação no município, um dos integrantes da administração do Prefeito Milton Serres Rodrigues reforça o ponto de vista de que a atual matriz produtiva começou a ser gestada naquela época:

Agora o último Prefeito trouxe para cá o que a gente já pregava naquela época, que era um clima adequado para fruticultura, que devia se canalizar

¹³ Embora o autor estivesse fazendo uma análise para todo o Estado, esteve ele por um bom tempo radicado em Encruzilhada do Sul, tendo sido integrante da equipe do Prefeito Milton Serres.

para cá alguma coisa. Chamavam-nos de comunistas, diziam que não dava para fazer isso (Entrevista nº 1).

Com relação à vitivinicultura, o pioneiro na formação de um parreiral, conforme registro no *Jornal do Sudeste* do dia 13 de abril de 1963, era natural de Caxias do Sul (RS) e comprou terras em Encruzilhada com essa finalidade. Isso demonstra que as iniciativas inovadoras eram externas, com pouca ou subalterna adesão.

Também nesse período há registros de preocupações ambientais relacionadas ao extermínio da fauna por caçadores que, convidados por amigos proprietários de terras, participavam de excursões de caça, desrespeitando o Regulamento da Caça e Pesca. O jornal *A Semana* registra:

Alguns desses caçadores em questão, aqui acampam e abatem quantas peças lhe derem na cabeça, sem que nada lhes aconteça. Pássaros devoradores de insetos que tantos benefícios trazem às nossas lavouras não escapam à irrefreada fúria destrutiva desses transgressores do que é ditado pelas leis do país onde vivem. [...] Em 2 ou 3 dias de caça desses “**devastadores**”, foram, em 1949, abatidas perto de 5000 perdizes, inclusive perdigões; 2000 em 1950 e este de 1951, se não for reprimido tão revoltante abuso, Encruzilhada do Sul será, futuramente “**riquíssima**” na espécie em questão... (*A Semana*, 12/05/1951, capa).

A partir desses registros, constata-se que, naquela época, foram lançadas as bases que orientaram os rumos das transformações territoriais, além de um despertar para os danos ambientais com relação à cobertura florestal e à fauna nativa.

2.2 A identidade contestada e os mecanismos de reafirmação

Os mecanismos de reafirmação da identidade do território foram identificados na análise de processos que, pelo seu conteúdo ou significado simbólico, impactaram a organização social vigente, contestando-a.

2.2.1 Década de 90 - A implantação dos assentamentos da reforma agrária

A emergência dos movimentos sociais, culminando com o processo de reabertura democrática e a Constituição de 1988, começa a produzir seus efeitos no tecido social em todo o país. Em Encruzilhada do Sul, a implantação de assentamentos da reforma agrária constitui-se num dos sinais dessa nova fase.

No âmbito nacional e regional, a contestação ao processo de reforma agrária está representada por um conjunto de ações estratégicas capitaneadas pela União Democrática e Ruralista (UDR). A UDR, entidade representativa dos interesses dos grandes proprietários rurais, emergiu na década de 1980 e teve forte influência no município devido ao estreito vínculo dos líderes locais com as lideranças estaduais do movimento.

As estratégias da UDR eram articuladas através de mecanismos nacionais e locais que buscavam legitimar o que consideravam como direito “natural”: o monopólio dos proprietários tradicionais na posse e uso da terra. No nível nacional, os embates estabeleceram-se através de alianças políticas e da articulação da “bancada ruralista” no Congresso, hoje ainda atuante.

Em Encruzilhada do Sul, não foi diferente. Passados 30 anos, os argumentos do Arcebispo Dom Vicente foram reelaborados, mantendo sua essência: a capacidade de explorar a terra é um “dom” dos tradicionais detentores da propriedade, sendo que os novos postulantes são, na sua percepção, incapazes de extrair sua subsistência da terra. Nesse período, muitas propriedades extensas estavam falidas devido à descapitalização dos fazendeiros, o que tornava Encruzilhada do Sul especialmente vulnerável frente ao avanço das demandas pela reforma agrária e à reafirmação da função social da terra na Constituição de 1988.

Em 1991, um grande fazendeiro do município acertou a venda de sua propriedade ao governo para fins de reforma agrária, mas recuou com a mobilização dos demais, que recorreram a políticos influentes para sustar o processo no nível estatal e a um processo de alijamento social consorciado

com a pressão moral sobre o dissidente. Diferentemente do conflito do Faxinal, dessa vez a solidariedade diante das dificuldades econômicas de um companheiro não se fez presente. Provavelmente, a lembrança daquele episódio deixou suas lições: a abertura de uma brecha não trouxe o benefício esperado ao fazendeiro litigante e reforçou a luta pela terra.

O processo continuou no território, não obstante os esforços em freá-lo, seja por mobilização junto a lideranças políticas estaduais, seja por atuação junto à população local, através de inúmeras manifestações dos membros da UDR no rádio e jornal locais. Tais manifestações podem ser sintetizadas em uma matéria de capa do *Jornal do Sudeste* – “Encruzilhada não possui terras improdutivas para assentamentos” –, publicada com destaque em 30 de junho de 1991.

Em 1993, a crise atingiu seu pico com a desapropriação da Fazenda Branca, também chamada Estância Farroupilha, com uma área de 2.607 hectares, onde foram assentadas 146 famílias.

A primeira estratégia de resistência consistiu de publicações agressivas na imprensa local, com os assentados sendo chamados de “fora-da-lei” e “marginais”. Depois seguiram-se as ameaças e os movimentos ostensivos junto às porteiças da Fazenda. O debate local foi intenso, e, na ata nº. 05 do Conselho de Desenvolvimento Rural (07/12/1993), está registrado que, “com respeito à desapropriação da Fazenda Branca, houve várias contradições, ficando assim um impasse”.

Em 8 de março 1994, novamente o assunto volta à pauta do Conselho, na ata nº. 08, quando então compareceram para esclarecimentos três membros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), informando os critérios da desapropriação. Na oportunidade, o Conselho solicitou que, se algum assentado desistisse do seu lote, fosse dada oportunidade de assentamento a produtores de Encruzilhada.

Conforme relatos dos moradores, o episódio revestia-se de ares de grande tragédia para o município, gerando medo e ansiedade. As palavras usadas para definir os sentimentos da época incluem: pânico, susto, terror, ameaças. O que fica evidente é que todos no município eram contra a

vinda dos assentados: poder público, sociedade, a rádio local e os jornais. Há, inclusive, o caso de uma empresa que, na época, estava abrindo com o nome de “Casa do Colono” e que se viu obrigada a trocá-lo porque ninguém queria ouvir falar em colono.

O momento da chegada dos assentados ao município, quando o grande conflito era esperado, teve um desfecho interessante e muito similar ao episódio do “Muro da Vergonha”. Apesar das ameaças de morte, não houve conflito nesse momento, conforme relata um dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Até foi surpresa não ter aquele confronto, aquele conflito que se anunciava. O companheiro Gilberto, no programa de rádio do Sindicato, falou abertamente sobre o apoio que estava dando e a nossa posição quanto à reforma agrária. Falou sobre o que estava acontecendo aqui na Fazenda Branca. Foi agredido, ao descer, com palavras. Tinha um pessoal da UDR, naquele tempo, esperando. O companheiro, expondo isso aí, foi agredido pelos fazendeiros, que o ameaçaram inclusive de morte. Então, a gente pensou que, no momento da chegada dos colonos, a coisa ia engrossar. Tanto que a gente foi para lá, foi todo mundo para a porteira lá da fazenda para receber os colonos. No entanto, os fazendeiros estavam por lá, mas não sei... Nos surpreendeu porque não foram ali ser solidários, mas também não houve confronto (Entrevista nº 4).

Mantido o processo de assentamento, apesar das pressões, seguiu-se a sistemática imputação, através da disseminação de boatos, de todos e quaisquer roubos no meio rural aos assentados, e a constante referência, nos meios de comunicação locais, ao fato de que, no município, havia agricultores sem terra e de que o governo priorizou elementos estranhos.

Nesse sentido, a releitura dos fatos leva-nos a uma readequação da realidade: ao invés de combater o processo de reforma agrária, o discurso reconstrói socialmente elos de solidariedade com todos os integrantes do território através de dois mecanismos. O primeiro, reivindicar o direito à posse da terra para os despossuídos do território, até então invisíveis na definição de políticas públicas; e o segundo, através da promoção de estratégias de rejeição aos assentados. O conjunto dessas ações criava uma resistência homogênea aos novos moradores, uma barreira social que os impedia de circular na área urbana sem sofrer constrangimentos, além de não conseguirem se relacionar com os pequenos proprietários, vizinhos do assentamento.

Em 1996, houve um novo revés para os fazendeiros com a desapropriação de uma outra área, de 1.018 ha, conhecida como a Fazenda da Quinta. Essa nova desapropriação, aliada ao recebimento da primeira parcela do financiamento público para consolidação do Assentamento Segredo Farroupilha, na Fazenda Branca, provocou a primeira dissidência na resistência aparentemente homogênea, por parte dos comerciantes locais.

Com os fazendeiros descapitalizados, o ingresso de dinheiro em espécie dos assentados abriu portas para a integração, ainda que só no plano econômico.

Quando chegou o crédito o pessoal, tinha que comprar. E compravam tudo aqui porque eles não tinham recursos para ir para outro município. Isso começou a dar um giro de capital na cidade, e os comerciantes acharam muito bom. Já estendiam o tapete vermelho para os colonos entrarem, chegavam a carregar as mercadorias. Teve gente que abriu supermercado para vender para os colonos. Foi uma fase de muita orgia porque os primeiros créditos que saíram foram créditos muito altos, e o pessoal vinha de uma situação de miserabilidade. Dos que vieram para o Segredo Farroupilha, tinha gente que estava há sete anos num acampamento, embaixo de uma lona, passando tudo que é tipo de privação. Não me lembro se era três mil reais na época. Três mil reais na mão. Eles ficaram deslumbrados. Foi uma época de muita orgia, compraram carro velho, compraram trator. Compraram coisas como, por exemplo, ventilador, e eles não tinham luz. [...] Pregavam que eles tinham que ter animais de excelente linhagem para ter uma boa produção, eles não tinham nem casa para morar. Mas tinham vaca pura, que não sobreviveu, é lógico. Tudo isso aconteceu (Entrevista nº 3).

No entanto, apesar de todos os esforços em criar um clima de animosidade, fomentando uma percepção negativa relativamente aos assentados, havia processos de solidariedade desenvolvendo-se pelas brechas possíveis. Um dirigente sindical assim relata:

Na questão da Fazenda Branca, as pessoas diziam inverdades, não conheciam a realidade da situação. Tinha gente com mais de oito anos de acampamento, que tinha dificuldades grandes. Nós formamos um comitê de apoio aqui no Sindicato. As mulheres ajudaram a arrecadar e, para surpresa nossa, o pessoal de Encruzilhada ajudou bastante, o pessoal da cidade também. Bastante comida, a gente coletava aqui e levava pro assentamento. Sempre os mais pobres eram os que ajudavam. Também o comércio deu a contribuição, mas eles não queriam aparecer, por isso a intermediação do sindicato. Eles passavam para nós, para a gente levar, e ficavam meio alheios. Eles não queriam aparecer com o sindicato. Aquele medo de que nós falávamos antes, o medo que predomina até hoje, a gente sente isso (Entrevista nº 4).

As relações estabelecidas, de compadrio e de clientelistas, não permitem atitudes de confronto aberto com os fazendeiros, sempre tão influentes em todas as dimensões da vida cotidiana. O papel de confrontar foi assumido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pela oposição política, historicamente minoritária e quase sem expressão em termos de votos. Um apedido publicado no *Jornal do Sudeste* (23/05/96, p.9), assinado por uma liderança da oposição, dá conta do nível de tensão, fazendo com que as pessoas que não desejavam tomar partido assim agissem.

Lembro-me que há dois anos, exatamente no dia 18 de maio de 1994, circulava pelos meios da comunicação uma nota oficial, elaborada e assinada pela falecida UDR, na qual denominavam os trabalhadores sem terras, como grupo de "foras-da-lei", e que verificaram o grau de favelização que o Incra havia imputado a estas pessoas, e finalmente ameaçavam com uma revolta organizada de produtores rurais. Mas, nada como o tempo para mostrar quem tem razão. As pessoas que formavam a UDR tiveram que engolir em seco todas as besteiras que escreveram, porque o assentamento Segredo Farroupilha, na antiga Fazenda Branca vai muito bem, é um sucesso (*Jornal do Sudeste*, 23/05/1996, p.9).

Paralelamente a essa manifestação, no Sindicato Rural continuava o movimento de resistência a um projeto de reforma agrária, não só no campo de atitudes práticas, como também no campo simbólico. Uma atitude exemplar desse movimento é a colocação de uma placa, na entrada da sede da entidade, homenageando o policial militar morto durante o confronto de Porto Alegre, ocorrido em 8 de agosto de 1990, em que houve forte repressão ao MST (ver Figura 6).

Figura 6 - Placa na entrada do Sindicato Rural de Encruzilhada do Sul/RS



Fonte: Fotografia registrada durante o trabalho em campo, fevereiro de 2005.

Apesar das resistências, que em parte surtiram efeito, Encruzilhada do Sul consolidou-se como um pólo de assentamentos. O quadro abaixo, com informações extraídas do *site* do INCRA, ilustra a extensão de terras e o número de famílias que ingressaram em Encruzilhada do Sul por conta desse processo.

Quadro 1 - Assentamentos da reforma agrária por ano da instalação, distância da sede, área e número de famílias em Encruzilhada do Sul/RS

Assentamento	Distância da Sede	Ano da Instalação	Área (Ha)	Nº. de Famílias
Segredo Farroupilha	18 Km	1994	2.200	113
São Roque-Vassoural	20 Km	2002	296,86	12
São Pedro-Quinta	5 KM	1995	986,94	46
Santa Bárbara	60 Km	1998	570,90	16
Padre Réus	38 Km	1998	1.197,64	37
Guará	60 Km	1998	480	16
TOTAL	-	-	5.732	240

Fonte: Disponível <<http://incra.gov.br>>, acesso em 12/07/2003.

O Quadro 2 refere-se aos assentamentos no Estado do Rio Grande do Sul de acordo com sua localização. Comparando-se com os dados do Quadro 1, verifica-se que, em Encruzilhada, se concentraram 2,7% das famílias assentadas e 2,8% da área destinada para esse fim em todo o Estado. Comparando-se o município apenas com a metade sul do Estado, temos, na metade sul, uma concentração de 3,9% das famílias assentadas e 3,9% da área, enquanto que, em Encruzilhada, essa concentração é de 2,7% das famílias assentadas em 2,8% da área do município.

Quadro 2 - Assentamentos na metade norte e na metade sul do Rio Grande do Sul

Rio Grande do Sul	Nº. de Municípios com assentamentos	Número de assentamentos	Número de Famílias	Área (ha)
Metade Norte	31	60	2802	54.866,17
Metade Sul	35	165	6101	148.206,51
TOTAL	66	225	8903	203.072,68

Fonte: Gabinete da Reforma Agrária do Estado do Rio Grande do Sul¹⁴.

¹⁴ Quadro extraído da publicação *Rio Grande do Sul: Paisagens e Territórios em Transformação*, referência completa na bibliografia.

Dessa análise, pode-se inferir que as estratégias de resistência cumpriram em parte seu papel, tanto no sentido de refrear eventual oferta de terras, quanto na pressão através dos canais políticos. Reforça-se esse argumento lembrando-se que o município de Encruzilhada é dos mais extensos na metade do sul.

O Conselho de Desenvolvimento Rural foi um dos canais de resistência aos assentamentos, conforme já se demonstrou através de diversos registros em que seus integrantes reivindicam a municipalização da reforma agrária, sendo os beneficiários dos lotes escolhidos pelos integrantes do Conselho. Essa aspiração consta, por exemplo, no pronunciamento de um vereador e representante da Prefeitura que registra sua proposta:

Que se faça um documento ao INCRA citando a lei, que seja cobrado do mesmo os repasses dos recursos de investimentos em infra-estrutura social básica tanto para os assentamentos antigos como os novos e que sejam assentados produtores rurais sem terra do nosso município e que a triagem seja feita pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CDR, ata nº. 58, 17/02/1998).

Um exemplo claro da eficácia parcial dessa estratégia é o Assentamento Guará, o único com integrantes só do município, não-vinculados ao Movimento dos Sem Terras, que só se viabilizou a partir da necessidade do proprietário em efetivar a venda da terra. Uma das lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais descreve, a partir do seu ponto de vista, como se deram os fatos:

Tinha um fazendeiro – se diz fazenda, mas era uma área pequena – que teve uma maior dificuldade para vender. Até procurou o Sindicato para intermediar, mas nós não somos picaretas de terra [...]. Eu sei que houve uma intermediação, sim, e o INCRA comprou essa parte de terra e assentou as famílias que são aqui do município. Esse pessoal que se reuniu lá nos Nascentes, eu não sei bem se foi um acordo deles com o dono da área, eu não sei. Se reuniram e foram para essa área, e o INCRA acabou comprando, e eles ficaram lá (Entrevista nº 3).

Paulatinamente, a inserção dos assentados foi se consolidando entre seus vizinhos através de outros mecanismos, como, por exemplo, a comercialização dos produtos. Os assentamentos, pela rede formada através do MST, conseguiam enviar seus excedentes para fora do município, obtendo um preço um pouco melhor do que o ofertado no município. Dessa forma, os

vizinhos também se beneficiaram, repassando seus excedentes aos assentados e recebendo um preço melhor pela sua produção. Até então, a possibilidade existente era a entrega dos produtos aos supermercados da cidade, por um valor aviltado normalmente pago em produtos revendidos pelo próprio comprador, o que defasava ainda mais o resultado do trabalho.

2.2.2 Trabalho em situação análoga à escravidão no reflorestamento: a (in)visibilidade do trabalhador

Outro fato contribuiu significativamente para fragilizar a trincheira dos fazendeiros nesse período. Em agosto de 1991, portanto, dois anos antes da instalação do primeiro assentamento, uma das estratégias de manutenção das propriedades decadentes, adotada pelos proprietários uma década antes através do arrendamento da terra a uma grande empresa para reflorestamento, foi severamente abalada.

A forma de organização da produção dessa empresa, que estava na fase de retirada da madeira das terras, consistia num núcleo administrativo na área urbana e a contratação de empreiteiros para sublocação de mão-de-obra para o trabalho nos matos. A constatação de trabalho em situação análoga à escravidão e desrespeito aos direitos humanos¹⁵ nos acampamentos dos cortadores de matos e do fornecimento de gêneros alimentícios a preços impagáveis, corroborada por denúncias de agressões por parte de capatazes, fez com que a Delegacia Regional do Trabalho e a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa intervissem no processo.

A cobertura da imprensa estadual e nacional gerou indignação da opinião pública, afetando a imagem da empresa envolvida, que, por sua vez, ameaçava não mais produzir em Encruzilhada do Sul. A *Folha de São Paulo*, em 15 de agosto de 1991, informou que havia quatro mil pessoas,

¹⁵ Ver *Jornal do Sudeste*, 17/08/91, capa; 31/08/91, capa; 12/10/91, p.5.

inclusive mulheres e crianças, trabalhando em dezoito frentes de trabalho da Empresa Tanac S.A. em Encruzilhada em troca de comida e impedidas de abandonar a área, habitando casebres, sem assistência médica ou sanitária. Como dado adicional, a reportagem trouxe o faturamento da empresa, que era, na época, 35 milhões de dólares por ano.

A reação do poder público local frente a essa situação foi de imediato repúdio à ação da Delegacia Regional do Trabalho e demais envolvidos no episódio, tendo o Prefeito da época registrado seu inconformismo com a operação junto à Delegacia Regional em Porto Alegre, argumentando que

[...] a forma como foi conduzido este trabalho, levando novamente Encruzilhada à imprensa estadual, como a *Zero Hora*, mostrando cenas deprimentes, querendo demonstrar que nossos trabalhadores são pessoas da mais alta periculosidade e que estavam submetidos a pontaria de metralhadoras, com policiais armados de gás lacrimogênio e paralisante [...] Está na hora de se pedir que se trate com mais respeito, que nossos trabalhadores sejam respeitados por essas pessoas que estão exercendo seu trabalho em nosso município [...] E o desejo é uma convivência pacífica entre trabalhadores e empregadores e que o Ministério do Trabalho faça a sua parte (*Jornal do Sudeste*, p.5, 12/10/91).

O discurso está construído de tal forma que gera, para quem desconhece a real situação, uma comunicação distorcida em que os trabalhadores se tornam perigosos, ao invés de vítimas na relação de trabalho. As condições de trabalho nos acampamentos de áreas reflorestadas eram de conhecimento geral, os empreiteiros dessa área eram e são pessoas conhecidas e bem relacionadas junto à classe política local. Até então, a situação desses trabalhadores não havia merecido atenção. Tão logo veio a público o trabalho em situação análoga à escravidão, a reação foi reclamar, junto à Delegacia Regional, do dano à imagem do município, solicitando-se a abertura de uma sindicância.

Assim, dois pilares importantes para os proprietários de terra foram atingidos: primeiro, o controle da situação no território, onde em dois momentos a lei, que sempre foi usada a seu favor, interferia no que consideravam como direito inalienável, ou seja, a decisão sobre posse e uso da terra; segundo, a decisão da Delegacia Regional do Trabalho evidenciava sinais de outros tempos, em que trabalhadores adquiriam

visibilidade através do reconhecimento de direitos legais, o que desestabilizava relações construídas com base em benesses que garantiam lealdades na relação patronal.

A população local, constituída majoritariamente de pequenos proprietários e trabalhadores, mostrava-se fortemente solidária aos interesses dos grandes proprietários de terras, condenando publicamente a denúncia das irregularidades pelo Sindicato. A solidariedade baseava-se no argumento da perda dos empregos com a possível saída da empresa do município; no entanto, a empresa está até hoje em Encruzilhada do Sul.

2.2.3 A reação cultural à contestação da identidade: o gaúcho reafirma-se

Paralelamente a esses processos, no campo simbólico, outras práticas se estabeleciam. A tradicional marcação de gado, que consistia na reunião e marcação do rebanho a ferro em brasa, ocasião festiva de encontro dos fazendeiros e peões num verdadeiro mutirão, deixou de existir pela redução drástica dos rebanhos.

No seu lugar, na década de 80, foram instituídos os “rodeios crioulos”, festas campeiras em que os peões e patrões participam de competições de tiros de laço, destreza nas lides campeiras, montaria em cavalo bravo e, em alguns, de atividades artísticas, como as danças tradicionais, as trovas e os festivais musicais.

A questão do impacto na identidade territorial aparece como uma deficiência do poder público, que busca dinamizar as atividades produtivas através de possibilidades diferentes das usuais.

É assim: indústrias, emprego, emprego e emprego. É como se as pessoas não tivessem capacidade de se auto-gerenciarem e nem de crescerem como produtores, como agropecuarista e nem nada. Eles têm é que ter emprego para ter o salário. Isso é muito forte, e eu acho que isso atrapalha muito. Outra coisa é que o pessoal não conseguiu uma identidade. O município tinha uma identidade, que era agro-pastoril, e houve uma mudança e o pessoal se perdeu. Eu vejo que o município não tem mais uma identidade (Entrevista nº 3).

Esse apego à tradição, por outro lado, é apontado pelos representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais como um entrave à organização dos trabalhadores, até mesmo para alterar a sua condição de vida. Nas suas palavras:

As próprias escolas falavam assim: eu tenho que ser fazendeiro, eu tenho que me olhar no fazendeiro, eu sou amigo do fazendeiro, eu tenho que ser grande que nem o fazendeiro, pensar que eu sou grande, vou tomar a minha cachaça junto, vou ser igual a ele, vou laçar no rodeio. E muitas vezes é o próprio sem-terra que é peão. Se convidá-lo para acampar, para buscar um pedaço de terra, ele diz que não é sem-terra. Muitas vezes está na terra do fazendeiro e tem vergonha de ser o que realmente é (Entrevista nº 4).

Reconhecer-se como igual ao fazendeiro, através de mecanismos como a participação nas festas campeiras, é uma forma de representar-se dentro do tecido social. Assim, a desigualdade é trabalhada no campo das representações pela transcendência através da leitura e adequação da sua realidade a um conteúdo mais suportável no cotidiano, leitura esta sugerida e estimulada em múltiplas dimensões. Esse mecanismo traduz-se num movimento tão significativo, que um levantamento realizado pelo Programa Municipal de Desenvolvimento Local Sustentável, no segundo semestre de 2004, aponta um número relevante de instituições com esse foco, conforme demonstra o Quadro nº 3.

Quadro 3 - Entidades tradicionalistas de Encruzilhada do Sul/RS¹⁶

ENTIDADES		
C.T.G. Rodeio de Encruzilhada	P.T.G. Ronda Crioula	P.T.G. Espora de Prata
C.T.G. Sinuelo da Liberdade	P.T.G. Miguel Ângelo Franco	P.T.G. João Geraldo Vogg
P.T.G. Mate Amargo	P.T.G. Herança Farroupilha	P.T.G. Cambará
Grupo de Cavaleiros "Os Farrapos "	P.T.G. Berço da Tradição	P.T.G. Clóvis da Fontoura
P.T.G. Sanga Branca	P.T.G. Chama Crioula	P.T.G. Tropeiro Velho
P.T.G. Potro Xucro	P.T.G. Cabo Oscar Santos	P.T.G. Guapos da Querência
P.T.G. Zeno Pereira da Luz	P.T.G. Rio Grande Minha Pátria	P.T.G. Vô Chano
P.T.G. Basílio Pereira Luz	P.T.G. Volny Rassier Filho	P.T.G. Laçadores do Rio Grande
P.T.G. Cel. Antônio Machado	P.T.G. Agropecuária Cambará	P.T.G. Pai João
P.T.G. Marmeleiro	P.T.G. Landoaldo Batista	Grupo de Arte Nativa Chimango
P.T.G. Agropecuária Tio João	P.T.G. Marca de Casco	P.T.G. Chaleira Preta
P.T.G. Agropecuária Santos	P.T.G. Campo Vivo	P.T.G. Palanque do Rio Grande
P.T.G. Quero-Quero	P.T.G. Poncho Verde	P.T.G. Cap. Antônio Porfírio
P.T.G. Coronilha	P.T.G. Bibiano Batista	P.T.G. Vando Freitas

Fonte: Relatório de Diagnóstico do Programa Municipal de Desenvolvimento Sustentável-2005.

¹⁶ Os C.T.Gs-Centro de Tradições Gaúchas, dedicam-se ao cultivo dos aspectos festivos da tradição gaúcha como os bailes, grupos de dança, etc. Os P.T.Gs – Piquete de Tradições Gaúchas, envolvem-se com as atividades voltadas a provas campeiras que avaliam a agilidade e destreza na lida com o gado e o adestramento de cavalos, por exemplo.

Uma passagem pelo nome de cada entidade remete à cultura tradicionalista ou ao nome do fazendeiro que fundou ou mantém cada entidade, com a ajuda dos integrantes. Um número significativo delas foi fundada a partir da década de 1980.

Comparando com a média de instituições no Estado, com registro junto ao Movimento Tradicionalista Gaúcho, o número de instituições criadas em Encruzilhada nesse período é significativamente superior à média estadual (ver Quadro 4). Se forem considerados os 34 Piquetes de Tradição Gaúcha que não são filiados ao MTG, mas que estão em atividade no município, essa média é bem mais significativa.

Quadro 4 - Entidades tradicionalistas no Rio Grande do Sul e em Encruzilhada do Sul /RS

Abrangência	CTGs	Piquetes	Outras	Total
Estado - MTG*	872	277	221	1370
Média entidades/município	1,8	0,6	0,4	2,8
Encruzilhada do Sul - MTG**	02	04	03	08

* Fonte: Fundação IBGE, Movimento Gaúcho de Tradição e Folclore.

** Fonte: *Disponível* < www.mtg.org.br>, acesso em 23/09/05.

O movimento tradicionalista exalta a figura do “gaúcho”, o que se constitui numa forma de resgate da identidade territorial. Em sua origem, “gaúcho” era uma designação pejorativa, identificando mestiços que cruzavam os campos e “conservavam o entono de serem responsáveis por eles mesmos sem adotar hierarquias nem obedecer a chefes” (Torronteguy, 1994, p. 72).

A esse respeito, Torronteguy (1994) coloca que a guerra foi a oportunidade de os estancieiros utilizarem as habilidades desse grupo social, exímios conhecedores dos caminhos do pampa e habituados a lutar. Muitos cederam por sobrevivência, transformando-se em peões-soldados, induzidos por um discurso que afirmava que, ao final do conflito, teriam como recompensa seu quinhão de terras.

A estrutura fundiária foi severamente defendida pelos proprietários, surgindo a necessidade de recompensar de outra forma esse peão. Então, difundiu-se

“o discurso ideológico de que ele foi herói” (Torronteguy, 1994,p.73). Foi essa ideologia, aponta o autor, que ultrapassou o tempo e hoje é chamada de tradicionalismo,

aparentemente para conservar os costumes dos antepassados, mas no fundo, escondendo a perversa troca que houve: em vez de dar terras aos trabalhadores, os poderosos proprietários deram a ilusão de que eles foram orgulhosos guerreiros, que jamais a posteridade os esqueceria (TORRONTÉGUY, 1994, p.73).

A construção da representação dessa identidade gaúcha é alvo de exame crítico por parte de Oliven (1992), que afirma se tratar

de uma construção de identidade que exclui mais do que inclui, deixando fora a metade sul-riograndense e grande parte dos grupos sociais. Apesar do enfraquecimento da região sul do estado, da notável projeção econômica e política dos descendentes dos colonos de origem alemã e italiana que desenvolveram a região norte, da urbanização e industrialização, o tipo representativo do Rio Grande do Sul continua a ser a figura do gaúcho da Campanha como existia no passado. [...] Ela o faz de modo mais excludente ainda em relação ao negro e ao índio, que comparecem ao nível das representações de uma forma extremamente pálida (OLIVEN, 1992, p.6).

Além das instituições já citadas, no nível da educação formal, uma das escolas locais fundou o Centro de Pesquisa Folclórica Borges de Medeiros, além do Grupo de Arte Nativa Chimango, que hoje é independente. Com relação ao reforço ideológico produzido na escola, os representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais já haviam se pronunciado, mas é através das entidades e seu funcionamento que se percebe como essa representação identitária é continuamente realimentada.

2.2.4 A reação econômica: disputa e apropriação das novas oportunidades

Por outro lado, par e passo com a reação cultural, também há uma reação econômica, buscando capitalizar as novas oportunidades. Um exemplo desse processo foi a entrada da Elegê, uma empresa de laticínios, que durante um longo período negociou a implantação de uma bacia leiteira no município. O Assentamento Farroupilha, ao concentrar muitos produtores numa

determinada localidade, viabilizou economicamente esse empreendimento, tanto por esse fato quanto pelo fornecimento de crédito governamental aos assentados, que permitiu montar a infra-estrutura básica.

No entanto, tão logo se viabilizou esse processo, a empresa Laticínios Pioneiro, aberta por um empreendedor local com ligações estreitas com a elite governante, passa a disputar a mesma rota de entrega do leite. As dificuldades da empreitada e o desfecho foram assim relatados pela liderança do Sindicato dos Trabalhadores:

Foram várias reuniões com a Elegê. Não acreditávamos mais em bacia leiteira aqui no município. Foram feitos vários cadastros de outras entidades, várias negociações, e não se concretizava. Com a associação Segredo Farroupilha, nós negociamos diretamente com a Elegê, e logo se formou a bacia leiteira no assentamento. Depois da bacia instalada e funcionando muito bem, o pessoal aqui em Encruzilhada, por parte da prefeitura, foi disputar a mesma rota de entrega do leite. Se eles fossem buscar em outra rota ou em outro distrito, não seria o problema (Entrevista nº 4).

A Ata nº 28 do Conselho de Desenvolvimento Rural - CDR, de 5 de setembro de 1995, registra que o representante da EMATER se colocou à disposição para “uma possível reunião entre a direção da Laticínios Pioneiro e assentados buscando a viabilização da coleta de leite naquela localidade”.

O representante do órgão de apoio técnico aos produtores posiciona-se na disputa a favor do empresário e participante da equipe do governo municipal, que estava presente na mesma reunião, referindo que a empresa faria uma campanha de conscientização para diminuir o consumo de leite *in natura*. Dessa forma, percebe-se que os assuntos estratégicos da empresa são discutidos e apropriados no espaço do Conselho de forma naturalizada.

Em 2 de dezembro de 1997, Ata nº 54, o assunto volta a estar na pauta do CDR quando um dos integrantes do Conselho, técnico agrícola e vereador do município, informa que o Assentamento Farroupilha não cumpriu o acordo de entrega de uma parte da produção para a Laticínios Pioneiro.

Em 2001, a disputa continua. Na ata nº 82, de 21 de junho de 2001, consta: “[...] solicitou que ficasse registrado seu repúdio sobre certos

termos usados pela Sra. Cleomarina, na reunião anterior, onde a mesma se pronuncia dizendo que há uma disputa na bacia leiteira e guerra é guerra”.

Somente em 2003¹⁷, oito anos após o início da disputa, a Elegê, a Cotribá - Cooperativa Triticola de Ibirubá (que arrendou as instalações de uma cooperativa local desativada) e a Laticínios Pioneiro fizeram um acordo para a compra do leite, isso porque as empresas estavam deficitárias. O Conselho de Desenvolvimento Rural, enquanto canal deliberativo de políticas e de controle de verbas públicas, exerceu e exerce papel fundamental nessa disputa de oportunidades, seja no campo discursivo ou de resultados práticos.

As pesquisas relativas à prática dos Conselhos¹⁸ constataam que, de uma maneira geral, eles sofreram um processo gradativo de aprendizado e democratização. Tais constatações são válidas também para o Conselho de Desenvolvimento Rural de Encruzilhada do Sul. Inicialmente, ele apresentava um caráter reflexivo da postura do governo municipal, quase uma extensão do modelo de gestão. Os representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais relatam sua experiência durante esse período, dizendo que

Como o Conselho é paritário, nós não podemos ter a maioria das entidades ligadas aos trabalhadores rurais. O poder público também foi uma dificuldade que nós encontramos. Há cinco anos atrás, o Conselho era praticamente fechado, com a minoria representativa dos trabalhadores rurais. Então, era um Conselho, eu diria assim, "prefeiturado". [...] Não dava [...]. Sempre sendo voto vencido e muitas vezes nas questões mais importantes do setor. Conseguimos, de uns dois anos pra cá, abrir esse Conselho. O Conselho hoje tem em torno de 28 representações, uns 70% de associações por áreas. Então, só que nós estamos agora com essa dificuldade da lei, de tentar mudar a lei aí para ver como é que fica a questão da paridade. Eu diria que o Conselho hoje tem voz (Entrevista nº 4).

Técnicos das entidades públicas responsáveis por desenvolver atividades junto ao setor rural também apresentam esse mesmo entendimento, conforme se depreende do relatório da EMATER referente ao trabalho realizado no ano de 2000, onde consta como atividade proposta a reestruturação do Conselho, buscando torná-lo

¹⁷ *Jornal do Sudeste*, 30/07/2003, p.4.

¹⁸ Ver, por exemplo, os trabalhos de Maria Hermínia Tavares de Almeida – Federalismo e políticas sociais, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, junho de 1995, e de Marta T. S Arretche – Mitos da Descentralização: Mais democracia e eficiência nas políticas públicas?, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, junho de 1996.

paritário. Muito embora a intenção estivesse registrada, na avaliação, confirma-se que não houve aprovação, por parte dos conselheiros, da inclusão das novas entidades.

Essa percepção de que o Conselho servia mais como um instrumento de manipulação, seja de recursos ou de informações, para referendar decisões que já chegavam previamente acordadas dentro de um determinado grupo também esteve presente nas conversas informais com participantes de associações de produtores.

Uma análise das atas do CDR no período de 1993-2004 demonstra que, na composição do Conselho, havia pessoas ligadas aos modos de produção tradicional ou pioneiros nas novas atividades que são ligados à camada tradicional e dominante, responsáveis por decisões que, de um modo ou de outro, beneficiavam seus negócios, açambarcando ou quase levando a reboque os demais produtores nesses projetos. Apesar disso, o estímulo à organização dos produtores, capitaneada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e técnicos dissidentes da orientação hegemônica, transformou-se em resultados práticos, conforme se registra no Quadro 5:

Quadro 5 – Associações e entidades comunitárias de Encruzilhada do Sul/RS

Associação	Situação	Nº. Famílias	Distância da sede em Km
Associação de Fruticultores -Afrutes	Regular	78	Na Sede
Associação Ambiental do Médio Camaquã	Regular	-	70
Assoc. de Apicultores-Assepe	Regular	60	Na Sede
Assoc. Comunitária das Bananeiras	Em Formação	25	30
Assoc. Comum. Caminhos da Liberdade	Regular	20	25
Assoc. dos Moradores da Caneleira	Regular	29	45
Assoc. Comunitária do 3º Subdistrito	Regular	-	70
Assoc. Religiosa Santa Bárbara	Não Reg.	22	20
Assoc. de Feirantes	Regular	18	Na Sede
Assoc. Comunitária da Maria Santa	Regular	-	35
Assoc. Comunitária do Marmeleiro	Não Reg.	25	40
Assoc. Municipal dos Pequenos Agricultores- Ampa	Regular	40	-
Assoc. Comunitária Nª Srª De Fátima	Não Reg.	50	30
Assoc. Comunitária do Passo da Cachoeira	Regular	-	45
Assoc. Peq. Méd. Agric. da Serra dos Nascentes	Regular	80	65
Assoc. Comunitária da Ponta dos Vargas	Não Reg.	-	80
Assoc. de Produtores de Leite Bom Jesus	Regular	09	60
Assoc. Comunitária do Vau dos Prestes	Regular	40	70
Comunidade Religiosa Santa Rita	Regular	-	10
Assoc. dos Moradores das Três Porteiras	Não reg.	-	22

Fonte: Relatório de Diagnóstico Participativo – PMDLIS (Junho de 2004).

A transformação na dinâmica de funcionamento do Conselho, na visão de um desses técnicos, tem a ver com a ação de agentes comunitários de saúde que foram instrumentalizados como disseminadores de idéias, incentivando a organização em associações para a busca de uma melhoria nas condições de vida. Pela capilarização desses contatos, criou-se um ambiente que fomentou uma singular proliferação de associações no meio rural.

A respeito desse processo, diz a entrevistada:

Começamos a trabalhar bastante a questão das associações. Eu gostaria de colocar a importância do trabalho dos agentes comunitários de saúde nessa questão. Então, começaram a surgir as associações, e o pessoal dizia que não adiantava ter a associação se não houvesse o direito a participar, a decidir. Então, orientamos que viessem nas reuniões, independente de terem direito ou não, e o pessoal começou a vir (Entrevista nº 3).

Também há registros de apropriação de oportunidades por parte dos técnicos responsáveis pela implantação e administração técnica dos programas, que se transformaram em produtores. São os técnicos que sabem as normas para elaboração de projetos, que participam de treinamentos especializados em novas tecnologias e que são convidados a atividades em que se fazem demonstrações práticas de novas técnicas. Nesse caso, a inserção deu-se pelo acesso privilegiado ao conhecimento técnico, que pode ser cambiado com os que detêm o acesso aos recursos materiais e financeiros, estabelecendo uma política de aliança e troca de favores, alijando uma parcela dos associados. Através desses mecanismos, a dominação mantém-se e legitima-se na adesão ou no silêncio dos pequenos proprietários, dependentes de Pareceres Técnicos e acesso aos Programas administrados em conjunto pela Prefeitura e pelo Conselho.

3 Transformações territoriais

Este capítulo resgata as dinâmicas territoriais a partir do final da década de 1980, tendo como fontes principais os depoimentos obtidos nas entrevistas gravadas e a pesquisa documental.

3.1 Dados sociodemográficos preliminares

Uma breve introdução sobre a situação atual, relativamente à distribuição populacional, indicadores e atividades econômicas, busca situar o leitor nos processos atuais de transformação que serão abordados na seqüência.

A população do município em 2000, segundo censo do IBGE, era de 24.534 habitantes, dos quais, 64,2% residiam na área urbana. O PIB per capita em 2001 foi R\$ 5.797,00; em 2002, R\$ 5.244,00; em 2003, R\$ 6.382,00. O Índice de Desenvolvimento Sócio Econômico – IDESE¹⁹, de 0,631, fez com que o município ocupasse em 2000 a 345ª posição no Estado; em 2001, o índice foi de 0,635, mas a posição foi a 356ª; em 2002, com o índice de 0,642, o município passou para a 352ª posição. Todas as posições são enquadradas, pela metodologia do índice, como de médio desenvolvimento.

Pode-se dizer que a evolução da população ao longo do tempo em relação ao local de residência, numa análise simplista, é resultado apenas de sua transferência do meio rural para o urbano, já que essa região não

¹⁹ O IDESE é um índice sintético, inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), composto por 12 indicadores, divididos em quatro blocos temáticos: Educação; Renda; Saneamento e Domicílios; e Saúde. Os municípios podem ser classificados, segundo o valor do IDESE, em três níveis de desenvolvimento: alto (igual ou maior que 0,800), médio (igual ou maior que 0,500 e menor que 0,800) e baixo (menor que 0,500).

apresenta atrativos para imigrantes, também não havendo fenômenos significativos de transferência da população para outras regiões.

Na Tabela 1, quando se comparam os dados com os do Estado do Rio Grande do Sul, verifica-se que a transferência de população do meio rural para as áreas urbanas no Estado foi de 15%, enquanto que, em Encruzilhada do Sul, foi de 34%, ou seja, é superior às taxas do Estado em 19 pontos percentuais.

Tabela 1: Distribuição por local de residência da população urbano/rural – Encruzilhada do Sul e Rio Grande do Sul

	Encruzilhada		RS		Encruzilhada		RS		Encruzilhada		RS	
	1991	%	1991	%	1996	%	1996	%	2000	%	2000	%
Residentes	10.358	48	6.996.542	77	12.840	56	7.579.977	79	14.841	62	8.317.984	82
Urbana	11.121	52	2.142.128	23	9.977	44	2.054.711	21	9.061	38	1.869.814	18
Rural	21479	100	9.138.670	100	22817	100	9.634.688	100	23902	100	10187798	100
Total												

Fonte: IBGE, SIDRA, tabela 202.

Parte da explicação para esse fenômeno está no primeiro ciclo de acacicultura em Encruzilhada do Sul, que ocupou extensas áreas, deslocando os moradores dessa região, muitos deles agregados em fazendas.

A área geográfica ocupada pelo município de Encruzilhada do Sul corresponde a 1,2% do território do Estado do Rio Grande do Sul. Uma análise comparativa entre a área do município e a concentração de árvores por espécie pode ajudar na compreensão do impacto dessas culturas no município.

O levantamento de árvores existentes por espécies, realizado no Censo Agropecuário de 1996, demonstra que, para a espécie eucalipto, a concentração corresponde a 1,2% das árvores existentes no Estado; portanto, proporcional à área ocupada pelo município. Para a espécie acácia negra, a concentração corresponde a 10% das árvores existentes no Estado, o que indica que a expansão para essa espécie é significativa no município. É importante referir que não constam dados no Censo de 1996 com relação às árvores existentes da espécie *pinus elliotis*, conhecida vulgarmente como

pinho, cuja área ocupada para sua produção era extensa nesse período em Encruzilhada.

Tabela 2 - Número de árvores existentes por espécie no Rio Grande do Sul e em Encruzilhada do Sul/RS -1996

Local	Acácia	Eucalipto
Rio Grande do Sul	92.202.766	181.412.838
Encruzilhada do Sul - RS	9.235.159	2.220.236

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1996.

A participação dos diferentes setores na economia municipal levantada no Relatório de Atividades da EMATER em 2002 indica que o setor agropecuário representa 31,77% da arrecadação municipal, enquanto os serviços contribuem com 29,26%; a indústria, com 20,92%; e o comércio, com 18,04%.

O dinamismo das transformações na posse e uso da terra reflete-se nos dados. As informações referentes a outubro de 2005²⁰ já são bastante diversas das que constavam no Relatório de Atividades da EMATER em 2003 e indicam que a área de reflorestamento avança sobre a parcela de campos, matas nativas e áreas de preservação.

Tabela 3: Perfil do aproveitamento da área do município de Encruzilhada do Sul/RS

Uso	2003		2005		Dif. ha
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	
Floresta	30.000	8,8	55.000	16,2	+25.000
Área agrícola e culturas anuais	25.000	7,3	25.000	7,4	-
Fruticultura	700	0,2	700	0,2	-
Estradas e área de domínio	10.000	2,9	10.000	2,9	-
Mata nativa e área de preservação	75.000	22,0	66.000	19,4	- 9.000
Cidade	1.100	0,3	1.100	0,3	-
Campo nativo	198.200	58,2	182.200	53,6	-16.000
Total	340.000	100	340.000	100	-

Fonte: EMATER –Relatório 2003 e 2005.

²⁰ *Jornal do Sudeste*, 06/10/05, p.11. Notícia referente ao 1º Seminário sobre o Meio Rural - Panorama Agropecuário e Perspectiva de Futuro, ocorrido em 29/09/05, no município.

Há sempre uma divergência de dados quando se refere à área ocupada pelo reflorestamento, oscilando, nesse período de 2002-2003, entre 30 e 40 mil hectares. Por exemplo, os dados da EMATER no ano de 2003 informam 30.000 ha e 35.000 ha com floresta; no *Jornal do Sudeste*, em 07 de novembro de 2002, página 11, a informação é de que a área com *pinus*, eucalipto e acácia já atingia 40.000 ha. Os dados recolhidos pela EMATER sobre reflorestamento em 2004 informavam que a acácia já ocupava 17.000 ha, o *pinus*, 15.000 há, e o eucalipto, 7000 ha, o que representa uma área de 39 mil ha.

Essa divergência aparece nas notícias de jornais e relatórios oficiais, o que nos permite depreender que, além de não existir um registro adequado dos dados, há um discurso no sentido de criar a percepção no território da irreversibilidade do quadro com relação ao reflorestamento. Na mesma edição do jornal em que foi publicada a tabela de perfil de aproveitamento da área do município, cuja fonte é a EMATER, consta a declaração de um funcionário técnico da EMATER no município, que diz: “as culturas anuais, na década de 80, chegaram a 62 mil hectares, baixaram para 8 mil e atualmente chegam a 19 mil” (*Jornal do Sudeste*, 06/10/05, p.11). Isto é, na mesma edição do jornal, duas fontes ligadas à mesma entidade informam área divergentes para as culturas anuais.

A profusão de informações dificulta o estabelecimento de um parâmetro quantitativo das transformações. O mesmo se dá com relação às atividades agropecuárias. O rebanho bovino, que, conforme dados do IBGE, era de 170.792 cabeças (IBGE, Produção da Pecuária Municipal 1999; malha municipal digital do Brasil, situação em 1997), possuía 140.000 cabeças no ano de 2003, conforme Relatório da EMATER - uma redução de 18% do rebanho em seis anos.

A situação se repete em relação ao rebanho ovino. Em 1997, conforme dados do IBGE (mesma fonte citada), o rebanho ovino era de 105.254 cabeças, enquanto que, em 2003 (Relatório da EMATER), havia 59.159 cabeças. Nesse caso, a redução de 44% é significativa. Uma reação a essa situação por parte do poder público foi o lançamento do I Festival da Ovelha, buscando incentivar a retomada de uma produção local com tradição

entre os criadores. Os dados informados pelo Gerente da EMATER em evento sobre o assunto em setembro de 2005²¹ são de 161.000 cabeças no rebanho bovino e de 63.000 cabeças no rebanho ovino, o que aponta que a reação no rebanho bovino foi mais significativa que a do ovino.

Posto esse panorama inicial, em que está delineado um quadro de refluxo nas atividades produtivas tradicionais, que paulatinamente vai sendo assimilado e recontextualizado no território, há novas dinâmicas territoriais que ocupam esses espaços, reorganizando a produção.

3.2 Mitos e realidades: as novas ocupações e usos da terra

Nesta seção, são apresentadas algumas das representações sociais vigentes no território a respeito das novas atividades, como o reflorestamento, a fruticultura e outras oportunidades, analisadas a partir do confronto com as observações em campo e as demais fontes que serviram de apoio à pesquisa.

3.2.1 Reflorestamento: "caderneta de poupança" do pequeno e do grande

Nischi (2003), que faz uma análise de projetos florestais com a finalidade de enquadrar áreas no critério para elegibilidade de atividades sustentáveis para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, previsto no protocolo de Kyoto²², trabalha com uma diferença conceitual entre reflorestamento e florestamento. Segundo ele, é considerado reflorestamento:

[...] a conversão por indução direta do homem de terras não-florestadas em terras florestadas através de plantio, semeadura e/ou na promoção induzida

²¹ *Jornal do Sudeste*, 06/10/05, p.11.

²² Para aprofundar esse tema, ver referência completa do trabalho do autor na bibliografia.

pelo homem de semeadura natural, ou terras que eram florestadas, mas que tinham sido convertidas em terras não-florestadas (NISCHI, 2003, p.18).

O período limite nessa classificação é que as áreas não contenham florestas desde 31 de dezembro de 1989. O florestamento, ainda segundo esse autor, exige que as áreas não tenham sido florestadas por um período mínimo de 50 anos. Ambas as classificações são extremamente úteis para os estudos ambientais que trabalham com análises sobre o impacto da captação de créditos de carbono, prevista no protocolo de Kioto, o que não é o foco deste estudo.

Por essa razão, embora se reconheça que no território em questão podem ocorrer as duas situações, por uma questão metodológica, a atividade será referida como reflorestamento. Isso apenas porque uma referência deve ser escolhida e porque uma eventual imprecisão técnica não compromete o escopo da análise proposta.

Com relação às novas dinâmicas territoriais, o reflorestamento surge como uma atividade importante, tendo ocorrido dois ciclos de acacicultura a partir da década de 80. O primeiro ciclo deixou um saldo de produtores descapitalizados²³ e registros de trabalho em situação análoga à escravidão²⁴. O segundo ciclo está em pleno andamento.

Uma nota da EMATER-RS é uma referência importante sobre como foi esse processo da introdução do reflorestamento em Encruzilhada do Sul:

Em 1989, a RIOCEL começou a distribuição de mudas de eucalipto através de um convênio entre a Prefeitura e a EMATER. Esse trabalho foi denominado Fomento Florestal. [...] Os produtores que pegaram muda assinaram um contrato com a Riocel, em que, por ocasião do primeiro corte, poderiam vender toda essa madeira para a empresa. Caso contrário, se o produtor não tiver interesse em vender a madeira produzida para a Riocel, este deverá pagar o valor correspondente às mudas, que será de 10% da estimativa da produção da mata. (*Jornal do Sudeste*, 16/02/1996).

Bertê (2004, p.73) aponta que a mata nativa, conforme dados da FEPAM de 1992, correspondia a 2% da área do Rio Grande do Sul,

²³ Os grandes proprietários que arrendaram suas áreas para plantação de acácia consumiram o valor do arrendamento durante a sua vigência e, ao receberem suas terras, encontravam-se sem capital para relocação de plantel e formação de lavouras e pastagens, bem como para a limpeza do terreno (retirada dos tocos das árvores). Esse fator induziu a venda de parte ou de toda a propriedade.

²⁴ Notícia publicada em 17/08/1991, *Jornal do Sudeste*, primeira página.

enquanto que a área ocupada pelo reflorestamento com acácia, eucalipto e *pinus* era de 4%, informando que Encruzilhada está entre os municípios que sofreram a maior concentração dessa prática.

O Relatório de Atividades da EMATER de 1992 registra a estimativa de área de matas nativas em 30.000 ha e em 17.400 ha de áreas reflorestadas com eucalipto, *pinus* e acácia negra. No entanto, esse mesmo relatório refere, no ano de 2003, a área de mata nativa como sendo de 75.000 ha e a de reflorestamento sendo de 35.000 ha.

Já a Prefeitura Municipal²⁵ estima que, em 2004, essa atividade ocupava 35.000 ha, ou seja, 10% de toda a área reflorestada no Estado do Rio Grande do Sul, envolvendo 20 empresas no processo, desde o plantio da árvore até o corte, gerando 2.500 empregos diretos e indiretos.

Segundo a Associação Gaúcha das Empresas de Florestamento - AGEFLOR²⁶, um emprego é gerado a cada 7 ha plantados, o que, se tomado como parâmetro para Encruzilhada, resultaria na geração de 5.000 empregos. Portanto, há uma discrepância significativa entre as informações: os empregos informados pelo poder público municipal constituem-se na metade do que efetivamente deveriam ser gerados pela informação da AGEFLOR.

Deve-se considerar que a AGEFLOR é uma entidade interessada em legitimar a atividade florestal como alternativa positiva para o uso da terra. Uma das fontes de rentabilidade desses empreendimentos deriva da alocação de dinheiro público na forma de financiamentos ou incentivos fiscais. Um argumento com forte legitimidade social para sustentar essa alocação de recursos públicos é a geração de empregos.

A estratégia de dar publicidade à geração de empregos foi observada recentemente, em outubro de 2005, no anúncio pela empresa sueca Stora Enso da compra de 50.000 hectares na metade sul do estado. A empresa anunciou que geraria de 1.000 a 1.500 empregos, enquanto que a AGEFLOR

²⁵ Notícia publicada em 29 de julho, *Jornal do Sudeste* (Encruzilhada do Sul/RS), p. 6. Os dados da EMATER referentes ao mesmo período informam 39.000 ha com reflorestamento.

²⁶ Notícia publicada no jornal *Zero Hora* (PortoAlegre/RS), em 18/04/2004, p. 16.

estimou a geração de 100 mil empregos, em toda a cadeia florestal, com esse novo investimento.

O financiamento público a partir da estratégia discursiva da geração de empregos fica justificado e é usado como estímulo à adesão à atividade, ampliando o círculo. O BNDES²⁷ - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, disponibiliza até R\$ 150 mil por Cadastro de Pessoa Física para investimento nesse segmento. Nesse sentido, o Estado estende sua mão, através do dinheiro público, escudado na sempre verossímil proposta de estimular o desenvolvimento, e isso ocorre desde a década de 1970²⁸.

Com relação aos empregos gerados, conforme os dados recolhidos em campo relacionados ao eucalipto, a mão-de-obra é necessária no plantio e na capina até o terceiro ano do plantio; depois, só na época do corte, no sétimo ano.

Outro aspecto a respeito desse uso do território é o fato de que está sendo estimulada a ocupação da terra com extensas áreas de monocultura, com os conseqüentes prejuízos ambientais. Relativamente ao eucalipto, que predominou no primeiro ciclo de reflorestamento, Bertê (2004) apresenta os seguintes aspectos:

O eucalipto vem sendo utilizado como principal gênero para florestamento na forma de monocultura em 58 países, sendo que em praticamente todos existem reivindicações para o cancelamento dos incentivos à atividade em função dos prejuízos ambientais. A bibliografia mundial indica que a monocultura florestal do eucalipto especialmente causa erosão e degradação do solo além de alteração do regime hídrico dos aquíferos superficiais e subsuperficiais (BERTÊ, 2004, p. 73).

O avanço do reflorestamento pouco a pouco vai pressionando os agricultores remanescentes, que resistem – muitos com base na tradição, e não por razões econômicas, como relata um agricultor de 71 anos:

Foi muita pressão. Estou sitiado já, os fazendeiros já venderam as terras no entorno da minha chácara. Vender a terra? Nunca, nunca, chego a chorar se falam que vão vender minha terra. Eu chamo "o meu tesouro", que eu

²⁷ *Correio do Povo*, 10/10/2005, p.18.

²⁸ Uma abordagem detalhada sobre a questão do reflorestamento e seus efeitos econômicos e sociais pode ser encontrada em Cerqueira (1993).

recebi do papai e outro pouco da minha irmã. Nasci e me criei ali, vou deixar para os meus filhos, se Deus quiser (Entrevista nº 7).

As empresas de reflorestamento, após um período em que se adequaram às leis trabalhistas, redefiniram suas estratégias de inserção com base em “novas” relações de trabalho: ao invés de trabalho em condições similares às da escravidão, a sub-contratação de cooperativas de trabalho e um núcleo pequeno de trabalhadores vinculados diretamente às empresas.

Desse modo, parte substantiva do trabalho de desmatamento e retirada da madeira está sendo realizada através de “cooperativados”, contratados pelos empreiteiros, que servem de fachada para a precarização dos vínculos empregatícios. Por outros meios, o tipo de organização do trabalho original reinstala-se através desse mecanismo.

A Tanagro S.A., uma das empresas pioneiras no município, distribui seus trabalhadores da seguinte forma:

Utilizando empregados próprios para as atividades de planejamento e controle, pesquisa florestal, produção de mudas, plantio e colheita de florestas, a Tanagro reúne cerca de 1.000 funcionários [...] Em Encruzilhada do Sul, são 213 pessoas. A empresa conta ainda com 160 empregados de prestadoras de serviços que atuam no transporte da madeira e casca, preparo do solo mecanizado, plantio mecanizado e construção de cercas e mangueiras (*Jornal do Sudeste*, 22/10/2003).

Além de as atividades do cultivo e extração da madeira estarem migrando majoritariamente para o uso do trabalho cooperativado, também a Forjasul²⁹ – a maior empresa de beneficiamento de madeira no município – adotou-o para parte da sua produção.

Na esfera legal, no lugar do trabalho em situação análoga à escravidão nos moldes anteriores, sutilmente é colocada a responsabilidade das condições de trabalho no próprio trabalhador. Uma vez integrante da cooperativa, ele torna-se, conceitual e legalmente, protagonista na definição do funcionamento da entidade.

²⁹ Essa empresa possui área própria de reflorestamento no território (6.000 ha), e sua meta é chegar a 10.000 ha, acrescentando 500 ha a cada ano; da sua produção, 50% são exportados. Estes foram dados extraídos de notícia publicada no *Jornal do Sudeste*, 09/10/2003, p.5.

Faticamente, o recrutamento dos “cooperativados” realiza-se com base no histórico do trabalhador: quem já teve ações na Justiça do Trabalho ou fez exigências, confrontando algum patrão, não consegue vaga. Outros recorrem aos personagens notáveis locais para que interfiram junto aos responsáveis pelas Cooperativas para a sua contratação e ficam devendo favores ao benemérito, a serem retribuídos oportunamente, quase sempre em período eleitoral.

Os proprietários de extensões maiores de terra, que ainda não arrendaram para reflorestamento, estão plantando acácia e eucalipto em parte da propriedade, através de um sistema de consórcio com as empresas, por meio do qual o financiamento da produção será pago com produto.

Assim, a pecuária extensiva como principal forma de exploração de atividade econômica é abandonada parcialmente, deslocando-se o foco para a produção de madeira. Mas a lógica de produção permanece a mesma: antes, o boi solto no campo e o proprietário da terra tratando de outros interesses na cidade; agora, a árvore crescendo assim como o boi engordava – sem dar trabalho e com a esperança do retorno financeiro sem muito esforço. É a partir desse olhar que se justifica a percepção, no imaginário, da floresta como poupança.

A síntese desse processo, na visão de um entrevistado, é de uma clareza ímpar para o entendimento desse processo:

O primeiro que plantou, os outros ficaram olhando e criticando. Diziam que era melhor vender a área ou arrendar [...]. Agora tem dessas coisas que arrendam e pagam adiantado, então normalmente é assim. A primeira coisa é comprar um automóvel. [...] Quando recebe a terra de novo, já não vale quase nada, porque a acácia consome muito, ela tira muito orgânico da terra e não há reposição e está caro o adubo. Então, vira em vassoura, é mais ou menos isso (Entrevista nº 1).

O impacto dessa opção produtiva também começa a fazer-se presente para o pequeno produtor, acostumado a inspirar-se nas opções do grande e também nas suas lideranças. Isso também é reflexo da opção condicionada pela perspectiva de desenvolvimento exógena. Um exemplo desse processo é a luta pelo programa de financiamento florestal para a

pequena propriedade, motivo de orgulho para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pioneiro na sua implantação no Estado. Diz um dos seus dirigentes:

São 104 famílias que receberão em torno de 355 mil para o PRONAF Floresta. São 480 hectares já plantados esse ano que passou. Nós, de Encruzilhada, já estamos, no meu entender, contribuindo mais do que as empresas através dos pequenos agricultores. [...] No PRONAF Floresta, também se enquadram até 8 hectares, e foram liberados no ano passado, nessa safra, 8,7 milhões pelo Banco do Brasil. Dá para fazer um percentual que representa mais de 70% do orçamento do nosso município (Entrevista nº.4).

Embora os projetos preconizados pelo Movimento dos Pequenos Agricultores considerem aspectos relativos à questão da sustentabilidade, permitindo apenas o plantio numa fração de terra das propriedades, evitando que o longo período de ocupação da terra e a degradação do solo produzida por essas culturas as leve a uma situação de desequilíbrio, acabam por deixar de lado outras alternativas igualmente viáveis.

Rampazzo (2000, p.47) realizou uma pesquisa sobre a opção pelo reflorestamento na região do Alto Uruguai em pequenas propriedades, através de uma cooperativa (COTREL), levantando as razões dos produtores para aderirem a essa atividade. Seus resultados foram os seguintes: 33% dos reflorestadores buscam suprir a própria necessidade; 33%, suprir a necessidade mais comercialização do excedente; 25% dedicam-se à produção de madeira em toras para serrarias e produção de lenha; e 9% têm intenções exclusivamente ambientais.

Já em Encruzilhada do Sul, observa-se que a perspectiva do reflorestamento como poupança garantida e única possibilidade viável é uma tônica no território, seja no discurso dos comerciantes, das autoridades e também dos entrevistados. Para ilustrar o resultado do árduo trabalho das empresas reflorestadoras em convencer que o “mato” é garantia de futuro, apresenta-se a avaliação de um pequeno empresário local, que representa um discurso recorrente e disseminado no município:

A madeira é sucesso garantido, o reflorestamento, o eucalipto, a acácia. Mas o pequeno produtor, aqueles de pequenas áreas que entraram pra fruticultura, fizeram açude pra vender peixe, eles não têm o ponto de equilíbrio e não chega a dar para a manutenção. Para se auto-sustentarem, têm que colocar o dinheiro de fora, e aí começa o vazamento, até o ponto de não funcionar mais (Entrevista nº 5).

Como será visto no próximo capítulo, essa percepção não reflete a realidade encontrada nos dados de campo, em que se constata que a renda e a qualidade de vida dos produtores autônomos estão melhor colocadas que as demais opções de inserção nas novas atividades.

O próprio Movimento dos Pequenos Agricultores, que parte de uma perspectiva diferenciada do processo produtivo, acaba por acatar essa representação do “mato” como uma poupança para o futuro:

Hoje, sabemos que a energia do futuro é a lenha, é a acácia. Por isso, justificamos o PRONAF Floresta e a nossa luta vai continuar [...] Aqui discutimos com os pequenos agricultores através dos grupos e vemos o que é melhor. Então, isso foi discutido com os grupos, concluindo que o PRONAF Floresta seria uma alternativa para as pequenas propriedades. Em vez de o pequeno agricultor arrendar a sua propriedade ou vender para as grandes empresas, ele mesmo planta a sua parte que ele ia arrendar ou vender e, no futuro, ele tem a sua caderneta de poupança dentro da sua propriedade (Entrevista nº 4).

Esse discurso do reflorestamento como alternativa para os pequenos agricultores é reforçado pela prática das entidades. No ano de 2002³⁰, o jornal local registrou a distribuição de 50 mil mudas de árvores nativas e exóticas para integrantes do Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais e assentamentos da reforma agrária, através de um convênio com a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO.

O reflorestamento, além de ser incentivado pelo exemplo, também o é institucionalmente: o posto de atendimento da AGEFLOR está em uma sala cedida pela Prefeitura, a distribuição das mudas exóticas (*pinus*, acácia e eucalipto) é feita pela Secretaria de Agropecuária, assim como a sua produção é resultado de um convênio com a Prefeitura e a FEPAGRO.

A venda da idéia do reflorestamento como poupança perpassa os discursos e transforma-se numa prática, principalmente entre as lideranças. Um exemplo simbolicamente forte a esse respeito é o fato de que o prefeito que conduziu parte desse processo (gestão de 1997-2004), proprietário de uma extensa área urbana, ocupou o terreno com plantação de acácia. A fotografia da figura 7 representa a imagem que se tem da propriedade do ex-prefeito, ao entrar-se na Vila Paraíso.

³⁰ *Jornal do Sudeste*, 22/08/2002, capa.

Figura 7 - Mato de acácia dentro dos limites urbanos.



Fonte: Fotografia registrada durante o trabalho em campo, fevereiro de 2005.

A preocupação com os aspectos ambientais de ampliação das áreas reflorestadas, por outro lado, está entrando na pauta das entidades de defesa do meio ambiente, conforme verifica-se na faixa apresentada na caminhada relativa ao Dia do Meio Ambiente, em 2005, que ocorreu em Porto Alegre (RS).

Figura 8 - Passeata do Dia do Meio Ambiente - Porto Alegre, 05/06/2005



Fonte: © 2005, Ingá - Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais.

Em Porto Alegre (RS), em outubro de 2005, foram exibidos *outdoors* com charges críticas à expansão da área reflorestada, em que um

gaúcho não consegue se deslocar com o cavalo porque o solo está cheio de “tocos” de árvores cortadas. Isso demonstra que a preocupação ambiental com os rumos dessa opção adquire visibilidade, embora apenas entre os ambientalistas.

3.2.2 A falta de “aptidão” do trabalhador local para a melancia

A produção de melancia no município de Encruzilhada do Sul intensificou-se nos últimos cinco anos, a partir de uma prática de arrendamento por um curto prazo, envolvendo fazendeiros e empresários do ramo. A prática contempla a entrega da terra com pastos para engordar o gado no período de inverno.

O processo de implantação de uma lavoura de melancia tem início no mês de setembro, quando o empreendedor busca terras para o arrendamento, o preparo da terra e a semeadura em outubro. Nessa época, através de um empreiteiro, são contratados trabalhadores da localidade próxima à lavoura, arranjo este que perdura até a colheita da safra. Os dados que serão apresentados neste capítulo são fruto de um trabalho realizado em 2004, quando foram acompanhados e entrevistados 13 trabalhadores – incluindo o empreiteiro, que trabalha tal qual os outros – numa lavoura dividida em duas áreas próximas, num total de 40 ha.

O empreiteiro é recrutado dentro do próprio grupo pela sua liderança entre os demais e tem a incumbência de selecionar os trabalhadores, gerenciar horários e conflitos, distribuir tarefas, efetuar pagamentos, entre outras atribuições. Nenhum dos trabalhadores possui vínculo formal (carteira assinada) nem com o empreiteiro, tampouco com o dono da lavoura. O preparo da terra para plantio é mecanizado, feito por um empregado que responde diretamente ao dono da lavoura.

No primeiro mês da lavoura formada, são replantadas as sementes falhadas e é realizada a primeira capina da área. O trabalho é

manual. Nessa área de 40 há, foram utilizados 12 trabalhadores durante três dias, recebendo R\$ 25,00/dia para uma jornada diária de 10 a 12 horas.

A colocação de nutrientes químicos (adubação foliar) é mecanizada; já o controle de pragas, como formigas, isto é, aplicação de “veneno”, é feito manualmente pelos trabalhadores contratados, ao custo de R\$ 30,00/dia para uma jornada diária também de 10 a 12 horas.

Na fase da colheita, o pagamento do trabalho é feito por carga, valor que, na safra de 2004, foi de R\$ 100,00 (cem reais) e, na safra de 2005, R\$ 120,00. Esse valor é dividido entre todos os trabalhadores que se envolveram na tarefa, em geral, em torno de 10. É nessa etapa que são utilizados os “goianos”, trabalhadores provenientes de diferentes regiões do país, que são assim denominados em razão de que os primeiros que apareceram eram do estado de Goiás.

As plantações de melancia, que em 1995 ocupavam 200 ha, em 2001, passaram a ocupar 1.800 ha, em 2002, 1.400 ha³¹ e, em 2003, 2.000 ha. Tomando como base este último ano, obtém-se um incremento de 700% em oito anos nessa lavoura temporária, que apresenta outra característica: não há registros de que os produtores comprem terras para essa cultura, sendo o arrendamento a alternativa utilizada.

O deputado estadual do Rio Grande do Sul Paulo Azeredo, divulgando a Festa da Melancia, fez o seguinte pronunciamento na 6ª sessão ordinária da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul³², em 24 de fevereiro de 2000,:

A melancia significa hoje para o Município de Encruzilhada do Sul uma receita de mais de 2 milhões de reais, com 40 mil toneladas de produção. O município é considerado a Capital da Melancia. Já possui a maior colheita individual do Estado, além da maior área plantada, bem como uma fruta de qualidade, que é consumida em vários Estados do Brasil e em países vizinhos. A geração de empregos é outro fator importante na safra de melancia. A cadeia produtiva emprega diretamente 700 pessoas nesse município, entre plantio, colheita, beneficiamento e transporte da fruta. Na Ceasa, por exemplo, vários outros empregos são gerados, pois trabalhadores avulsos se oferecem para descarregar os caminhões (Ata da 6ª sessão ordinária da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 24/02/2000).

³¹ Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, Tabela 1612.

³² Site da Assembléia Legislativa do RS, acessado em 14/02/2005.

Na mesma sessão e em aparte, o Deputado Giro Simoni revelou que o Deputado Paulo Azeredo é um dos produtores de melancia de Encruzilhada do Sul, indicando de que lugar o Deputado está falando.

A dificuldade em contratar a mão-de-obra local para a colheita na lavoura da melancia suscita polêmica. Um plantador de melancia que arrenda terras em Encruzilhada, explicando por que contrata os “goianos” para a colheita, argumenta que eles têm uma habilidade que o pessoal local ainda não aprendeu: separar a carga pelo peso da melancia, de acordo com a solicitação do cliente. Ressalta que esses trabalhadores que se deslocam de safra em safra são problemáticos; nas suas palavras: “[...] fazem muita arruaça e bebem muito”, mas são necessários.

Em outro momento, um produtor local da área de fruticultura que não planta melancia, falando sobre a questão da mão de obra local, afirmou que

O problema do trabalhador de Encruzilhada é que ele quer sábado, ele quer feriado, ele quer domingo, que ele não quer trabalhar mais de 10 horas por dia, que eles não entendem que a fruta apodrece, que tem que ser colhida rápido, que ele quer carteira assinada para 20, 30 dias (Entrevista nº 17).

Essa situação é dada como uma característica local, inclusive pelos técnicos que trabalham na área, conforme pode-se verificar neste trecho de entrevista:

O reflorestamento ainda é a atividade que usa bastante mão-de-obra. Mas a melancia, por exemplo, dizem que eles não pegam o pessoal daqui, eles não contratam o pessoal do município. [...] Admito que tenha esse lado também: a cabeça das pessoas ainda continua aquela do peão, conforme me disse uma dessas pessoas. Eles ainda têm aquela mentalidade de peão, que faz a recorrida no campo, vê como é que estão os animais, volta para casa, almoça, sesteia. De tardezinha, faz mais uma recorrida. Então, eles ainda não incorporaram essa realidade de trabalhar em indústria, na escala industrial, e os empresários têm dificuldade de encontrar mão-de-obra. Isso aí eu tenho que admitir (Entrevista nº 3).

O que não é dito pelos produtores com relação a essa realidade é a situação desse trabalhador, a forma como se dá o vínculo com o trabalho. As observações feitas na seqüência são adequadas não só para essa atividade, mas também para todos os safristas de Encruzilhada do Sul.

A primeira questão que precisa ser posta é sobre quem é esse trabalhador dentro do contexto legal. A Lei nº. 5.889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, define, no seu artigo 2º:

Art. 2º - Empregado rural é toda a pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário.

O trabalhador safrista possui um vínculo de natureza eventual, cuja regulação no estatuto jurídico está expressa no art. 14º:

Art. 14º: Expirado normalmente o contrato, a empresa pagará ao safrista, a título de indenização de tempo de serviço, importância correspondente a 1/12 do salário mensal, por mês de serviço ou fração superior a 14 (catorze) dias.

Parágrafo único: Considera-se contrato de safra o que tenha duração dependente de variações estacionais da atividade agrária.

Evidente que, dadas as condições de contratação e de desenvolvimento das atividades, em que nem sequer existe contrato, mencionar tais dispositivos legais só tem a função de situar juridicamente a marginalidade desses trabalhadores.

Antunes trabalha com a noção de classe trabalhadora ou “classe-que-vive-do” trabalho, propondo que se amplie essa noção, incluindo os proletários rurais. Segundo esse autor,

pensar nos proletários ou trabalhadores do mundo hoje implica também pensar naqueles que vendem sua força de trabalho para o capital, os chamados bóias-frias das regiões agroindustriais. Esse proletariado rural que vende a sua força de trabalho, ele é também parte constitutiva dos trabalhadores hoje, da classe que vive do trabalho (ANTUNES, 1999, p. 199).

Os trabalhadores da lavoura de melancia comem sua refeição na temperatura e estado em que se encontra, já que carregam sua própria comida e não há tempo nem local para esquentá-la ou mantê-la sob condições de refrigeração. Mas é na descrição das condições de trabalho do “bóia-fria” que ocorre a possibilidade de aproximação com a situação desses trabalhadores.

A designação bóia-fria, dada ao volante, decorre das condições freqüentes em que se realiza seu trabalho. Contratado para desempenhar tarefas em

pequenos intervalos de tempo, o volante não pode se fixar no local onde trabalha. Via de regra, viaja diariamente para aquele local, levando uma pequena marmitta ou caldeirão, com o alimento que lhe servirá de almoço. A falta de instalações para o seu devido aquecimento, a comida é ingerida fria (MELLO, 1975, p. 109).

É importante salientar que, de acordo com a autora, a principal característica que identifica um trabalhador como um bóia-fria não é a refeição ingerida fria, e sim a forma de contratação. “O bóia-fria é contratado para desempenhar determinada tarefa, num curto espaço de tempo e sem qualquer vínculo de natureza trabalhista com o empregador” (MELLO, 1975, p. 110).

Outra denominação para esse trabalhador pode ser a de “volante” porque, conforme Mello,

Denomina-se, comumente, “volante” o trabalhador agrícola que reside fora das fazendas, em geral nas periferias das cidades e vilas, e que se desloca continuamente para executar tarefas, em regime de empreitada, nas áreas rurais (MELLO, 1975, p.25).

Nessa classificação, duas características são importantes: a precariedade do vínculo estabelecido com quem o contrata, o que não lhe garante nenhum direito, exceto o valor do dia efetivamente trabalhado e a residência distinta do local de trabalho.

No trabalho de campo realizado em 2004, acompanhou-se o cotidiano desses trabalhadores, em torno de 15 dias durante o período da colheita da safra. Isso nos permitiu algumas observações.

A primeira observação diz respeito à percepção de horas trabalhadas, que é diferente dentro do grupo, sendo universal apenas no que diz respeito ao tempo de transporte até a lavoura. Embora todos se desloquem de suas casas (e não é desse tempo despendido que se fala), o tempo que o caminhão leva do local marcado até a chegada na lavoura e o tempo de retorno não são contabilizados como tempo de trabalho.

Durante o período acompanhado, os trabalhadores não retornavam antes das 18 horas e, na maioria dos dias em que foi feita a observação, retornaram após as 21 horas. Se considerarmos que a saída se dava em torno das 6 horas da manhã e que o intervalo de almoço nunca

ultrapassava 30 minutos, mesmo na perspectiva mais otimista, seriam onze horas e meia de trabalho diário. No entanto, ao serem questionados, subtraíam do seu esforço em torno de quatro horas e meia de trabalho, na média.

Há duas formas de coerção no processo de trabalho que expandem a jornada: uma é realizada pelo horário de saída do caminhão (o caminhão não espera); outra, pela tarefa, pois o pagamento é realizado somente com a tarefa cumprida, como, por exemplo, capinar dois hectares, ou por caminhão carregado – que inclui colher, carregar um reboque, descarregar e recarregar no caminhão.

Relacionado à segunda forma, observa-se outro modo de controle interno que evita as faltas no grupo e o mantém coeso: após o carregamento do último caminhão, faz-se a colheita de um tanto de melancia para ser carregado no dia seguinte. Caso o trabalhador que ajudou nessa tarefa falte no outro dia, perde seu trabalho do final do dia, já que a remuneração é contada por caminhão carregado.

Quando questionados sobre efeitos na sua saúde relacionados com o tipo de trabalho realizado, a resposta unânime foi a negação. No entanto, na observação em campo, ao final de cada dia de trabalho, um grupo representativo desses trabalhadores tomava uma mistura de refrigerante com cachaça, para “descansar” os braços e as pernas, mistura algumas vezes acompanhada de algum analgésico.

Outras referências significativas nas conversas informais sobre esses assuntos são os freqüentes distúrbios gastro-intestinais pelo consumo de alimento deteriorado, dor de cabeça e queimaduras por excesso de exposição ao sol. Não há, por parte do dono da lavoura, o fornecimento de nenhum tipo de equipamento ou alimentação, exceto o pagamento de cervejas ocasionalmente e de um churrasco no final da safra, de sorte que, para proteção, os trabalhadores têm que dispor de seus próprios recursos.

No grupo observado, somente dois trabalhadores usavam botas para protegerem-se das cobras. Ainda nesse aspecto de cuidados com a saúde, observa-se que quase todos utilizavam trapos atados aos pulsos a fim de fortalecê-los para o levantamento das melancias, evitando que “os pulsos se

abrissem”. Ao final do dia, a aparência desses trabalhadores, cobertos de pó grudado ao corpo e às roupas pelo suor e com trapos atados aos pulsos, lembra em muito a aparência dos trabalhadores em minas.

Da mesma forma que os trabalhadores negaram doenças de trabalho, negaram as faltas delas decorrentes. No entanto, em algumas entrevistas em que as mulheres estavam presentes, essa informação foi contestada, mas a reação era imediata e de negação.

A análise desse comportamento deve prescindir de partir do ponto de vista da omissão puramente, sendo percebida dentro de um contexto onde está associado o sofrimento físico e psíquico do trabalho. Dejours, nesse sentido, informa:

Trabalhar, na verdade, é não apenas exercer atividades produtivas, mas também “conviver”. Assim, uma organização do trabalho racional deve antes de tudo preocupar-se com a eficiência técnica, mas deve também incorporar argumentos relativos à convivência, ao viver em comum, às regras de sociabilidade, ou seja, ao mundo social do trabalho, bem como argumentos relativos à proteção do ego e à realização do ego, ou seja, a saúde e ao mundo subjetivo (DEJOURS, 2001, p. 62).

Também é necessário que se contextualize a fala desse grupo de trabalhadores. Nesse contexto, a masculinidade e a capacidade de agüentar o peso do trabalho, o sol castigando e a exaustão além de limites inimagináveis são valores importantes.

A organização do trabalho nas lavouras de melancia apresenta diversos traços culturais que remetem ao modo de produção agro-pastoril. Há uma equipe, como os peões, um empreiteiro (no lugar do capataz) e um patrão em ambos os tipos de organização do trabalho.

A base de contratação do trabalho também é similar. São os laços de confiança que determinam as oportunidades de fazer parte da equipe. Não se pode convidar alguém que amanhã vá reclamar na justiça do trabalho seus direitos – afirmação recorrente entre empreiteiros, não só da lavoura da melancia. Além disso, a camaradagem do patrão, que, em duas ou três oportunidades, “patrocina” churrasco e cervejada, coloca-o numa categoria de “patrão camarada”, que “não faz diferença entre as pessoas”, exatamente como na dominação tradicional.

3.2.3 Práticas patrimonialistas através do Programa de Incentivo à Fruticultura

O Programa de Fruticultura constitui-se em um espaço privilegiado para observação das práticas patrimonialistas nas novas atividades. Toda a articulação dos produtores hoje consolidados deu-se através de relações estabelecidas em redes políticas e de poder locais.

Uma leitura das atas do Conselho de Desenvolvimento Rural demonstra como a discussão e o encaminhamento do processo foram direcionados de acordo com os interesses de determinados segmentos. Na questão da fruticultura, por exemplo, mais de uma vez foram feitas referências à apropriação dos recursos pelo uso de determinada posição. Primeiramente, pelo acesso ao financiamento, como afirma um dos nossos entrevistados:

A fruticultura começou em Encruzilhada há mais de 20 anos, com a maçã. O pessoal recebeu financiamento para fazer o reflorestamento, e alguns espertos viram o potencial do nosso clima. Plantaram algumas áreas de maçã. Havia gente daqui também, mas as primeiras foram pessoas de fora, de outras regiões. Essa área ficou em 100, 120 hectares até meados de 97, quando, através do programa do governo federal, programa de desenvolvimento da fruticultura irrigada da metade sul, o governo federal conseguiu recursos a fundo perdido (Entrevista nº 6).

Essa apropriação perpassava o processo de decisão e, segundo alguns produtores, materializava-se até na distribuição de mudas. Estas eram selecionadas primeiramente pelos que tinham acesso privilegiado, sobrando as restantes para os demais integrantes da Associação de Fruticultores. Esse tipo de procedimento também era visto na distribuição dos equipamentos para irrigação, que não contemplava os pequenos, segundo os relatos.

Um dos técnicos responsáveis pela distribuição de mudas e fruticultor participante desse processo, quando questionado sobre os critérios de distribuição, manifestou-se no seguinte sentido:

O outro recurso foi aplicado para comprarem mudas frutíferas. Os pequenos produtores que tinham interesse se inscreviam na Secretaria, a gente fazia uma vistoria na área, dava uma orientação e eles se integravam. Só que, como todo programa com recursos públicos, não teve como selecionar muito bem na prefeitura. Só disseram para alguns que não iriam cuidar. Entraram alguns aventureiros que não deram certo. Aquele grupo que acreditou e fez as coisas certas hoje está colhendo os resultados. [...]

Poderia ser proprietário ou não, bastava ter a vontade, e era feita uma vistoria para verificar se a área era adequada para fruticultura, e então as mudas eram fornecidas (Entrevista nº. 6).

Mas esse processo desenvolve-se de uma forma tal que inviabiliza o posicionamento dos pequenos agricultores, por estes não saberem fazer uso da palavra diante de um discurso técnico e temerem ser aliçados ainda mais se tentarem manifestar-se. Esse medo está presente ainda hoje e fica evidente no temor da identificação ao se posicionarem sobre o assunto, sem contar a possibilidade de o enfrentamento tornar-se inócuo pelo contínuo embate em diversas frentes. A AFRUTES – Associação dos Fruticultores, por exemplo, sempre teve na sua direção pessoas vinculadas de alguma forma ao executivo ou ao legislativo que se faziam presentes no Conselho de Desenvolvimento Rural, ainda que representando outras instâncias.

Os mecanismos de dominação dos espaços de atuação, quase sempre uma extensão do poder político, ficam evidentes no registro contido na ata nº. 63, de 15 de outubro de 1998, em que dois vereadores, produtores e integrantes do Conselho

em conjunto com a AFRUTES, decidiram pela seguinte distribuição da verba de R\$ 750.000,00 a ser sugerida ao Prefeito Municipal: o packing house, com Câmara fria, para 400 toneladas, galpão e máquina de classificação de frutas, em torno de R\$ 300.000,00, equipamentos de irrigação, R\$ 150.000,00, 3 tratores equipados com lâmina frontal e scraiper para açudes e estradas internas, R\$148.000,00, uma retroescavadeira, no valor de R\$ 90.000,00, mudas de frutíferas, R\$ 22.000,00, dois veículos utilitários, no valor de R\$ 40.000,00 (Ata do CDR nº. 63, 15/10/98).

Os dois vereadores citados consolidaram suas atividades produtivas na fruticultura naquele período. Decidiram, portanto, a aplicação de verbas em atividades em que tinham interesse direto, verbas estas de valores muito expressivos, dada a situação de escassez de recursos financeiros no município.

Quem decide nessa seara também decide a assistência social, a elaboração de um projeto, se o trator vai ou não arrumar a estrada, se o financiamento vai ser aprovado. Cada um dos participantes, mesmo o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, exerce um papel noutra

esfera, da qual os associados dependem para atendimento de outras necessidades.

A esse respeito, podemos trazer o relato das influências no aporte dos recursos e de seus resultados.

A câmara de resfriamento funcionou dois anos. Elas foram, na minha avaliação, mal dimensionadas porque, na época, quem tinha fruta era o pessoal da maçã. Eles que demandaram a câmara, decidiram construir porque precisavam. Ninguém se lembrou que aqueles pequenos que estavam começando amanhã ou depois iam precisar de uma câmara menor. [...] Em 2000, 2001, a maçã frustrou aqui no município por problemas de clima, e ficaram sem dar uso para a câmara. O prefeito da época resolveu desmontar a câmara para usar o pavilhão para outros fins. E até hoje estão desmontadas e acredito que, infelizmente, acho que não montam mais. Na minha opinião, não houve uma conservação daquelas máquinas como deveria (Entrevista nº 6).

Outra forma de apropriação de oportunidades deriva da posição privilegiada no acesso ao conhecimento do mercado e da técnica, aliada à posse dos recursos necessários. Além de diversas autoridades locais serem também novos produtores, a primeira empresa³³ a produzir mudas exóticas para reflorestamento tem como um dos sócios um técnico agrícola ligado à área de suporte aos agricultores, o qual, presume-se, tem acesso privilegiado à capacitação nessa área. Essa empresa planeja produzir 1,5 milhões de mudas e ocupa 12 pessoas diretamente e outras 12 pessoas que trabalham nas suas casas, fazendo o laminado (um cone de papelão) para plantar a muda.

A nova face do patrimonialismo é dinâmica. As notícias locais apresentam esses indivíduos como impulsionadores do desenvolvimento, responsáveis pela geração de empregos. A identidade territorial mantém sua matriz original: uma camada dominante que possui acesso privilegiado às oportunidades, reconfigurada e escondendo sua face conservadora por meio de uma fachada empreendedora e legitimando sua atuação como necessária ao desenvolvimento do território.

As empresas capitalistas presentes no território – em tese, modernas – amoldam-se às práticas já existentes. Uma evidência empírica do discurso e da prática dessas empresas está presente na manifestação do

³³ *Jornal do Sudeste*, 21/08/2003, capa.

Diretor Técnico de uma delas, quando cobrado a respeito de irregularidades, tais como atrasos no pagamento, falta de equipamentos, vínculo de trabalho precário. Aqui transcrevemos parte significativa dessa manifestação, face à sua eloquência para iluminar esta discussão:

Há cerca de dois anos, tinha 60 pessoas trabalhando no pomar com carteira assinada. Porém, destas, em média, 30 viajavam diariamente e 30 apresentavam atestados médicos. Na época da colheita, precisamos de que todos os funcionários estejam trabalhando com assiduidade e, diante desse problema, nos obrigamos a contratar trabalhadores de outros municípios [...], os funcionários residiam no pomar, e o problema do excesso de atestados acabou. Depois, atendendo um justo pedido das forças constituídas do município para que voltássemos a utilizar mão-de-obra local, assim passamos a fazer, mas sem assinar carteira. Os atrasos no pagamento, quando ocorrem, são motivados pelas dificuldades que a empresa atravessa [...], alguns atrasos devem ser encarados com normalidade dentro da conjuntura (*Jornal do Sudeste*, 01/03/1996, p. 9).

Na safra de 1995, houve denúncia junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais informando que mulheres grávidas estariam trabalhando em cima de escadas, que o transporte de trabalhadores estava sendo realizado em ônibus com mais de 80 passageiros, que escadas deviam ser carregadas de uma árvore para outra com os sacos cheios de maçã e que faltavam equipamentos. Ouvido pelo jornal local, o proprietário da empresa informou que os próprios funcionários não queriam que fosse assinada a carteira, já que o período em que trabalhavam na colheita era curto, considerando prejudicial ter a carteira assinada por apenas dois meses. Reclamou, ainda, que “ninguém analisou os benefícios feitos pela empresa ao município ao longo dos anos, apenas às pequenas irregularidades são dadas conotações maiores” (*Jornal do Sudeste*, 29/02/1995, p. 8).

Essa percepção de que a população é que deve agradecer pela exploração do território é recorrente entre os investidores, e o cumprimento de legislação trabalhista é, dentro dessa visão, uma exigência que não faz sentido. Nesse ponto, há uma congruência entre o pensamento dos produtores tradicionais e os novos investidores, não porque desconheçam a legislação, mas sim porque buscam a manutenção de uma situação que sempre os beneficiou.

3.2.4 Oportunidades restritas: “Isso não é para qualquer um”

A produção da fruticultura no ano de 2003, demonstrada no Quadro 6, apresenta uma aparente consolidação dessa atividade. No entanto, essa avaliação não é consensual, uma vez que, nas falas de alguns entrevistados, existem críticas ao Programa e restrições à inserção do pequeno produtor local.

Quadro 6: Fruticultura por variedades e área ocupada em Encruzilhada do Sul/RS

Variedades	Área (ha.)	Variedades	Área (ha.)
Maçã	240	Laranja	1,9
Figo	15	Bergamota poncã	1,0
Pêssego indústria	165	Limão Taiti	2,0
Pêssego de mesa	15	Kiwi	2,0
Uvas viníferas – vinícolas	192,6	Pêra	2,0
Uvas viníferas - produtores	16,9	Ameixa	1,35
Uva de mesa	7	Melancia	2.000
Amora preta	7	Morango (9 produtores)	0,5

Fonte: EMATER/2003

A crítica existe mesmo entre alguns técnicos dos organismos públicos, que vêem problemas nas metodologias utilizadas para a introdução de novas culturas no território, entendendo que não houve a adoção de uma política que tratasse o pequeno produtor diferentemente do grande produtor. A consequência, segundo esses técnicos, é que a falta de estímulo para o pequeno produtor transformou o Programa de Incentivo à Fruticultura um sucesso na mídia, mas não na prática.

Outra crítica vem de um produtor local, ligado ao ramo do turismo e com formação em economia, que diz:

A fruticultura, tirando fora a maçã e a melancia, o resto não tem mercado. Quem produz figo, por exemplo, se tiver dois hectares de figo, vai apodrecer a metade e não vai conseguir industrializar e nem vender. A melancia já tem gente botando caminhões e caminhões fora, deixando nas lavouras, isso comprovadamente. A maçã tem mercado por causa da exportação. Não tem aventureiro nessa área da fruticultura (Entrevista nº 5).

Essa representação mental de que algumas atividades produtivas não são adequadas para os pequenos produtores não se respalda

na realidade. O figo, que é o exemplo citado pelo entrevistado, teve toda a sua produção comercializada na última safra, e muitos pequenos produtores não o venderam para compradores de fora, transformando-o em compotas e doces e vendendo-o na feira local.

Uma reportagem de um jornal local a respeito da experiência de um pequeno produtor, iniciante na fruticultura, mostra as possibilidades nessa área:

[...] mesmo sendo iniciante na atividade, com apenas meio hectare de figo, no segundo ano de produção, já consegue receita anual maior do que quando trabalhava como mensalista em um pomar. Mostrou ao público que ele e sua mãe, transformando o figo em figada e fazendo figo cristalizado, além da venda de figo *in natura*, conseguem agregar valor ao seu produto tendo assim um ganho que pode chegar a 160% acima do preço pago pela indústria. A figada e os figos cristalizados produzidos por Marino e sua mãe são vendidos no mercado de Encruzilhada do Sul e têm boa aceitação dos consumidores (*Jornal 19 de Julho*, 31/07/2002, p.5).

O mesmo ocorreu com os pequenos produtores de pêsego, uva, milho verde, morango, peixes, etc., que vendem sua produção *in natura* no comércio local. A lógica de funcionamento comercial desses produtores não é a mesma dos grandes produtores, e as relações estabelecidas com os consumidores são de confiança e quase fidelidade. Mesmo assim, essa idéia de que a gestão dos negócios locais deve ser entregue aos produtores com capital elevado, que é válida para alguns empreendimentos, é bastante disseminada.

Há outras possibilidades que nem sequer são cogitadas no aproveitamento ou incentivo a empresários locais, como as jazidas de granito, que de tempos em tempos são citadas como objeto de interesse de grandes empresas. Em 2003, um investidor chinês naturalizado norte-americano chamado David Liang, esteve visitando o município e foi recepcionado pelas autoridades para verificar a viabilidade de exploração econômica das jazidas. Esse empresário informou que apenas uma das máquinas necessárias para a implantação do negócio custaria em torno de US\$ 600 mil. Não há notícias de que tal contato tenha evoluído.

Figura 9 – Saguão do Aeroporto Salgado Filho.



Fonte: Fotografia extraída do *site* da Prefeitura Municipal.

Na realidade, exploração já ocorre, e o granito é retirado na forma bruta e trabalhado fora de Encruzilhada do Sul. O saguão do novo aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, é a demonstração desse fato (Figura 9).

Quanto à vitivinicultura³⁴, a primeira colheita, de 60 toneladas, foi feita em 2003. Em 2004, a previsão era de 500 toneladas, pela expansão da área com produção. Hoje os parreirais ocupam 240 hectares; destes, 160 hectares já estão produzindo, com a presença de oito empresas vinícolas.

A Vinhedos da Quinta plantou 10 ha com viníferas, de diferentes variedades, cujas mudas foram importadas da Itália. A produção foi toda transportada para ser industrializada em Bento Gonçalves. O mesmo ocorre com as uvas produzidas pela empresa Chandon do Brasil e pelas demais vinícolas que têm atividades no município. Apenas um produtor local produz um vinho colonial, em escala artesanal, que é vendido no município.

Para essa atividade, as empresas compraram a terra e estabeleceram parcerias com quatro pequenos produtores. A industrialização não é feita em Encruzilhada do Sul. Esse é um dos motivos pelos quais a introdução dos vinhedos não é vista como um avanço pelos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Por enquanto, a vitivinicultura é assim: o pessoal colhe a uva aqui e leva pras regiões de origem, que é Bento, Caxias, porque nós não temos a

³⁴ Dados extraídos de notícia publicada em 12/02/04, *Jornal do Sudeste* (Encruzilhada do Sul/RS), p. 20.

origem. Reconhecemos que dá emprego, sim, para uma minoria, uma faixa de pequenos agricultores, de assalariados. Está empregando, mas é uma minoria comparando com o "PRONAFinho", com o pessoal que está na pequena propriedade, ainda é uma minoria (Entrevista nº 3).

A polêmica questão da geração de empregos com essa atividade pode ser iluminada pelos dados constantes no Relatório de Atividades de 2003 da EMATER, que registrou a geração de 40 empregos permanentes e de 120 temporários na safra.

3.3 Ampliação das chances de vida

Apesar do espaço restrito de atuação, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA está consolidando no município estratégias alternativas a esse modelo em que prepondera a necessidade de investimentos maiores (fruticultura em média escala e reflorestamento). E é assim que a piscicultura, a produção de mel, o cultivo de hortifrutigranjeiros e a instalação de uma bacia leiteira vão pouco a pouco desenhando outra realidade.

Um bom exemplo desse processo autônomo está presente no relato de um dos entrevistados, que começou a produzir laranjas devido a um acordo com um comprador, uma empresa chamada SUVALAN, mas que se reorganizou e atualmente vende toda a sua produção no município.

A laranja, bem antes de começar a pensar em fruticultura, tinha um colega meu, um vizinho que trabalha na firma da SUVALAN, de sucos cítricos, que deu uma conversada assim: "quem sabe tu modificas, planta um pouco de laranja, para não ser só milho e feijão". Por intermédio dele, eu consegui aprender alguma coisa sobre citros e plantei um arvoredo de 1.600 pés de laranja, com duas variedades. Uma era natal, e outra era valência. Mas a natal, eu não consegui dominar ela, ela me dominou, aí eu terminei com ela. Fiquei só com a valência, uns 800 pés, eu acho, e está produzindo, me dando uma renda boa. A SUVALAN só deu uma enredada, foi vendida umas quatro vezes ou mais, talvez. Trocaram de proprietário, de nome, e nos deixaram a ver navios. A gente se virou como pôde (Entrevista nº 8).

Outro aspecto interessante desse processo é o mercado para colocação dos novos produtos, um dos problemas mais sérios a serem enfrentados. Ao contrário dos discursos que não percebem viabilidade econômica em outras alternativas, pelas brechas, as “chances de vida” se ampliam, com trabalho e criatividade, como demonstra um dos produtores entrevistados:

A amora começou com um plantador que veio de fora e conhecia frutas em outras regiões. Fez a primeira área, depois, um outro produtor viu essa plantação, comprou as mudas dele e começou com um financiamento PRONAF a plantar. A gente teve um acompanhamento, começamos a divulgar essa idéia e ver o potencial dela. A comercialização das amoras, inicialmente foi através de um atravessador, que tinha contato com a indústria, comprou e levou. Depois, eram três ou quatro produtores, não tinham um grande volume, eles vinham e levavam a produção deles. Fomos vendo o potencial dela. Para teres uma noção, tem um produtor que tem 0,2 hectares da amora, 20% de um hectare, e produziu nessa área cinco mil quilos de amora. Parte dos produtores ainda entrega para atravessador. Nós nos reunimos e fizemos contrato com uma empresa de São Paulo que busca a amora aqui. Eles disseram como queriam: embalagem plástica vedada, orientaram para classificar, tirar os resíduos. Nós fizemos o que a indústria pediu. Quando chegou lá, o pessoal estava super contente, e nós agregamos um pouco mais de valor (Entrevista nº 6).

A piscicultura³⁵ está sendo desenvolvida por sete famílias de produtores, com acompanhamento da EMATER. Em 2003, foram comercializadas cinco toneladas de peixe, com venda direta ao consumidor.

Quanto à atividade de apicultura³⁶, esta envolve 403 produtores, com 5.269 colméias distribuídas em várias propriedades, produzindo, em média, 100 a 120 toneladas de mel. Uma das razões pela qual essa atividade tem retorno é a estrutura para embalar e comercializar o produto, com a colocação de 200 quilos semanalmente para venda no Mercado Público de Porto Alegre, onde o mel de Encruzilhada é reconhecido e procurado por sua qualidade.

Para a produção do leite de vaca, concorrem, conforme os dados da EMATER para o ano de 2003, 30 produtores, totalizando 45.000 litros. As comunidades produtoras são o Assentamento da Quinta, o Assentamento Segredo Farroupilha, o Abranjo e o Corredor do Meio.

³⁵ Dados extraídos de notícia publicada em 23/04/03, *Jornal do Sudeste* (Encruzilhada do Sul), p.10.

³⁶ Dados extraídos de notícia publicada em 06/10/05, *Jornal do Sudeste* (Encruzilhada do Sul), p.11.

Em 2003³⁷, foi realizada a primeira mostra local de produtos, onde foram comercializados pólen, mel, defumados de carne suína, pães, biscoitos, peixe, frutas, verduras, geléias e produtos tradicionais, como o feijão. Os participantes dessa mostra são todos residentes no meio rural, e não encontramos registros de que iniciativas semelhantes ocorram com moradores na sede do município. A partir da realização dessa mostra, foi organizado e mantém-se até hoje, todos os sábados, um espaço de comercialização dos produtos.

Um aspecto interessante é a organização dos produtores. Das localidades mais distantes da sede, apenas um produtor comparece com os produtos de todos, fazendo rodízio. Esse modo de organização das responsabilidades perpassa a situação pessoal de cada um: se alguém está doente ou tem filhos pequenos, não participa do rodízio.

No mesmo sentido, nesse caso da solidariedade, registramos exemplos das relações estabelecidas entre as gerações de trabalhadores, com a percepção do trabalho como compromisso e responsabilidade compartilhada entre os membros da família (ver Figuras 10 e 11).

Figura 10 – Solidariedade Familiar – Feira do Produtor



Fonte: Fotografia registrada durante o trabalho em campo, fevereiro de 2005.

³⁷ *Jornal 19 de Julho*, 22/10/2003, p. 6.

O processo de construção de uma identidade positiva passa pelo orgulho da produção, que se apresenta como uma questão interessante a ser observada: todos ressaltam a qualidade dos seus produtos, e as novas gerações se fazem presentes. Durante o trabalho de campo na feira onde os produtos são vendidos, a maioria dos participantes, principalmente da nova geração, fez questão da fotografia. Era perceptível a identificação positiva com a produção, além de uma estratégia discursiva de “vender-se” como um pequeno produtor que entrega qualidade ao consumidor, garantido seu produto pessoalmente.

Figura 11 – Identificação com a produção - Feira do Produtor



Fonte: Fotografia registrada durante o trabalho em campo, fevereiro de 2005.

As transformações territoriais, nos últimos dez anos, sofreram uma aceleração significativa, o que exige de todos os integrantes do território uma leitura atualizada da realidade.

O poder público, que por anos a fio não foi desafiado, a cada dia depara-se com novas demandas. A organização dos produtores, os novos investidores, as oportunidades que se criam e se transformam cotidianamente produzem um discurso de que o desenvolvimento finalmente chegou, e cada trabalhador se insere como consegue.

A última parte dos dados busca apresentar ao leitor, de uma forma sistematizada, uma parcela dessa complexa realidade. Trata-se dos trabalhadores, cada qual com o seu vínculo específico, que participam

ativamente nas novas atividades. Mais do que um perfil de cada tipo de vínculo dos trabalhadores nas novas atividades, pretende-se evidenciar, através dos dados, sob que relações, discursos e práticas esses trabalhadores se inserem no propalado desenvolvimento.

4 Trabalhadores na transformação territorial

Este capítulo apresenta a situação atual no território com relação às novas atividades e traça o perfil dos trabalhadores inseridos nas novas dinâmicas a partir do seu vínculo no mercado de trabalho.

4.1 Caracterização da seleção dos entrevistados

A nova face das dinâmicas territoriais produz transformações nas relações de trabalho e de convivência no território. Para abordar esse aspecto, optou-se, na busca de informações junto aos trabalhadores, pela construção de uma tipologia, baseada em pesquisa de campo preliminar.

Os trabalhadores foram divididos de acordo com três tipos de vínculo nas novas atividades. É importante referir que, apesar das transformações territoriais, permanecem ainda fazendas nos moldes tradicionais, assim como pequenos proprietários que mantêm o seu modo de exploração da terra herdado de seus pais.

Os trabalhadores com vínculo precário nas novas atividades envolvem-se na fruticultura – lavouras de melancia, pomares de maçã e pêsego – e no reflorestamento, recebem por dia trabalhado, sem contrato, sem carteira assinada, sem receber equipamentos ou alimentação, nem qualquer outro benefício. Dos entrevistados que compuseram a seleção, 14 estavam na fruticultura, um atuava no turismo e cinco trabalhavam no reflorestamento.

Os trabalhadores com vínculo formal nas novas atividades envolvem-se na fruticultura – pomares de pêsego e parreiras de uva – e no reflorestamento, com carteira assinada. Na seleção desses trabalhadores, 18 trabalhavam no reflorestamento e dois atuavam na fruticultura.

Por fim, os trabalhadores autônomos compreendem pequenos produtores da área rural que diversificaram, inovando de alguma forma a matriz produtiva do território. Entre os entrevistados para esse tipo de vínculo nas novas atividades, apenas um participante extrapola a área de até 20 hectares.

A opção pela construção de uma tipologia que levasse em consideração o tipo de vínculo com o trabalho nas novas atividades objetiva buscar evidências das transformações nas relações e na forma de inserção nas novas atividades, assim como identificar as reformulações nas práticas e nos discursos que orientam a reelaboração de representações sociais. Em outras palavras, o que se busca são as conexões de sentido que orientam as ações no território.

As possibilidades com que parte o trabalhador para inserir-se nessa nova dinâmica – seja com relação ao nível de escolaridade, faixa etária, constituição da família e local de moradia; seja com relação à sua visão de mundo no que se refere à realidade que ora se apresenta – constituem-se em parcela do resultado deste trabalho. Nesse sentido, apresentamos esses aspectos divididos nos tópicos a seguir: dados sociodemográficos, territorialização por vínculo de trabalho e percepções sobre as chances de vida e práticas ambientais.

4.1.1 Dados sociodemográficos dos entrevistados

A primeira distribuição apresentada diz respeito à variável sexo, na qual, para os três grupos analisados, em dois – trabalhadores autônomos e com vínculo formal – os homens predominam.

Tabela 4 – Sexo dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS- 2005

Sexo	Geral		Vínculo formal		Vínculo precário		Autônomo	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Masculino	44	73.3	20	100.0	9	45.0	15	75.0
Feminino	16	26.7	0	0.0	11	55.0	05	25.0
Total	60	100.0	20	100.0	20	100.0	20	100.0

Fonte: Dinâmicas territoriais – Encruzilhada do Sul – Abril 2005

Essa distribuição decorre do fato de que, na fruticultura, a maior parte do trabalho é realizada através de vínculos precários e preferencialmente é utilizada a mão-de-obra feminina nos pomares de maçã e de pêsego.

Já o reflorestamento e as plantações de melancia são atividades desenvolvidas pela mão-de-obra masculina, pois exigem maior dispêndio de força física e as condições de trabalho são bastante rudes.

Aspecto relevante entre os trabalhadores com vínculo formal é a inexistência de mulheres, talvez porque se trate das atividades em que o trabalho é rude e com jornadas extensas. No caso do reflorestamento, os deslocamentos, às vezes de distâncias consideráveis, são realizados em ônibus precários ou na carroceria de caminhões, tornando-se inadequado mesclar homens e mulheres nessas condições.

Por outro lado, a presença de mulheres entre os trabalhadores autônomos reflete uma tendência observada como reflexo de políticas públicas estaduais relativas às questões de gênero, implantadas no período de 1998-2003, quando a participação efetiva das mulheres foi incentivada tanto no campo institucional quanto na liberação de recursos de financiamentos. Essa linha de trabalho atualmente é reforçada no nível do governo federal, o que mantém a tendência.

No entanto, a participação feminina no campo político já reflete outro tipo de comportamento, mais tradicional. Os representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais referiram várias vezes que, apesar do intenso trabalho de algumas mulheres em favor da organização, ao candidataram-se, não foram votadas. Na opinião de uma dirigente, “nas eleições, a gente vê muito isso, a própria mulher se discrimina, ela vota em homens, não vota em mulheres” (Entrevista nº 3).

Já o dirigente do Sindicato chama a atenção para o fato de que houve uma vereadora mais votada, explicando que a questão focal é outra:

Eu não sei se a mulher que é discriminada. [...] Vamos dar um exemplo: antes da eleição, têm pessoas que discriminam, dizem que os assentamentos são os maiores problemas, porém, na hora da eleição, eles vão lá buscar o voto do assentado, eles se dizem "irmão" do assentado, patrocinam a churrasqueira, sopada e faturam o voto (Entrevista nº 3).

Essa postura, dentro de um contexto patrimonialista, não é estranha. A busca de oportunidades de vida é realizada por dentro de possibilidades estabelecidas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, como o acesso aos financiamentos. Mas a posição no mundo ainda é dada pelas relações que são estabelecidas com quem está dominando o território, seja pelo discurso, seja pelo exercício do poder em outros espaços.

Na seqüência, a distribuição por estado civil dos trabalhadores desperta a atenção. Entre os trabalhadores com vínculo precário, apenas 30% se declaram casados, enquanto que, entre os trabalhadores com vínculo formal e os autônomos, o percentual é de 85% e 95%, respectivamente, conforme a Tabela 5.

Tabela 5 - Estado civil dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS- 2005

Estado civil	Geral		Vínculo formal		Vínculo precário		Autônomo	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Solteiro	12	20,0	3	15,0	8	40,0	1	5,0
Casado/Amigado	42	70,0	17	85,0	6	30,0	19	95,0
Separado	6	10,0	---	---	6	30,0	---	---
Total	60	100	20	100	20	100	20	100

Fonte: Dinâmicas territoriais – Encruzilhada do Sul – Abril 2005

Outras variáveis, como a distribuição por faixa etária e a renda familiar dos entrevistados, analisadas na seqüência, podem ajudar a compreender essa assimetria.

Conforme a Tabela 6, distribuição dos trabalhadores por faixa etária, 40% dos trabalhadores com vínculo precário têm até 30 anos de idade, enquanto que 60% estão na faixa etária entre 31 até mais de 60 anos, o que por si só não explica essa distribuição. Nesse sentido, observa-se que, para os outros dois tipos de vínculos no mercado de trabalho analisados, essa faixa etária até 30 anos corresponde a 20% da seleção.

Tabela 6 – Faixa etária dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS- 2005

Faixas Etárias	Geral		Vínculo formal		Vínculo precário		Autônomo	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
De 17 a 20 anos	7	11,7	1	5,0	6	30,0	---	---
De 21 a 30 anos	9	15,0	3	15,0	2	10,0	4	20,0
De 31 a 40 anos	17	28,3	11	55,0	4	20,0	2	10,0
De 41 a 50 anos	17	28,3	4	20,0	7	35,0	6	30,0
De 51 a 60 anos	6	10,0	1	5,0	1	5,0	4	20,0
Mais de 60 anos	3	5,0	---	---	---	---	3	15,0
Não respondeu	1	1,7	---	---	---	---	1	5,0
Total	60	100	20	100	20	100	20	100

Fonte: Dinâmicas territoriais – Encruzilhada do Sul – Abril 2005

Outra hipótese explicativa para essa assimetria pode estar nos laços familiares mais fortes, decorrentes do momento em que houve a migração para a cidade, no caso dos trabalhadores com vínculo formal. A renda auferida também determina possibilidades nesse sentido.

Tabela 7 – Renda dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS- 2005

Renda Familiar	Geral		Vínculo formal		Vínculo precário		Autônomo	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Até 1 SM	13	21,7	1	5,0	10	50,0	2	10,0
De 1 a 2 SM	17	28,3	5	25,0	7	35,0	5	25,0
De 2 a 3 SM	8	13,3	6	30,0	0	0,0	2	10,0
De 3 a 4 SM	11	18,3	5	25,0	1	5,0	5	25,0
Mais de 4 SM	9	15,0	2	10,0	2	10,0	5	25,0
Não respondeu	2	3,3	1	5,0	0	0,0	1	5,0
Total	60	100	20	100	20	100,0	20	100

Fonte: Dinâmicas territoriais – Encruzilhada do Sul – Abril 2005

De 20 trabalhadores com vínculo precário, 50% ganham até um salário mínimo, e sete ganham entre um e dois salários mínimos, o que representa 85% dos trabalhadores entrevistados que estão nesse tipo de vínculo, com renda de até dois salários mínimos. Esse dado indica uma

limitação das possibilidades de os trabalhadores com vínculo de trabalho precário constituírem e manterem uma família.

A análise com relação às condições em que cada trabalhador disputa as oportunidades nesse território relaciona-se também com o nível de escolaridade ou, em outras palavras, o acesso à educação formal.

Tabela 8 – Escolaridade dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS- 2005

Escolaridade	Geral		Vínculo formal		Vínculo precário		Autônomo	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Analfabeto	4	6,7	1	5,0	3	15,0	—	—
Só alfabetizado	13	21,7	5	25,0	2	10,0	6	30,0
Até 4ª série do Ensino Fundamental	16	26,7	11	55,0	2	10,0	3	15,0
Da 5ª série a 7ª série do Ensino Fundamental	15	25,0	1	5,0	9	45,0	5	25,0
Ensino Fundamental completo	6	10,0	2	10,0	2	10,0	2	10,0
Ensino Médio incompleto	1	1,7	—	—	1	5,0	—	—
Ensino Médio completo	4	6,7	—	—	1	5,0	3	15,0
Superior completo	1	1,7	—	—	—	—	1	5,0
Total	60	100	20	100	20	100	20	100

Fonte: Dinâmicas territoriais – Encruzilhada do Sul – Abril 2005

Dos trabalhadores com vínculo precário, 35% encontram-se na faixa entre analfabeto e até a 4ª série do ensino fundamental e 45% cursaram até a 7ª série do ensino fundamental. Com relação aos trabalhadores com vínculo formal, essa situação se altera um pouco. Há 85% dos trabalhadores na faixa de analfabeto até 4ª série, ainda que os dados indiquem uma situação positiva: o número de analfabetos é menor.

Entre os trabalhadores autônomos, não há analfabetos, 45% cursaram até a 4ª série e 25% cursaram até a 7ª série. Nesse grupo, encontramos o único trabalhador com curso superior. Uma explicação para esses dados provém da observação em campo. Os trabalhadores de vínculo precário são filhos daqueles que vieram do meio rural no período coincidente com o primeiro ciclo de acacicultura e, na sua maioria, moravam em propriedades de terceiros, como agregados. Nesse período, ampliou-se a

oferta de ensino na área urbana, e muitos estudaram alguns anos a mais, mas a escolaridade ampliada não se refletiu em acesso às oportunidades de trabalho.

Por outro lado, os trabalhadores com vínculo formal aportaram na área urbana nos últimos dez anos, após a venda da terra, pela impossibilidade de todos os integrantes produzirem num espaço exíguo. Assim, compraram um terreno e usaram como moeda para inserção nas novas atividades o seu conhecimento do trabalho agrícola, o que foi mais valioso do que o nível de escolaridade.

4.2 Territorialização dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho

É importante localizar no tempo e nas dinâmicas territoriais as localidades citadas, em especial as vilas. Iniciamos pela Vila Lava-Pés, que é das mais antigas, da época da formação da cidade, sendo que a sua origem seria um acampamento indígena conhecido como Aldeia Velha, onde mora um percentual considerável da população negra. A Vila Mariano da Rocha e o Alto do Renner formaram-se em meados do século XX, pela transferência da população rural para o meio urbano. As Vilas Paraíso e Campos Verdes, surgidas na década de 1980, período do primeiro ciclo de reflorestamento, são resultantes de programas habitacionais governamentais. A Vila da Fonte e a Vila do Facão surgiram no final da década de 1990, com a implantação do segundo ciclo de reflorestamento, sendo áreas de invasão, sem legalização e infra-estrutura básica.

De acordo com a Tabela 9, verifica-se que a seleção de trabalhadores com vínculo precário nas novas atividades se distribui pelas vilas, mas localizando-se majoritariamente (35%) na Vila do Facão e na Vila da Fonte, as mais pauperizadas, enquanto que não há nenhum registro na seleção de trabalhador com vínculo formal radicado nessas duas vilas. Do mesmo modo, apenas um trabalhador autônomo reside nesse espaço.

Tabela 9 – Localidade de moradia dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS- 2005

Localidade	Geral		Vínculo formal		Vínculo precário		Autônomo	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Lava-Pés	7	11,7	4	20,0	3	15,0	—	—
Mariano da Rocha	5	8,3	3	15,0	2	10,0	—	—
Vila Paraíso	11	18,3	9	45,0	2	10,0	—	—
Vila Campos Verdes	4	6,7	1	5,0	3	15,0	—	—
Meio Rural	18	30,0	—	—	2	10,0	16	80,0
Centro da cidade	4	6,7	—	—	1	5,0	3	15,0
Vila da Fonte/Vila do Facão	8	13,3	—	—	7	35,0	1	5,0
Alto do Renner	1	1,7	1	5,0	—	—	—	—
NR	2	3,3	2	10,0	—	—	—	—
Total	60	100	20	100	20	100	20	100

Fonte: Dinâmicas territoriais – Encruzilhada do Sul – Abril 2005

A esse respeito, é importante indicar como são vistos os moradores desses locais no município, em especial os da Vila da Fonte e da Vila do Facão, detentores de um estigma que os classifica como “violentos”, “arruaceiros” e “desocupados”, e os da Vila Lava-Pés, quase sempre referida de forma pejorativa como a “vila da negrada”. Adicione-se a esse quadro os fatores decorrentes da pobreza e têm-se a representação dos demais integrantes sobre essa localidade, como se formou e de que forma é percebida, conforme se verifica neste depoimento:

Eles vão pra cidade pra arrumar emprego pra mulher [...] só que aí não arrumam o emprego e aí vem o caos social, e essas famílias se sucedem uma do lado da outra [...]. Eu estive visitando a Vila da Fonte como presidente da Comissão de Assistência Social: casa com uma mulher com cinco filhos [...], não tinha sanitário, não tinha nada. Ao abrir a porta, um fedor horrível dentro. Cinquenta, setenta por cento das casas lá são assim. [...] Para qualquer direção do município que te deslocares, verás as casas caíndo, o arvoredo secando, porque tudo foi vendido e as pessoas vieram para a Vila da Fonte [...] Muita gente está trabalhando nos matos, mas a maioria delas estão em situação precária (Entrevista nº 5).

O problema da inexistência de infra-estrutura básica nesse espaço impacta profundamente a qualidade de vida dessas populações, assim como a forma como se percebem e são percebidas dentro do contexto territorial.

Figura 12 - Um típico banheiro, sem teto e com esgoto direto na sanga.



Fonte: Fotografia registrada durante o trabalho em campo, fevereiro de 2005.

Observa-se nos espaços onde reside essa população o que se poderia chamar de uma tentativa de reconstrução do seu ambiente de origem. Na Figura 12, esta tentativa evidencia-se num pé de abóbora, alguns pés de milho, plantados junto à sanga onde são despejados os dejetos do banheiro e o lixo produzido pela comunidade.

Ainda que as condições sejam precárias, a percepção dos moradores sobre a sua qualidade de vida é positiva, provavelmente porque a memória da situação anterior é mais desfavorável. Na Tabela 10, verifica-se que, entre esses trabalhadores, 18 em 20 acreditam que a situação de sua família com relação à qualidade de vida melhorou ou continua na mesma, contra apenas dois que acreditam que piorou.

Esse quadro é bastante semelhante quando se analisa a resposta a essa questão entre os trabalhadores com vínculo formal e trabalhadores autônomos. Treze trabalhadores, em cada um desses segmentos, percebem como melhor a situação atual, e apenas dois entre os trabalhadores com vínculo formal e três entre os autônomos acreditam ter piorado a qualidade de vida.

Dentro da proposta analítica, ressaltam-se três aspectos que impactam a percepção sobre qualidade de vida: a situação e característica de residência, a percepção sobre condições de trabalho e a origem dos alimentos consumidos, com impacto direto na renda familiar.

Tabela 10 - Percepção sobre qualidade de vida dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS-2005

Na sua opinião, a qualidade de vida com relação aos últimos cinco anos:	Geral		Vínculo formal		Vínculo precário		Autônomo	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Melhorou	35	58,3	13	65,0	9	45,0	13	65,0
Continua na mesma	18	30,0	5	25,0	9	45,0	4	20,0
Piorou	7	11,7	2	10,0	2	10,0	3	15,0
Total	60	100	20	100,0	20	100,0	20	100

Fonte: Dinâmicas territoriais – Encruzilhada do Sul – Abril 2005

Os dados constantes na Tabela 11 mostram que, entre os trabalhadores com vínculo precário, apenas 25% se declaram proprietários do local em que moram, enquanto que, entre os trabalhadores com vínculo formal e os trabalhadores autônomos, 75% e 40%, respectivamente, são proprietários; 30% dos autônomos trabalham em áreas cedidas, em geral, por familiares.

Tabela 11 – Situação da residência atual dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS- 2005

Situação	Geral		Vínculo formal		Vínculo precário		Autônomo	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Proprietário	28	46,7	15	75,0	5	25,0	8	40,0
Herança	2	3,3	1	5,0	—	—	1	5,0
Invasão legalizada	3	5,0	2	10,0	1	5,0	—	—
Invasão não-legalizada	8	13,3	—	—	7	35,0	1	5,0
Assentamento da Ref. Agrária	1	1,7	—	—	1	5,0	—	—
Cedência	11	18,3	1	5,0	4	20,0	6	30,0
Aluguel	3	5,0	1	5,0	2	10,0	—	—
Arrendamento	4	6,7	—	—	—	—	4	20,0
Total	60	100	20	100	20	100	20	100

Fonte: Dinâmicas territoriais – Encruzilhada do Sul – Abril 2005

Com relação às características do local de residência, o pátio compartilhado é a realidade de 40% dos entrevistados entre os trabalhadores com vínculo precário e com vínculo formal e merece uma referência especial.

Ao disporem-se diversas residências sem delimitação espacial, algumas ocupando o mesmo prédio, apenas com divisórias precárias, se estabelece um tipo especial de sociabilidade, em que não há privacidade e em que todos os assuntos são discutidos publicamente. Os conflitos que daí advêm são disseminados aos pátios contíguos, e há sempre processos de desavenças e de solidariedade em andamento, complexificando as relações sociais.

No entanto, há uma diferença fundamental entre os dois segmentos, observada durante o trabalho de campo. O pátio dos trabalhadores com vínculo formal é compartilhado entre seus parentes, com delimitações de uso e ocupação do espaço, enquanto que, entre os trabalhadores com vínculo precário, o pátio não possui essas delimitações e há a constante disputa no seu uso.

Figura 13 - Vila da Fonte, local onde os pátios estão individualizados.



Fonte: Fotografia registrada durante o trabalho em campo, fevereiro de 2005.

Essa organização espacial, pela sua precariedade, é terreno fértil para as práticas patrimonialistas. Na última eleição, ainda no período de observação da pesquisa, constatava-se que a moeda de troca pelo voto era diferenciada com relação a essa situação. Aos moradores em terrenos irregulares, a promessa era a escritura; para os demais, era a instalação de esgoto cloacal.

Os dois candidatos que despontavam como favoritos faziam farta distribuição de bandeiras, guardadas em local estratégico para serem colocadas nas

janelas tão logo os meninos na rua avisassem da chegada de um cabo eleitoral. Como a disposição das casas permitia um monitoramento dos cabos eleitorais, a adesão a este ou àquele candidato mudava várias vezes ao dia.

Já o pátio individual é a realidade de 60% dos trabalhadores com vínculo formal. Isso possibilita autonomia no uso do espaço, desde estender a roupa para secar até uma pequena horta para consumo doméstico, atividades que, nos pátios compartilhados, são geradoras de conflitos ou são impossíveis de se realizar.

Tabela 12 – Característica do local de residência dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS-2005

Característica	Geral		Vínculo formal		Vínculo precário		Autônomo	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Lote de terra - Até 5 ha	3	5,0	—	—	—	—	3	15,0
Lote de terra - De 6 a 10 ha	3	5,0	—	—	—	—	3	15,0
Lote de terra - De 11 a 20 ha	5	8,3	—	—	—	—	5	25,0
Lote de terra - Mais de 20 ha	9	15,0	—	—	1	5,0	8	40,0
Pátio individual	20	33,3	12	60,0	8	40,0	—	—
Pátio compartilhado	17	28,3	8	40,0	8	40,0	1	5,0
Área invadida/ sem limitações de espaços	3	5,0	—	—	3	15,0	—	—
Total	60	100	20	100	20	100	20	100

Fonte: Dinâmicas territoriais – Encruzilhada do Sul – Abril 2005

Outra observação de campo é a significativa presença de pais aposentados morando junto com os trabalhadores formais, assim como a origem dos recursos para a compra do imóvel próprio: a venda da terra.

O acesso a bens que podem impactar na percepção sobre melhoria de qualidade de vida é outro aspecto interessante a ser observado. Os dados da Tabela 13, cujos percentuais foram calculados em relação ao total de entrevistas em cada tipo de vínculo com o trabalho nas novas atividades, demonstram que, mesmo entre os trabalhadores precários, que possuem a renda mais baixa, há o acesso a alguns bens, ainda que em percentual inferior aos dos demais trabalhadores.

Tabela 13 – Bens acessados pelos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS- 2005

Bens acessados	Geral		Vínculo formal		Vínculo precário		Autônomo	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Geladeira	54	90.0	20	100.0	16	80.0	18	90.0
Telefone celular	53	88.3	20	100.0	13	65.0	20	100.0
Carro/moto	28	46.7	10	50.0	3	15.0	15	75.0
Máquina de lavar roupa	33	55.0	11	55.0	8	40.0	14	70.0

Fonte: Dinâmicas territoriais – Encruzilhada do Sul – Abril 2005

Para os trabalhadores autônomos, dos quais 80% residem no meio rural, destacam-se os percentuais significativos de acesso a esses bens, que são referidos como necessários devido ao caráter mais intensivo das novas atividades. Uma máquina de lavar roupas, por exemplo, torna-se importante ao permitir a liberação da mulher para o trabalho. O estudo de situação da EMATER, referente ao ano de 1992, registra que a telefonia rural, por exemplo, só estava presente em cinco propriedades, situação radicalmente diferente da atual.

A percepção dos trabalhadores com relação à renda familiar também é um dos indicadores da qualidade de vida. A Tabela 14 demonstra que, para os entrevistados relacionados aos três tipos de vínculo com o trabalho nas novas atividades, a percepção preponderante é de que houve melhora nesse aspecto.

Tabela 14 – Percepção dos trabalhadores sobre a renda familiar por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS-2005

Percepção sobre a renda familiar	Geral		Vínculo formal		Vínculo precário		Autônomo	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Melhorou	35	58	12	60	11	55	12	60
Continua na mesma	18	30	7	35	4	20	7	35
Piorou	7	12	1	5	5	25	1	5
Total	60	100	20	100	20	100	20	100

Fonte: Dinâmicas territoriais – Encruzilhada do Sul – Abril 2005

A dimensão da saúde, dada a expansão da rede de atendimento básico, não aparece como um diferencial de qualidade de vida para o conjunto desses trabalhadores, conforme pode ser verificado na Tabela 15.

Tabela 15 – Aspectos de saúde dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS-2005

Aspectos de saúde	Geral		Vínculo formal		Vínculo precário		Autônomo	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Ida ao médico	50	83.3	16	80.0	17	85.0	17	85.0
Uso de medicamentos	44	73.3	12	60.0	15	75.0	17	85.0
Visitas de Agente de Saúde	46	76.7	12	60.0	15	75.0	19	95.0
Uso de medicação caseira	36	60.0	10	50.0	12	60.0	14	70.0

Fonte: Dinâmicas territoriais – Encruzilhada do Sul – Abril 2005

Com relação a esta informação há dois aspectos relevantes a serem notados. Primeiro, considerando-se que os trabalhadores autônomos residem no meio rural majoritariamente, o percentual dos que recebem visitas de agente comunitária de saúde é bem mais alto com relação ao percentual dos moradores da área urbana. Segundo, o uso da medicação caseira como primeira medida em caso de necessidade é mais corrente entre os trabalhadores autônomos e trabalhadores com vínculo precário. Parte da explicação, no primeiro caso, está na dificuldade de acesso a farmácias e, em ambos, na renda, seja pela escassez ou pela sazonalidade.

Esse quadro altera-se quando a questão é saúde odontológica. É entre os trabalhadores com vínculo precário que se constata as limitações do sistema universal de saúde, já que 50% só vão ao dentista em casos graves e 20% nunca vão ao dentista.

Quanto aos trabalhadores com vínculo formal, esses índices são diferentes, sendo que 30% desses trabalhadores visitam o dentista regularmente. É importante lembrar que algumas empresas da área de reflorestamento disponibilizam serviço odontológico aos trabalhadores.

Entre os trabalhadores autônomos, muitos deles vinculados ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, que dispõe de atendimento odontológico, 60% acessam preventivamente esse serviço e 25 % quando vêm necessidade.

Tabela 16 – Saúde odontológica dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS – 2005

Atendimento Dentário	Geral		Vínculo formal		Vínculo precário		Autônomo	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Regular e preventivamente	21	35	6	30	3	15	12	60
Sempre que tem problema	14	23	6	30	3	15	5	25
Raramente, só em casos graves	21	35	8	40	10	50	3	15
Nunca	4	7	0	0	4	20	0	0
Total	60	100	20	100	20	100	20	100

Fonte: Dinâmicas territoriais – Encruzilhada do Sul – Abril 2005

A forma como são pensadas as políticas públicas nessa área, para pelo menos uma parte significativa dos políticos locais, está registrada na manifestação de candidato a vereador do município, alertando para a importância da escolha dos candidatos nas eleições:

Solicitei os mesmos aparelhos (nebulizador e medidor de pressão) agora, em plena campanha eleitoral, a dois candidatos à reeleição como deputados estaduais. Um deles disse não poder atender o “pedido” devido não ser do seu interesse “trabalhar” votos em nossa região. Do outro veio resposta curta e grossa: “Se este colonista fosse cabo eleitoral do candidato, conseguiria”, como a resposta foi negativa, os aparelhos foram suspensos. A cada dia que passa nos decepcionamos cada vez mais com certos “políticos”, interesseiros e maquiados (*Jornal do Sudeste*, 26/09/2002, p.12).

Dentro de um contexto patrimonialista, o próprio candidato a vereador e articulista não percebe que seu comportamento é exatamente o mesmo do deputado, que age por interesse em busca dos votos.

O último aspecto que acreditamos ter impacto na percepção sobre a qualidade de vida está representado na origem dos alimentos consumidos pela família, fator importante no custo de vida. Para os trabalhadores autônomos, o consumo de alimentos provenientes da própria produção é a realidade de 40% dos entrevistados, enquanto que 35% compram a metade e produzem a outra. Os trabalhadores com vínculo formal compram 95% dos alimentos consumidos em armazéns e supermercados. Essa é a mesma situação enfrentada pelos trabalhadores com vínculo precário.

Esse fator apresenta uma circunstância interessante com relação aos produtos comprados pelos trabalhadores formais: a constante

referência à qualidade inferior dos produtos em relação aos que produziam antes. A observação em campo informa que esses trabalhadores são, na maioria, filhos de pequenos produtores que se mudaram para a cidade nos últimos dez anos.

Tabela 17 – Origem dos alimentos consumidos pela família dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS- 2005

Origem	Geral		Vínculo formal		Vínculo precário		Autônomo	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Provêm quase todos da própria produção	9	15,0	—	—	1	5,0	8	40,0
A maior parte comprada em armazéns e supermercados	43	71,7	19	95,0	19	95,0	5	25,0
Metade produzida e metade comprada	8	13,3	1	5,0	—	—	7	35,0
Total	60	100	20	100	20	100	20	100

Fonte: Dinâmicas territoriais – Encruzilhada do Sul – Abril 2005

4.3 Percepção sobre as chances de vida

As transformações territoriais, para grande parte dos trabalhadores, fizeram parte do seu ciclo de vida. O depoimento de um dos entrevistados é bastante esclarecedor e similar aos demais.

Mudou muito na minha vida, porque eu comecei trabalhando em trator. O meu horário era da meia-noite ao meio-dia, ganhando muito pouco. Imagina plantando trigo em época de inverno, geada, foi terrível. Depois, eu passei a trabalhar nas firmas. Trabalhei numa firma de reflorestamento um ano e pouco. Saindo de lá, eu voltei pra minha casa de novo. Depois, fui trabalhar numa fazenda onde o patrão era bom, reconheceu o meu trabalho, e eu ganhava dois salários mais 20% de insalubridade, toda a despesa, carro pra trabalhar. Eu tinha carro e, depois, saindo de lá, eu trabalhei mais dois anos num pomar de maçã. O patrão entregou o pomar porque era arrendado, e sempre ganhei em torno de dois salários mínimos, sempre também cuidando o trabalho. A contratação por cooperativas é um horror, é simplesmente um horror. Não é possível uma coisa dessas porque o meu genro está trabalhando, mas está chorando. Ele diz “mas eu nunca tirei a minha carteira assinada quando trabalhei e hoje eu estou trabalhando sem carteira assinada”. Ele não recebe décimo, não recebe férias. Como é que pode ser uma coisa dessas?! (Entrevista nº 9).

Essa percepção das transformações territoriais relaciona-se também com a percepção da qualidade de vida. Nesse sentido, uma das questões apresentadas aos entrevistados diz respeito ao nível de qualidade de vida comparado com o dos demais moradores do município. Classificaram-se as pessoas que viviam melhor no nível 10; as que viviam pior, no nível 1. O resultado dessa questão está na Tabela 18.

Tabela 18 – Classificação do nível de qualidade de vida atribuída pelos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS-2005

Nível	Geral		Vínculo formal		Vínculo precário		Autônomo	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
1	4	20	0	0	3	15	1	5
2	1	5	0	0	1	5	0	0
3	4	20	0	0	2	10	2	10
4	6	30	2	10	2	10	2	10
5	7	35	1	5	3	15	3	15
6	5	25	2	10	2	10	1	5
7	5	25	2	10	1	5	2	10
8	10	50	6	30	0	0	4	20
9	5	25	1	5	2	10	2	10
10	12	60	6	30	3	15	3	15
NS/NR	1	5	0	0	1	5	0	0
Total	60	100	20	100	20	100	20	100

Fonte: Dinâmicas territoriais – Encruzilhada do Sul – Abril 2005

Constata-se que os trabalhadores com vínculo formal apresentam uma percepção mais otimista em relação à qualidade de vida, predominando a nota oito. Podemos ter uma explicação para essa visão otimista na fala de uma trabalhadora com vínculo precário que diz que, “antes de ter as plantações, era bem pior, porque tinha muita fome. É, terra dos outros, a gente plantava, fazia empréstimo no banco, plantava e depois tinha que pagar de novo” (Entrevista nº 10).

Essa visão de que a situação anterior era ainda mais crítica também se faz presente na fala de outro entrevistado, trabalhador autônomo:

Achei que melhorou, pois agora, se eu cuidar do que é meu, se eu tenho bastante, não dou ganho pra ninguém, eu quero só pra mim, e os outros loucos de fome lá. [...] No tempo que a gente se criou, a muda de roupa era uma só por causa da pobreza. [...] Hoje acham que está mais difícil. Está mais fácil! Às vezes, passavam de uma safra para outra sem botar um tostão no bolso, porque não tinha venda para aquilo ali. Nós éramos uma família grande, três irmãos, e o papai era um homem pobre. Hoje está muito

mais fácil, só o pessoal está querendo mais ainda, querem mais ainda (Entrevista nº 7).

Os dados retrospectivos do município revelam que essa situação anterior de maior precariedade não está só nas representações das pessoas sobre sua situação de vida, sendo bem reais. Uma observação do IDH³⁸ - Índice de Desenvolvimento Humano é eloqüente no sentido de esclarecer essa percepção, em especial na dimensão da renda.

Tabela 19 - Série histórica do IDH Encruzilhada do Sul/RS

IDH	1970	1980	1991
IDH - Educação	0,484	0,541	0,620
IDH - Renda	0,188	0,690	0,623
IDH - Longevidade	0,545	0,656	0,695
IDH - Municipal	0,406	0,629	0,646

Atlas de Desenvolvimento Humano - Lançado em 1998 - Encruzilhada do Sul/RS

A identidade dos trabalhadores no território, face ao contexto de transformações, foi verificada através do enquadramento em que o próprio entrevistado se colocava ao ser-lhe apresentada uma lista de categorias, abrindo ainda a possibilidade para outra definição. O resultado está na Tabela 20.

Tabela 20 - Identificações auto-atribuídas pelos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS-2005

Identificação	Geral		Vínculo formal		Vínculo precário		Autônomo	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Trabalhador	20	33	13	65	5	25	2	10
Safrista	2	3	0	0	2	10	0	0
Biscateiro	5	8	0	0	5	25	0	0
Desempregado	2	3	0	0	2	10	0	0
Empresário	4	7	0	0	0	0	4	20
Assentado	1	2	0	0	1	5	0	0
Agricultor familiar	10	17	0	0	1	5	9	45
Trabalhador rural	7	12	3	15	0	0	4	20
Empregado	7	12	4	20	2	10	1	5
Outro	2	3	0	0	2	10	0	0
Total	60	100	20	100	20	100	20	100

Fonte: Dinâmicas territoriais – Encruzilhada do Sul – Abril 2005

³⁸ Quanto mais próximo de 1 o valor desse indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região.

Os trabalhadores com vínculo precário identificam-se como safristas, biscateiros ou desempregados, trabalhadores ou empregados; nenhum se identifica como trabalhador rural. Já os trabalhadores com vínculo formal identificam-se majoritariamente como trabalhadores, poucos como empregados ou trabalhadores rurais. Entre os trabalhadores autônomos, há claramente uma identificação como agricultor familiar ou trabalhador rural.

Essas identidades são importantes porque demonstram a forma como os trabalhadores percebem sua inserção na nova organização produtiva, bem como os limites que encontram.

Para os trabalhadores com vínculo precário, fica evidente sua percepção da desigual inserção nessa dinâmica produtiva. Na data das entrevistas, todos os trabalhadores estavam inseridos nesse processo de produção; mesmo assim, 10% dos entrevistados mantinham sua percepção de desempregados.

Certamente, essa representação corresponde à realidade desses trabalhadores, que, mesmo com trabalho, não possuem garantias sequer do recebimento do salário. Relatos dão conta dessas dificuldades e falam da desvinculação dos proprietários da terra com a produção, já que muitos deles moram em outras cidades:

Tem hora que eles marcam pra pagar, mas não pagam. Prometeram de pagar sexta para o sábado. Na sexta para o sábado, ele deu só 50 reais e ficou o resto para a segunda-feira. Segunda-feira, ele só disse que ia pagar terça-feira da semana que vem, e estamos esperando o dinheiro [...]. Carteira, eu nunca assinei. [...] O patrão? A senhora sabe que esse homem tem fazenda lá fora, [...] ele tem casa em Porto Alegre, é um baíta de um ricoço (Entrevista nº 11).

Se, por um lado, os trabalhadores com vínculo formal não se identificam mais com o sistema de onde se originam – a agricultura familiar –, por outro, não assimilaram de todo sua situação de empregados. Ao identificarem-se como trabalhadores, evitam a identificação como empregados, o que pressupõe admitir a perda da sua autonomia e a obediência explícita a determinações de outros.

Já a significativa identificação dos autônomos como agricultores familiares e até como empresários justifica-se, em parte, em razão

do trabalho realizado pelo Movimento dos Pequenos Agricultores e pela Associação de Fruticultores no sentido de formatar uma identidade própria.

A pergunta sobre o lugar que escolheriam, se pudessem, para os filhos morarem é outro indicativo da transformação da identidade territorial. As Tabelas 21 e 22 demonstram que há diferenças significativas com relação aos filhos homens, se comparados com as filhas mulheres.

Tabela 21 – Preferência de local de residência para filhos homens dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS- 2005

Local de residência dos filhos homens: Preferência	Geral		Vínculo formal		Vínculo precário		Autônomo	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Na cidade	19	32	8	40	8	40	3	15
No campo	28	47	7	35	6	30	15	75
Indiferente	13	22	5	25	6	30	2	10
Total	60	100	20	100	20	100	20	100

Fonte: Dinâmicas territoriais – Encruzilhada do Sul – Abril 2005

Dos trabalhadores com vínculo formal e com vínculo precário, 40 % desejam que os filhos homens permaneçam na cidade. Já entre os trabalhadores autônomos, 75% desejam que os filhos permaneçam no campo.

Tabela 22 – Preferência de local de residência para filhas mulheres dos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS- 2005

Local de residência das filhas mulheres: Preferência	Geral		Vínculo formal		Vínculo precário		Autônomo	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Na cidade	24	40	9	45	9	45	6	30
No campo	20	33	7	35	3	15	10	50
Indiferente	16	27	4	20	8	40	4	20
Total	60	100	20	100	20	100	20	100

Fonte: Dinâmicas territoriais – Encruzilhada do Sul – Abril 2005

Com relação às filhas mulheres, entre os trabalhadores com vínculo formal e com vínculo precário, 45% desejam que permaneçam na cidade. Entre os trabalhadores autônomos, 50% desejam que as filhas permaneçam no campo.

A informação complementar está na possibilidade de investimentos em terras ou negócio (que os entrevistados relacionavam espontaneamente à terra), significativa para os três segmentos da seleção. Isso demonstra que a nova situação ainda não está assimilada e que ainda se aspira à propriedade da terra.

Tabela 23 – Aplicação de disponibilidades financeiras, em primeira opção, definidas pelos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS- 2005

Identificação	Geral		Vínculo formal		Vínculo precário		Autônomo	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Melhorar a casa	8	13	2	10	5	25	1	5
Ajudar os filhos a se instalarem	8	13	4	20	1	5	3	15
Ajudar a família	1	2	1	5	0	0	0	0
Colocar dinheiro na poupança	3	5	1	5	1	5	1	5
Comprar terra	18	30	6	30	5	25	7	35
Investir imóveis/casa/negócio	9	15	2	10	2	10	5	25
Pagar dívidas	9	15	1	5	5	25	3	15
Outra	4	7	3	15	1	5	0	0
Total	60	100	20	100	20	100	20	100

Fonte: Dinâmicas territoriais – Encruzilhada do Sul – Abril 2005

Essa observação reforça-se ao analisarmos os dados referentes à Tabela 24, em que se verifica que um percentual significativo dos que, no primeiro momento, não tinham a opção da compra da terra como prioritária apresentam-na como sua segunda opção.

Tabela 24 – Aplicação de disponibilidades financeiras, em segunda opção, definidas pelos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS- 2005

Aplicação de disponibilidades financeiras – 2ª opção	Geral		Vínculo formal		Vínculo precário		Autônomo	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Melhorar a casa	8	13	2	10	5	25	1	5
Comprar um carro	6	10	2	10	2	10	2	10
Ajudar os filhos a se instalarem	10	17	4	20	2	10	4	20
Fazer uma viagem	1	2	0	0	0	0	1	5
Ajudar a família	1	2	0	0	1	5	0	0
Colocar dinheiro na poupança	7	12	1	5	6	30	0	0
Comprar terra	8	13	2	10	1	5	5	25
Comprar imóveis/casa/negócio	13	22	8	40	1	5	4	20
Pagar dívidas	3	5	1	5	1	5	1	5
Outra	3	5	0	0	1	5	2	10
Total	60	100	20	100	20	100	20	100

Fonte: Dinâmicas territoriais – Encruzilhada do Sul – Abril 2005

Relacionando os dados da Tabela 24 com dados anteriores, em que 70% dos trabalhadores autônomos desejam que seus filhos homens fiquem no campo, com a segunda opção para aplicar possíveis disponibilidades financeiras, em especial comprar terra (25%), ajudar os filhos a se instalarem (20%) e comprar imóveis/ casa/ negócio (20%), evidencia-se o futuro desejado.

A participação em eventos culturais que reforçam a identidade agro-pastoril do território, como rodeios crioulos, festas campeiras e o Festival da Ovelha, é bastante representativa entre todos os trabalhadores, se levarmos em conta que são festas em que se exige disponibilidade financeira. Mesmo entre os trabalhadores com vínculo precário, em que 85% têm renda de até dois salários mínimos, o percentual de participação é de 64% .

Tabela 25 – Participação de trabalhadores nos rodeios crioulos e Festivais da Ovelha por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS- 2005

Identificação	Geral		Vínculo formal		Vínculo precário		Autônomo	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Sempre	25	42	9	45	6	32	10	50
Às vezes	20	34	7	35	6	32	7	35
Nunca	14	24	4	20	7	37	3	15
Total	59	100	20	100	19	100	20	100

Fonte: Dinâmicas territoriais – Encruzilhada do Sul – Abril 2005

São nessas festas populares, por excelência, que as identidades territoriais são reafirmadas pela demonstração de habilidades campeiras, que já não fazem sentido do ponto de vista funcional para muitas das novas atividades, mas que cumprem o papel de manter vivo, ao menos simbolicamente, um modo de organização das relações no território.

4.4 Dinâmicas ambientais

Na dimensão ambiental, a variável práticas ambientais é analisada a partir de um conjunto de práticas cotidianas que satisfaçam as

necessidades humanas, melhorando a qualidade de vida, reduzindo os impactos ecológicos e a exploração intensa e exaustiva dos recursos naturais.

Para os três tipos de vínculo com o trabalho nas novas atividades da seleção, o indicador utilizado baseou-se na separação do lixo orgânico e do lixo reciclável e no destino dado ao lixo. Os percentuais relacionam-se com o total de referências entre os entrevistados por tipo de vínculo, e não ao total de referências da seleção de entrevistados.

Tabela 26 – Separação do lixo pelos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho em Encruzilhada do Sul/RS- 2005

Separação do lixo	Geral		Vínculo formal		Vínculo precário		Autônomo	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Sempre	36	60	11	55	10	50	15	75
Às vezes	8	13	3	15	3	15	2	10
Nunca	16	27	6	30	7	35	3	15
Total	60	100	20	100	20	100	20	100

Fonte: Dinâmicas territoriais – Encruzilhada do Sul – Abril 2005

Com relação à separação do lixo, observa-se que, entre os trabalhadores autônomos, há uma preponderância nessa prática. Um dos entrevistados refere essa nova consciência:

A gente, quando plantava milho e adubava as terras, tinha facilidade para adubação, era mais barato tudo, a gente jogava o saco do adubo na terra, no campo, e passava o arado e enterrava. Passavam-se dois, três anos, a gente ia lavrar a mesma área, o saco de adubo voltava inteiro de novo. Então, daí para a frente, a gente começou a se conscientizar, pensar no que fazer com esse saco de adubo para ele não ficar incomodando lá na terra. Se der o acaso de um saco de adubo ficar debaixo do chão, a gente planta um pé de milho, uma coisa em cima, não vai produzir porque ele está isolando a planta (Entrevista nº 8).

Tabela 27 – Destino do lixo informado pelos trabalhadores por tipo de vínculo no mercado de trabalho no município de Encruzilhada do Sul/RS- 2005

Destino do lixo	Geral		Vínculo formal		Vínculo precário		Autônomo	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Coletado só pela Prefeitura	9	15,0	6	30,0	3	15,0	0	0,0
Parte Prefeitura/Parte catadores	31	51,7	14	70,0	13	65,0	4	20,0
Queimado			3	15,0	6	30,0	11	55,0
Enterrado			0	0,0	2	10,0	10	50,0
Compostagem/Venda	13	21,7	3	15,0	2	10,0	8	40,0

Fonte: Dinâmicas territoriais – Encruzilhada do Sul – Abril 2005

A Tabela 27 reflete a preocupação com o destino dado ao lixo. Apesar do trabalho adicional, há quatro registros de trabalhadores autônomos, moradores do meio rural, que recolhem o lixo reciclável e o trazem em sacos para a área urbana, entregando-o aos catadores. Essa prática já havia sido observada durante o trabalho de campo, não só nas propriedades, mas também na chegada dos ônibus provenientes do interior do município, na descarga de bagagens. Parte desse material é vendida para reciclagem, em especial as latas de alumínio.

Outra observação do trabalho de campo nesse aspecto diz respeito ao aproveitamento de materiais recicláveis: latas servem para acondicionar alimentos, vidros são usados para embalar o mel, e garrafas PET são utilizadas para engarrafar sementes, armazenar feijão, congelar leite, como embalagem de mudas e como proteção de plantas contra formigas. A armazenagem do feijão dessa forma é apontada como a mais segura para evitar o ataque de pragas, principalmente insetos, como o gorgulho. O uso de garrafas PET cortadas como argolas e colocadas nos caules para proteção contra formigas pode incluir o uso de uma barreira de lã na parte superior e é considerada infalível.

Para estes trabalhadores que mantêm o vínculo com a produção agrícola autônoma foram incluídas questões que revelam a forma de uso da terra como as práticas agrícolas, preservação de recursos naturais, separação e destino do lixo, uso de defensivos, produção e adubação orgânica

O registro, entre esses trabalhadores, para estas questões, está assim representado: 80% referem proteger os mananciais e usar adubação orgânica, 65% trabalham com produção orgânica, 55% utilizam sementes crioulas e 40% referem o uso da compostagem. No cômputo desses dados, foram agrupadas as referências “sempre” com as referências “às vezes”. Por outro lado, 55% referiram usar algum tipo de defensivo agrícola e 45% ainda usam lenha da mata nativa para consumo em algum momento.

No entanto, já se pode dizer que, entre esses trabalhadores, há preocupação ambiental, como demonstra um dos nossos entrevistados, um agricultor de 71 anos, falando sobre o desmatamento:

Depois que as pessoas estudadas, graças a Deus que existem, começaram a nos explicar. Escuro, a gente começou no escuro, vou lhe dizer assim. Pensávamos que não ia fazer falta quando terminasse, mas como não vão fazer falta? De tanto explicarem e pisarem em cima da gente, enxergamos aquilo ali, que nós temos compromisso, temos obrigação de cuidar a natureza. Às vezes, os vizinhos estão cortando. Eu estou sentindo, me corta os meus olhos de a gente não atacar. Lá é propriedade dele, está certo, "é minha árvore". É tua, mas faz falta pra mim aqui também, eu não faço isso para o outro. Aquilo que é meu é meu e é de todos, é nosso (Entrevista nº 7).

O Departamento de Meio Ambiente Municipal foi criado em 1999, junto à Secretaria de Agropecuária e Abastecimento. Desde 2001, funciona o Conselho Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, ligado à Secretaria de Saúde. No mesmo ano, foi criado o Fundo Municipal de Proteção ao Meio Ambiente.

O diagnóstico do Programa Municipal de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – PMDLIS – informa que o Departamento vem atuando junto ao CONDIMA (Conselho dos Dirigentes Municipais de Meio Ambiente), FAMURS, Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã e do Baixo Jacuí, Comissão Provisória do Plano Diretor e Conselho Municipal de Meio Ambiente. Ele vem agregando forças com ONGs e instituições interessadas em colaborar de alguma forma, como é caso da EMATER local, PATRAM de Cachoeira, CORSAN, o GEMA (Grupo Encruzilhadense pelo Meio Ambiente), Associação Ambiental do Médio Camaquã e TANAC – TANAGRO, entre outras.

Entre os projetos constantes no relatório do PMDLIS, encontram-se os seguintes, sobre os quais não houve aprofundamento da pesquisa.

- a. Recuperação e Remediação Ambiental da Localidade do Moinho do Corvo, Depósito de Lixo Urbano - em andamento desde dezembro de 2001, aprovado pela FEPAM o projeto em cumprimento à notificação do IBAMA, nº. 14251-D, com administração da Prefeitura.
- b. Implantação de uma Área de Proteção Ambiental da Serra do Sudeste e do Rio Camaquã - projeto pronto para envio ao

Ministério do Meio Ambiente para financiamento do FNMA, de 34 mil ha., já passou na análise preliminar do ministério e será remetido em breve com as devidas alterações sugeridas pelo órgão ambiental.

- c. Unidade de extração e produção de Tanino e Acácia Negra de forma auto-sustentável – aguardando resposta do Ministério de Agropecuária e Abastecimento do projeto de Desenvolvimento da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul, através da viabilização de uma unidade a ser implantada no município.
- d. Projeto de Saneamento Básico para a comunidade da Vila Alto Alegre - pleiteando financiamento do FUNDURBANO e junto ao Comitê de Gerenciamento Hidrográfico do Baixo Jacuí para incluí-lo em linha de crédito para saneamento paralelamente.
- e. Parque Estadual do Podocarpus - projeto que caducou, visava à desapropriação das propriedades rurais localizadas no parque de mesmo nome nesse município, com uma área de 2.100 ha, criado por decreto lei de 12/03/1975, Nº. 23798, incluído na área destinada à APA da Serra do Sudeste e do Rio Camaquã.

No ano de 2002³⁹, por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente, diversas entidades com atuação no município participaram de uma feira de divulgação onde foram apresentados diversos projetos, como, por exemplo: método de plantio direto na palha, produção de hortaliças sem agrotóxico, aproveitamento de dejetos suínos como adubo e dejetos de aves no minhocário e adubação, danos causados pela chuva em áreas sem cobertura vegetal, proteção e drenagem de fontes, artesanato com material reciclável, entre outros.

O mesmo evento, em 2003⁴⁰, apresentou como novidades o trabalho de uma moradora do meio rural com plantas medicinais (comercializadas com a marca “Chá da Vovó”) e uma pesquisa realizada pelos

³⁹ *Jornal do Sudeste*, 06/06/2002, capa.

⁴⁰ *Idem*, 12/06/2003, p. 12.

alunos de uma escola sobre a separação e destino do lixo na área urbana. Relevante com relação a este último projeto é o dado de que 60% dos entrevistados na área urbana nem sequer sabiam o dia da coleta de lixo.

Em 2005, foi concluído um estudo pelo município para discussão de um projeto de desenvolvimento sustentável. Esse trabalho, intitulado Programa Municipal de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, foi realizado em conjunto com o SEBRAE e as entidades locais. Alguns dos dados constantes na parte de diagnóstico foram apresentados neste estudo.

4.5 Síntese da situação de inserção atual dos trabalhadores nas novas dinâmicas

Apresentados os dados de campo, busca-se agora fazer uma breve síntese do modo como os trabalhadores, de acordo com o tipo de vínculo, se inserem nas novas dinâmicas territoriais, acentuando características que predominam. Apesar do risco de certo reducionismo, é uma técnica que permite visualizar as chances de vida.

Os trabalhadores com vínculo precário apresentam um certo equilíbrio na sua distribuição quanto ao sexo: 70% são solteiros ou separados, 60% têm até 40 anos, suas residências apresentam condições precárias; apenas 15 % possuem carro ou moto; 65% têm celular; a renda familiar é de até dois salários mínimos (85%); e a alimentação é adquirida em armazéns ou supermercados (95%).

A percepção sobre a qualidade de vida predominante é de “continua na mesma” (45%), sendo que 10% considera que piorou. A nota dada para o nível de qualidade de vida familiar apresenta-se da seguinte forma: 55% atribuem nota de 01 a 05 na escala de 01 a 10. Ainda assim, a percepção sobre a renda é positiva entre esses trabalhadores, pois 55% apontam que o nível melhorou e 20% dizem que continua igual.

Relativamente à saúde, 85% vão ao médico quando necessário, 75% recebem visita de agente de saúde e 70% só vão ao dentista em casos graves ou nunca. Esses espelham a realidade do Sistema Universal de Saúde – SUS, em que não se coloca atendimento odontológico à disposição dos usuários.

A identificação dos trabalhadores relaciona-se à categoria de safristas, biscateiros ou desempregados (45%). São esses os trabalhadores que manifestam o menor desejo de retorno dos filhos à vida no campo ou de compra de terras, sendo também os que menos freqüentam as festas campeiras (o que pode estar relacionado à renda). Da mesma forma, com relação às práticas ambientais, são os que menos separam o lixo orgânico do reciclável.

Não é possível avaliar a questão da preservação dos mananciais com relação aos trabalhadores com vínculo precário porque, embora os córregos próximos aos seus locais de moradia estejam totalmente poluídos pelo esgoto cloacal e por objetos descartados, essa é uma prática que atinge toda a cidade. O sistema de esgoto não possui tratamento, e os dejetos, mesmo canalizados, são jogados nos cursos de água.

Figura 14 – Esgoto canalizado jogado na sanga



Fonte: Fotografias registradas durante o trabalho em campo, fevereiro de 2005.

Os trabalhadores entrevistados com vínculo de trabalho formal são todos do sexo masculino (não foi possível, no trabalho de coleta de dados, identificar mulheres com carteira assinada, embora possivelmente haja essa

situação): 85% são casados, 75% têm até 40 anos, 75% moram em imóvel próprio, 50% possuem carro ou moto, todos possuem celular, 60% têm renda familiar de até três salários mínimos e a alimentação é adquirida em armazéns ou supermercados (95%).

A percepção sobre a qualidade de vida predominante é de que melhorou (65%). A nota atribuída para o nível de qualidade de vida familiar é de 85% acima da nota 05 na escala de 01 a 10. A percepção sobre a renda registra que 60% apontam como melhor e 35% que continua na mesma.

Relativamente à saúde desses trabalhadores, 80% vão ao médico quando necessário, 60% recebem visita de agente de saúde e 60% vão ao dentista preventivamente ou quando precisam (as empresas reflorestadoras mantêm serviço odontológico para os trabalhadores com carteira assinada).

A identificação desses trabalhadores relaciona-se à categoria de trabalhador (65%). Eles estão na posição intermediária entre os três tipos de vínculo com o trabalho nas novas atividades analisados com relação ao desejo de retorno dos filhos à vida no campo ou de compra de terras. Setenta e cinco por cento freqüentam sempre ou às vezes as festas campeiras. Nas práticas ambientais, 65% separam o lixo sempre ou às vezes.

Por fim, os trabalhadores autônomos que optaram por diversificação inovadora no processo produtivo são majoritariamente homens (75%), casados (95%), 30% têm de 21 a 40 anos, 30% têm de 41 a 50 anos e 50% declararam renda familiar acima de três salários mínimos. Esse aspecto é relevante porque os trabalhadores autônomos não contabilizam na renda os produtos consumidos pela família, como ovos, carne, frutas, peixe, mel, verduras, leite, etc., produzidos na propriedade, incluindo apenas o que vendem.

Moram no meio rural (80%). São proprietários ou trabalham em área cedida pela família (75%). No aspecto da saúde, 85% vão ao médico e 85% recebem visita de agente de saúde. Relativamente à saúde odontológica, são os que apresentam o melhor desempenho: 60%

freqüentam dentista regular e preventivamente, talvez porque o Sindicato dos Trabalhadores Rurais mantém esse serviço já há alguns anos.

A percepção predominante sobre a qualidade de vida é de melhora (65%). A nota atribuída para o nível de qualidade de vida familiar é de 60% acima da nota 05 na escala de 01 a 10, abaixo da nota do trabalhador com vínculo formal. A percepção sobre a renda registra que 60% a apontam como melhor e que 35% pensam que continua igual, o que corresponde à percepção registrada entre os trabalhadores com vínculo formal.

Com relação à identidade, 45% dos trabalhadores autônomos se identificam como agricultores familiares e 20% como trabalhadores rurais, vinculando sua identidade à terra, assim como sua descendência: 75% desejam que os filhos homens permaneçam no campo, enquanto 50% demonstram o mesmo em relação às filhas mulheres. É entre esses trabalhadores que aparecem os maiores percentuais de aplicação de disponibilidades financeiras em compra de terra e de participação em festas campeiras. Nas práticas ambientais, também apresentaram o maior percentual de separação de lixo, utilização de técnicas de conservação e referências à preservação ambiental.

De forma bastante sintética, esse é o perfil dos trabalhadores em cada um dos tipos de vínculo com o trabalho nas novas atividades. No próximo capítulo, trabalha-se com a ambivalência, gerada a partir da inserção nas novas atividades, entre novos e velhos paradigmas nas relações sociais e econômicas.

5 A ambivalência na construção de identidades a partir da inserção dos trabalhadores nas novas atividades

Este capítulo apresenta o paradoxo da reconstrução de uma identidade territorial, por parte dos trabalhadores, a partir do tipo de vínculo que determina a sua inserção nas novas atividades. Consideram-se os significados atribuídos pelos sujeitos à realidade em transformação e o papel que desempenham, que são, não raro, dissonantes entre si e entre valores até então predominantes.

5.1 Entre a tradição e o futuro

Os discursos governamentais têm apresentado uma lógica no que se refere às questões de desenvolvimento. Dela depreende-se que o estímulo a novas atividades – seja pelo financiamento público, seja via incentivos fiscais ou pela facilitação na implantação de unidades de grandes empresas – por si só gera oportunidades para as pessoas e que os gestores de políticas públicas cumprem sua função quando obtêm sucesso na atração de investimentos.

Implícita nesses discursos, há uma pressuposição de que, estando as modernas relações capitalistas presentes nesse contexto, aliadas a novos métodos de controle social dos recursos públicos, os empreendimentos se apresentariam esterilizados de antigas práticas e discursos de cunho tradicional, propiciando o desenvolvimento para todos com a conseqüente emergência de um novo território. Admitindo-se esses pressupostos, admite-se também que as transformações seriam verificáveis no cotidiano das novas

atividades através das relações estabelecidas entre os diferentes atores sociais, indicando a transição entre a identidade territorial vigente até então e os novos valores que, em tese, estariam disputando afirmação.

A análise, a partir da inserção dos trabalhadores nesse contexto em transformação, ao levar em consideração as relações de dominação e o processo de conexão de sentido das práticas e dos discursos entre o estágio atual e o anterior, ilumina os processos sociais resultantes. Ela indica a natureza e a direção das dinâmicas territoriais e as condições em que se redefinem os papéis e a representação social resultantes dessa inserção.

O trabalhador formal, hoje ocupado majoritariamente com o reflorestamento, mantém parte da sua identidade, consubstanciada no seu vínculo com a terra, ainda que pelo trabalho apenas. Esse trabalhador possui relativo acesso a bens de consumo, está na faixa de renda familiar de até três salários mínimos, mora em casa própria e, apesar da jornada de trabalho extensa e exigente, percebe a sua vida como melhor do que antes.

Do ponto de vista econômico, nessa etapa das transformações territoriais, esse trabalhador insere-se no processo em condições que, se não lhe trazem vantagens, também não representam perdas significativas. Antes, baseava seu lugar no mundo a partir do vínculo na posse e uso da terra, com todas as dificuldades inerentes à subsistência dos pequenos agricultores. Hoje, se, por um lado, perdeu parte de sua autonomia ao sujeitar-se a um vínculo de trabalho formal, por outro, compensou essa perda com uma renda certa, sem os inconvenientes da sazonalidade da renda agrícola.

A representação social inclui múltiplas construções de sentido, em diferentes dimensões, não só na econômica. E é a partir dessa visão que se observa a reconstrução identitária desse trabalhador. Ao informar como primeira opção para aplicação de uma possível disponibilidade financeira a compra de terras, assim como sua ativa participação em festas que resgatam a cultura tradicional, fica evidente que aspira a uma condição já perdida, a de proprietário de terras.

O dado relevante para esse segmento constitui-se dos indícios de que, na atividade de reflorestamento, há um processo de transição do vínculo

de trabalho formal para o vínculo de trabalho cooperativado, que representa a nova faceta da precarização do trabalho no território. Conforme os dados recolhidos em campo, dos trabalhadores pesquisados que estavam na situação de vínculo precário, já estão trabalhando nessas condições 25% dos entrevistados. Em outras palavras, em cada quatro trabalhadores pesquisados cujo vínculo era precário, um está na atividade de reflorestamento, que hoje é a principal fonte do trabalho formal nas novas atividades implantadas no território.

Essa reorganização na distribuição de vagas, que as transfere do trabalho formal para as cooperativas, repõe aos trabalhadores condições cuja lógica de funcionamento é, na sua essência, patrimonialista. Os antigos empreiteiros da década de 80 transmutaram-se em dirigentes das cooperativas, mas a responsabilidade sobre as condições de trabalho diluiu-se pelos princípios auto-gestionários desse tipo de organização.

Dessa forma, a adoção desse tipo de vínculo, através das cooperativas, só é realizada nos aspectos que interessam às empresas e aos grupos que a elas se vinculam, como os empreiteiros e empresas que são contratadas como terceirizadas. A contratação depende da indicação de uma pessoa influente e do comportamento do trabalhador: registros de ingresso na justiça do trabalho ou acordo com patrões anteriores, via advogado do sindicato, são fatores impeditivos de participação na cooperativa.

Esse mecanismo tem impacto no campo prático e no campo simbólico: ao contratar trabalhadores que ainda dependem de indicação em condições de absoluta precariedade e sem direito algum, a informação dada aos integrantes do território é de que se mantém a rede de influências locais e que a organização social vigente é a mesma desde sempre, mas agora sem a possibilidade de contestação legal. Assim, está sendo retomada a organização do trabalho anterior, para essa atividade, com pequenas alterações: crianças não são admitidas, não há mais fornecimento de alimentação e cuidados com a saúde não são assumidos pela empresa, mas sim pelo poder público, que deve providenciar a estrutura de atendimento, pois o dia não trabalhado na cooperativa não é pago. Essas alterações são adequadas aos interesses dos proprietários e das empresas: há oferta de trabalhadores muito acima da demanda, não havendo mais necessidade de “segurar” o trabalhador pela comida.

Os trabalhadores com vínculo precário que possuem mais anos de escolarização são egressos do meio rural ou filhos de agricultores que se deslocaram para a cidade no primeiro ciclo de reflorestamento. São, na sua maioria, mulheres que vivem com até dois salários mínimos de renda familiar. Moram em situação irregular e possuem baixo acesso a bens de consumo. Sua percepção de inserção no processo é de uma negação de identidade no trabalho, identificando-se como biscateiros, desempregados e safristas. São os trabalhadores contratados por dia diretamente pelos proprietários ou através de cooperativas. Estão nas lavouras de melancia, nos pomares de maçã ou pêsego durante a safra; no caso dos homens, são encontrados nas atividades mais penosas e menos qualificadas do reflorestamento.

Para esses trabalhadores, apesar de eles reproduzirem o discurso governamental sobre o desenvolvimento do município, as novas atividades representam a mesma inserção anterior nas suas características fundamentais: ainda dependem das relações com quem tem a propriedade ou seus prepostos e continuam “changuendo”⁴¹ a própria sobrevivência.

O aspecto que apresenta uma aparente conotação de sentido diferenciada situa-se no campo das relações políticas, o que foi observado durante o período da campanha eleitoral municipal, sobre o qual já se referiu em capítulo anterior, mas que é aqui resgatado no sentido de exemplificar esse argumento. No período eleitoral, as vilas em que moram esses trabalhadores eram “visitadas” pelo menos uma vez ao dia pelos cabos eleitorais dos dois partidos que polarizavam a campanha à Prefeitura. Em cada casa, ao lado da janela, eram guardadas duas bandeiras, uma de cada candidato e, pelo lado de fora, havia um prego à espera de uma delas. Quando o carro do cabo eleitoral entrava na vila, as crianças davam o alarme, e as bandeiras respectivas eram colocadas no prego, bem à vista.

Questionados sobre esse procedimento, os trabalhadores informavam que buscavam garantir futuros benefícios, como a legalização das áreas invadidas, possíveis doações de materiais de construção ou de cestas básicas. No aspecto moral, defendiam-se informando que procediam com os

⁴¹ A changa se constituía no serviço avulso prestado pelos gaúchos pobres aos fazendeiros abastados em tempos idos, como os carretos e biscates. O termo é usado como denominação de trabalho de pouca duração e de pouca importância que rende o suficiente para “comer”.

políticos da mesma forma que os políticos procediam com eles: apenas os procuravam quando precisavam, esquecendo-os depois.

Essa é uma prática que aparentemente destoa do comportamento político vigente no patrimonialismo, ou seja, de fidelidade à camada que domina. Presume-se que houve uma reflexão racional sobre o desempenho dos políticos e uma tomada de decisão que representaria, de certa maneira, um protesto contra as práticas desse grupo.

No entanto, esse comportamento se deve a dois fatores: primeiro, a residência em meio urbano desloca o vínculo com um único proprietário para várias pessoas influentes; segundo, a essência da representação social sobre a função pública mantém-se pela percepção de que é o acesso a possíveis privilégios que justifica a fidelidade a um candidato. É principalmente pela segunda razão que se pode afirmar que o patrimonialismo não está sendo contestado nessa estratégia; ao contrário, reforça-se nas suas características mais relevantes. Ao simular-se apoio a mais de um candidato, busca-se ampliar o leque de possibilidades de favores.

Outro aspecto importante com referência a esses trabalhadores aparece quando se compara a sua situação com a dos outros dois tipos de vínculos com o trabalho analisados. O trabalhador precário de hoje foi o trabalhador precário de ontem do meio rural, que migrou na década de 80 no primeiro ciclo de acacicultura porque não tinha a posse da terra ou porque esta era insuficiente para a manutenção da família, sendo, na maioria, agregados.

A hipótese que pressupõe que as práticas artesanais, inovadoras e endógenas, pelas suas características de posse e uso da terra, apresentariam uma tendência a produzir um impacto mais positivo na sustentabilidade econômica, social e ambiental do território confirmou-se, embora com ressalvas.

Os trabalhadores autônomos estão inseridos num processo de diversificação e ampliação das oportunidades de vida. Mantêm os laços familiares, colocam-se na melhor faixa de renda familiar e, conseqüentemente, têm melhor acesso a bens de consumo, apresentam algum nível de consciência ecológica, possuem uma identidade vinculada ao seu trabalho e

estão em melhores condições de acesso à saúde. No entanto, porque há esse contexto patrimonialista vigente, do qual esses trabalhadores também fazem parte, a sua influência não se expande a ponto de conflituarem a organização social atual. A gestão de recursos e a relação com o poder público, mesmo para esse grupo, mantêm-se mediadas por uma estrutura de dominação tradicional.

5.2 As novas versões das velhas relações patrimonialistas

É pela compreensão sociológica dos modernos mecanismos de instrumentalização da dominação que se busca explicar a persistência do patrimonialismo, que se atualiza e se retroalimenta continuamente.

A camada estamental referida por Faoro em sua obra e representada por setores influentes junto ao poder público estabelece estratégias para a apropriação das oportunidades, e, ainda que existam novos mecanismos de controle social dos recursos públicos, como o Conselho de Desenvolvimento Rural, permanece a indistinção entre a esfera pública e a privada. Essas estratégias, porém, não se apresentam da mesma maneira ao longo do tempo. Elas são distintas em cada mudança do paradigma produtivo no território, adequando-se conforme as circunstâncias, o momento político e econômico e os instrumentos de tomada de decisão. O que há em comum em todos os processos é a reconstrução do espaço contestado, que se dá sempre em dois níveis: na vida prática e no campo simbólico.

Foi assim na primeira disputa sobre a posse e uso da terra, nos anos 60, com o conflito do Faxinal e o movimento que culminou com a criação do MASTER, em que a reação prática dos proprietários rurais foi, no campo simbólico, o princípio da sua organização formal institucional para defesa dos interesses dessa camada e, em termos materiais, a construção da sede dessa associação de classe em terreno doado pelo poder público. O apoio dos fazendeiros e mandatários locais ao golpe de 1964 proporcionou uma trégua na contestação ao seu poder, além de reforçar sua liderança política, ajudada

pela ditadura, que sufocava os movimentos que demandavam alteração na estrutura fundiária.

Nos anos 80, quando houve o primeiro ciclo de acacicultura, a aliança dessa camada com as grandes empresas de reflorestamento através do arrendamento de suas terras colocou em torno de 4.000 pessoas em condições análogas às da escravidão, sob o seu beneplácito silêncio. O aspecto significativo dessa aliança é que as empresas, em tese, inseridas dentro de uma lógica capitalista industrial, de âmbito internacional, já se instalaram nesse território sob a lógica patrimonialista e perfeitamente adaptadas ao capitalismo politicamente orientado.

O aparente paradoxo dessa posição não se sustenta. A exploração de recursos naturais e o avanço de atividades que impactam fortemente o meio ambiente, por parte dos grandes capitais internacionais, têm sido registrados em territórios fragilizados econômica e socialmente. A precária fiscalização e a complacência da camada dirigente local é um convite à exploração consentida. Se a esse fato aliam-se benefícios fiscais, programas de financiamento público e incentivo às atividades, mão-de-obra barata e terras férteis, a presença desses capitais adaptados à cultura local é apenas consequência.

A metade sul do Rio Grande do Sul atende, em grande parte, a esses requisitos, registrando-se poucos questionamentos desse modelo de desenvolvimento territorial, quase sempre por parte dos ambientalistas e com foco bem específico. Os discursos, desde a década de 80 até os dias atuais, construídos pelo poder público em conjunto com a AGEFLOR e os proprietários de terra, promovem não só a defesa das atividades dessas empresas, mas também a manutenção e ampliação de benefícios fiscais, fomentando uma representação social de que esse é o único caminho possível para o desenvolvimento.

Em Encruzilhada do Sul, a primeira atuação significativa do Ministério do Trabalho na década de 80 contestou a dominação dos proprietários em duas frentes distintas: a primeira, no campo simbólico, quando a lei protegeu os trabalhadores, retirando parte da autoridade da elite local e transferindo-a ao Estado; a segunda, no campo econômico, forçando as

empresas a mudarem as relações de trabalho e, por conseguinte, a forma de acesso para a exploração da terra, o que reduziu drasticamente os arrendamentos, secando a fonte que alimentava o recurso fácil e sem trabalho dos fazendeiros.

No mesmo período, a implantação dos primeiros assentamentos da reforma agrária suscitou reações, representadas pelo fortalecimento do núcleo local da União Democrática Ruralista e o sensível incremento de entidades tradicionalistas. Ambos os movimentos buscaram reafirmar no imaginário a estrutura da organização social. O primeiro, pela manutenção da exclusividade do direito à posse da terra aos que já eram proprietários; o segundo, pela organização de entidades presididas por um “patrão” que tem um corpo de “peões”, transferindo a organização hierárquica da fazenda para o campo cultural, retroalimentando as novas gerações.

É importante que se observe que, embora as relações de dominação sejam objetivadas, ao longo desse processo, por mecanismos de exercício do poder bastante similares, a forma pela qual se validam transmuda-se de acordo com o paradigma vigente, adaptando-se continuamente. Um exemplo claro da adaptabilidade do patrimonialismo, num nível amplo, é a adoção do reflorestamento como uma nova matriz produtiva para o Rio Grande do Sul. Ocorre que, nesse tipo de atividade, a lógica de produção da pecuária extensiva se mantém: o uso da terra, seja arrendando, seja produzindo, não exige maior envolvimento do proprietário, que pode dedicar períodos consideráveis de tempo ao cultivo de sua rede de relações.

Essa adaptabilidade também faz-se presente no nível específico quando se verifica que o trabalho em situação análoga à escravidão nos matos de acácia dos anos 80 foi transmutado em trabalho cooperativado no novo milênio. A deturpação de características fundamentais dos valores do cooperativismo repõe os trabalhadores em sua situação original. Outro exemplo da adaptabilidade é a apropriação econômica das oportunidades no Programa de Incentivo à Fruticultura na Metade Sul, através da inserção direta dos interessados como membros no Conselho de Desenvolvimento Rural, demonstrando a sofisticação que pode atingir o patrimonialismo para sua sobrevivência. Os Conselhos foram idealizados como mecanismos de controle

social da gestão de recursos públicos dos mais democráticos, em que se deveriam construir relações que proporcionassem a aprendizagem para o exercício da cidadania.

A percepção do risco que essa prática de controle social da gestão de recursos públicos representa para as relações tradicionais fez com que esses espaços fossem ocupados pela camada dominante. Observa-se que, nas suas estratégias dentro do Conselho, há, novamente, a dupla reafirmação do patrimonialismo: no campo prático, pelo direcionamento das verbas de acordo com a necessidade da camada que domina; no campo simbólico, pela demonstração da sua influência, que continua sendo decisiva na disputa pelas oportunidades de vida.

Nas dinâmicas mais atuais, o conhecimento é fator importante na manutenção da dominação. No nível local, a adaptabilidade a essa nova exigência é perceptível pelas alianças realizadas pela camada que, conforme afirma Faoro, “imperava, rege e governa”, com os técnicos que dominam as novas tecnologias. A base das alianças é o desempenho de uma função pública com vínculo de subordinação administrativa e política.

Nesse caso, a moeda de troca para o acesso às oportunidades é o conhecimento que permite elaborar os projetos para obter financiamento, domínio da tecnologia para produzir mudas ou fazer funcionar um novo equipamento, enfim, habilidades que a camada dominante não tem ou não deseja aprender. A contrapartida recebida pelos técnicos é a garantia de sua manutenção na função pública, de acesso privilegiado a programas de capacitação na área custeados pelo poder público e a bens e insumos postos à disposição de produtores, já que os técnicos também produzem privadamente, ainda que em escala sem impacto nas atividades dos produtores maiores.

5.3 As possibilidades e os limites de contestação ao patrimonialismo

O resultado da análise sobre o impacto dessas transformações na identidade territorial, a longo prazo, não é alentador. Se, para cada novo processo econômico, houve o correspondente processo no campo simbólico, este teve a função de reorganizar as representações sociais dentro do paradigma patrimonialista, gerando conseqüências.

Esse modo de funcionamento acaba induzindo as conexões de sentido estabelecidas pelos atores sociais a partir de suas possibilidades de inserção nas oportunidades de vida, que se obscurecem para as alternativas com maior sustentabilidade social e econômica no longo prazo, mas que exigem a capacidade de inovação. O futuro, representado pela ampliação das oportunidades, é quase sempre apenas um elemento discursivo compondo uma representação social que não se traduz na prática cotidiana em transformações reais.

A abordagem territorial, exatamente por levar em consideração a complexidade das relações sociais e das formas de apropriação e uso da terra, permite perceber que as representações sociais, no seu processo de reelaboração, produzem modelos mentais baseados numa matriz identitária do território, o que se constituiu em instrumento valioso de compreensão da realidade social. Durkheim e Weber já apontavam esse caminho.

Esse esforço no sentido de um mapeamento preliminar dos processos de transformações territoriais importantes do ponto de vista da sustentabilidade social, econômica e ambiental pretende ser mais uma contribuição para o entendimento de um processo que está se consolidando, com relação ao reflorestamento, de forma célere na metade sul do Rio Grande do Sul, com probabilidade de expansão para quase todo o território gaúcho.

Nesse processo, o poder público nas três esferas e atores sociais locais e exógenos estão tomando decisões sob forte influência de empresas que representam interesses econômicos muito significativos, que dispõem de uma estrutura influente e capaz de produzir discursos que buscam homogeneizar um modelo de funcionamento para o território a partir dos seus

interesses. É lícito inferir, dada a constante reorganização e adaptação das empresas que se transferem para o território, mantendo, restabelecendo ou recriando as relações patrimonialistas, que uma das razões pelas quais se deslocam é exatamente esse substrato cultural.

A realidade encontrada em campo com relação aos três tipos de vínculo com o mercado de trabalho analisados é importante do ponto de vista da definição de políticas públicas. Sabe-se que estão em curso, no Rio Grande do Sul, ações para que sejam ocupados 600 mil hectares com reflorestamento, além de reforço aos programas oficiais de financiamento da fruticultura. Ainda que não se considere a questão ambiental relativa à monocultura extensiva no caso do reflorestamento, o quadro empírico apresenta indícios importantes a serem levados em conta na manutenção dessa opção pelo desenvolvimento territorial, relativizando essa opção como a única possível, que deve ser tratada prioritariamente do ponto de vista dos incentivos fiscais e de fornecimento de infra-estrutura.

O propósito deste estudo foi analisar – a partir de um território que, pelas suas características na posse e uso da terra, é representativo das relações presentes na metade sul do Estado – as condições sob as quais está se reelaborando sua identidade face às transformações que vem sofrendo na sua matriz produtiva. As conclusões deste estudo, exatamente por essas características territoriais, podem ser ampliadas para boa parte dos territórios da metade sul do Estado. Não se vislumbram, a partir dessa forma de organização, possibilidades de que se estabeleçam padrões de desenvolvimento sustentável para o território, em que a inserção dos trabalhadores se concretize a partir de indicadores mais positivos.

Aprofundar a análise dessas transformações territoriais, seja pela inclusão de novos territórios ou ampliação das dimensões de análise, incorporando indicadores como a arrecadação de impostos, o incremento populacional na área periférica urbana, o impacto na saúde das populações, entre outros, a partir da introdução dessas novas atividades, é o desafio que está posto aos pesquisadores dessa temática.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. 1 ed. Porto Alegre/RS: Editora da Universidade – UFRGS, 2003.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2 ed. São Paulo / Campinas/SP: Editora Unicamp e Editora Hucitec, 1998.

ALMEIDA, J. Da Ideologia do Progresso à Idéia do Desenvolvimento (Rural) Sustentável. In ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. **Reconstruindo a Agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2 ed. Porto Alegre/RS: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 1 ed. São Paulo/SP: Boitempo Editorial, 1999.

BERTÊ, A.M.A. Problemas ambientais no Rio Grande do Sul: uma tentativa de aproximação. In VERDUM, R., BASSO, L.A., SUERTEGARAY, D. M. A. (orgs) **Rio Grande do Sul, paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 8 ed. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, Memória e Sociedade, 1989.

CAMPANTE, R.G. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. **Dados**, R.J., v. 46, n.1, 153-193, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php>, ISSN0011-5258>, acesso em 06/01/2005.

CARDOSO, F.H. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. 5 ed. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2003.

CATTANI, A. D. **Trabalho & Autonomia**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

CERQUEIRA, R. C. **Estratégias de Integração Agroindustrial**: os agricultores familiares e a Aracruz Celulose na zona da mata mineira. 1993. 375 f. Dissertação de Mestrado (em Desenvolvimento Agrícola) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

DAHRENDORF, R. **O Conflito Social Moderno:um ensaio sobre a política da liberdade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

DEJOURS, Christophe – **A Banalização da Injustiça Social**.4 ed. Fundação Getulio Vargas Editora, Rio de Janeiro-RJ, 2001.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 11 ed. São Paulo: Nacional, 1984.

DUVEEN, G. O poder das idéias. In Moscovici, S. **Representações Sociais – Investigações em psicologia social**, Introdução. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

ECKERT, C. **Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul:1960-1964**. 1984. 353 f. Dissertação de Mestrado (em Sociologia), UFRJ, 1984.

FAORO, R. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.

FREITAS, G. S. **Evolução da baixa renda no meio rural de Encruzilhada do Sul- RS**. 1998. 91 f. Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Economia:UFRGS,1998.

GEHLEN, I. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social in FERREIRA, A.D.A. e BRANDENBURG, A. org. **Para pensar outra agricultura**.Curitiba: Editora da UFPR,1998.

GUZMÁN, E. S. Origem, evolução e perspectiva do desenvolvimento sustentável. In ALMEIDA, J e NAVARRO, Z, **Reconstruindo a Agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2 ed. Porto Alegre-RS: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil**. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973.

IANNI, O. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARTINS, J.S. **A Sociedade Vista do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

MARTINS, J.S. **Expropriação & Violência (a questão política no campo).** São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, J.S. **Introdução Crítica à Sociologia Rural.** São Paulo: Hucitec, 1981.

MARTINS, J.S. **O Poder do Atraso: Ensaio da Sociologia da História Lenta.** São Paulo: Hucitec, 1994.

MELLO, M. C. I. **O “Bóia-Fria”: acumulação e miséria.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1975.

MESQUITA, Z. Do território à consciência territorial In MESQUITA, Z. e BRANDÃO, C.R. Orgs. **Territórios do Cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências.** Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 1995.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais – Investigações em psicologia social.** Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2003.

NISCHI, M. H. **O MDL e o atendimento aos critérios de elegibilidade e indicadores de sustentabilidade por diferentes atividades florestais.** 2003. 66 f. Dissertação de Doutorado (em Ciência Florestal) Universidade Federal de Viçosa/MG, 2003.

OLIVEN, R. G. **A Polêmica Identidade Gaúcha.** Cadernos de Antropologia, n. 4 . PPGAS, UFRGS, 1992.

PESAVENTO, S. J. **Historia do Rio Grande do Sul.** Mercado Aberto: Porto Alegre, 1984.

PEREIRA, F.C. **A sustentabilidade da agricultura familiar no Vale da Gurguéia – PI:** a construção de novas identidades sócio-profissionais. 2004. 262 f. Tese de Doutorado (em Sociologia). UFRGS, 2004.

RELATÓRIO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL- PMDLIS, Encruzilhada do SUL/RS, 2004. Documento em fase de elaboração consultado durante a pesquisa.

RIBAS, R.P. **As características socioculturais na promoção (ou limitação) de capacitações:** A análise das tradições encruzilhadenses (Encruzilhada do Sul/RS). Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Economia. Porto Alegre, 2004.

RIELLA, A. e ANDRIOLLI, A, El Poder Simbólico de las Gremiales Ganaderos en el Uruguay Contemporáneo. **Sociologias**, v. 6, n. 11, p. 88-125, jan/jun 2004. Porto Alegre/RS: UFRGS, IFCH, 2004

RUSCHEINSKY, A. No Conflito das Interpretações: O Enredo da Sustentabilidade. In RUSCHEINSKY, A. (org) **Sustentabilidade: uma paixão em movimento.** Porto Alegre/RS: Sulina, 2004.

SCHILLING, P. R. **Crise Econômica no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre/RS: Difusão de Cultura Técnica Editora, 1961.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, v. 6, n. 11, p. 88-125, jan/jun 2004. Porto Alegre/RS: UFRGS,IFCH, 2004.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar.** Porto Alegre/RS: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

SHIKI, S. Caminhos Agroecológicos em Assentamentos da Reforma Agrária: Relação Conflituosa entre Atores Sociais e Naturais. In RUSCHEINSKY, A. (org) **Sustentabilidade: uma paixão em movimento.** Porto Alegre/RS: Sulina, 2004.

TORRONTEGUY, T.O.V. **As Origens da Pobreza no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1994.

VIANA, M.B. O eucalipto e os efeitos ambientais do seu plantio em escala. Brasília/DF: [s.n.], 2004. Estudo realizado para a Consultoria Legislativa da Câmara de Deputados.

VIANNA, L.W. Weber e a interpretação do Brasil. Seminário internacional Max Weber na UnB, realizado em Brasília de 22 a 27 de setembro de 1997 Disponível <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv35.htm>>, acesso em 06/01/05.

WEBER, M. **Economia e Sociedade.** 4 ed.São Paulo/SP: Universidade de Brasília, v. 1 e 2, 2004.

APÊNDICE A

Relação de Entrevistas Realizadas

Entrevista nº. 01 – João dos Santos, militante histórico do PTB (17/02/2005).

Entrevista nº. 02 – Dario, militante histórico do PTB (17/02/2005).

Entrevista nº. 03 – Extensionista rural, (12/02/2005).

Entrevista nº. 04 – Célio Miguel e Cleomarina Castro, dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (10/02/2005).

Entrevista nº 05 – Ilo Cassep, empresário de turismo rural (12/02/2005).

Entrevista nº. 06 – Produtor de uva, pêsego e amora e técnico agrícola (09/02/2005).

Entrevista nº. 07 – José Arão de Freitas, agricultor autônomo (11/02/2005).

Entrevista nº. 08 – Ivo Jacob Goldas, agricultor autônomo (11/02/2005).

Entrevista nº. 09 – Acimar, produtor de laranja e trabalhador com vínculo formal (11/02/2005).

Entrevista nº. 10 – Maria Helena, safrista na fruticultura, moradora da Vila do Facão (12/02/2005).

Entrevista nº. 11 – Vera, safrista na fruticultura, moradora da Vila campos Verdes (10/02/2005).

Entrevista nº. 12 – Trabalhador em reflorestamento, com vínculo formal, morador da Vila Paraíso (13/02//2005).

Entrevista nº. 13 – Jeremias, trabalhador em reflorestamento, com vínculo formal, morador da Vila Paraíso (19/02/2005).

Entrevista nº. 14 – Eva, safrista na fruticultura (10/02/2005).

Entrevista nº. 15 – Maria, agricultora, moradora da localidade de Passo do Elias (18/02/2005).

Entrevista nº. 16 – Comprador de melancia (11/02/2005).

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
 INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
 DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

PESQUISA: Dinâmicas Territoriais/Encruzilhada do Sul-RS

Situação do Entrevistado:

- 1- () Trabalhador com vínculo nas novas atividades
 2- () Trabalhadores com vínculo precário em qualquer atividade
 3- () Autônomos envolvidos em iniciativas artesanais

QUESTIONÁRIO

DATA/...../2005

1. IDENTIFICAÇÃO:

- a) Nome: _____ b) Idade: ____ anos c) Sexo: 1 () M 2 () F
 d) Nasceu em: _____ Nº _____ e) Estado: _____ Nº _____
 f) Reside aqui a _____ anos.
 g) Pai nasceu (Município): _____ Nº _____ h) Estado: _____ Nº _____

2. ESCOLARIDADE DO ENTREVISTADO:

- 1 () Analfabeto 6 () Segundo grau incompleto
 2 () Só Alfabetizado 7 () Segundo grau completo
 3 () até 4ª série do 1º grau 8 () Superior incompleto
 4 () Da 5ª à 7ª série, 1º grau 9 () Superior compl. Qual? _____
 5 () Primeiro grau completo 10 () Pós-Graduado. Qual? _____

3. ESTADO CIVIL: 1() Solteiro; 2() Casado / Amigado; 3() Separado; 4() Viúvo.

04. ÁREA TOTAL DA PROPRIEDADE ONDE RESIDE: ____ há (terra) . ____X____(Pátio)

05. MUDOU O LOCAL DE RESIDÊNCIA NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS:

() 1- Da cidade para a zona rural () 2- Da zona rural para a cidade () 3- Não se mudou

06. SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA ATUAL:

- 1 () Proprietário
 2 () Herança
 3 () Usucapião (posse)
 4 () Invasão legalizada
 5 () Invasão não legalizada
 6 () Assentamento Ref. Agrária
 7 () Cedência ____
 8 () Outro. Qual? _____

07 -SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA ANTES DA MUDANÇA:

- 1 () Proprietário
 2 () Herança
 3 () Usucapião (posse)
 4 () Invasão legalizada
 5 () Invasão não legalizada
 6 () Assentamento Ref. Agrária
 7 () Cedência ____
 8 () Outro. Qual? _____

08. OS ALIMENTOS CONSUMIDOS PELA FAMÍLIA (uma só resposta):

- 1 () Provêm quase todos da própria produção
 2 () A maior parte comprados de outros agricultores
 3 () A maior parte comprada em armazém e supermercados

4 () Metade produzida e metade comprada

09. OS ALIMENTOS CONSUMIDOS PELA FAMÍLIA ANTES DA MUDANÇA (refere-se a pergunta 05-uma só resposta):_____

- 1 () Provêm quase todos da própria produção
 2 () A maior parte comprados de outros agricultores
 3 () A maior parte comprada em armazém e supermercados
 4 () Metade produzida e metade comprada

10. NO ÚLTIMO ANO, O SENHOR TRABALHOU (FORA DA SUA PROPRIEDADE- para entrevistados que trabalham na própria terra)?

- 1 () Sim : Atividade _____ Temporários : b) _____ dias/ano ou _____ meses/ano
 2 () Não- Ir para a pergunta 12.

11. O pagamento foi :

- 1 () Em dinheiro (salário) 2 () Em parte da produção 3 () Parte em dinheiro e parte da produção
 4 () Troca de serviço/mutirão 5 () Outra forma.
 Qual? _____

12. Ocupação e uso da terra

Ocupação e uso	Área/Qde	Consumo	Venda	Venda e consumo
1. Horta				
2. Pomar				
3. Açudes para piscicultura				
4. Lavouras				
5. Animais de produção				
6. Apicultura				
7. Reflorestamento				
8. Madeira da Mata nativa				
9. Outra. Qual?				

13- REGISTRO DE PRÁTICAS AMBIENTAIS:

Prática	Sempre	Às vezes	Nunca
1. Separação lixo orgânico/reciclável			
2. Produção orgânica			
3. Sementes crioulas			
4. Compostagem			
5. Preservação dos mananciais			
6. Uso de lenha da mata nativa			
7. Uso de defensivos			
8. Adubação orgânica/Verde			
9. Outra. Qual?			

14. DESTINO DO LIXO:

- 1 () Coletado pela Prefeitura
 2 () Coletado parte pela Prefeitura e parte pelos catadores
 3 () Enterrado 4 () Queimado
 5 () Amontoado no quintal 6 () Reaproveitado: compostado ou venda
 7 () Consumo dos animais
 8 () Outro Qual: _____

15 - TRABALHO, RENDA E ESCOLARIDADE DA FAMÍLIA (INCLUSIVE APOSENTADORIA)

NOME	ESCOLARIDADE	PARENTESCO	ATIVIDADE	VÍNCULO	RENDA (SM OU R\$)

* **Paren** = Cônjuge, Filho (a), Pais, Neto, Outro; ** Última série cursada.
 *** ATIVIDADE - 1 - Trabalha na Terra 2 - Trabalho Doméstico 3 – Aposentado 4 – Indústria
 5 – Serviços 6 – Desempregado 7 - Outra. Qual? _____
 ** Vínculo: (com atividade, Formal ou Informal)

16. O Sr. OU ALGUÉM DA FAMÍLIA (FILHO(A), PAI, IRMÃ(O), ETC) TRABALHOU EM ALGUMA DESTAS CULTURAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS?

Membro	Cultura*	Função	Salário (mês)	Duração (meses)	Vínculo

* 1- Uva 2- Pêssego 3- Melancia 4- Maçã 5- Reflorestamento

17. O SR. AVALIA QUE AS NOVAS CULTURAS (MAÇÃ, PÊSSEGO E UVA) TRAZEM PARA:

	1) Muitos Benefícios	2) Poucos Benefícios	3) Nenhum Benefício	4) Não tem opinião
a) Município				
b) Trabalhadores				
c) Empresas				

18. E COM RELAÇÃO AO REFLORESTAMENTO O SR. AVALIA QUE TRAZEM PARA:

	1) Muitos Benefícios	2) Poucos Benefícios	3) Nenhum Benefício	4) Não tem opinião
a) Município				
b) Trabalhadores				
c) Empresas				

19. O Sr. OU ALGUÉM DA FAMÍLIA (FILHO, PAI, IRMÃO) FEZ CURSO DE CAPACITAÇÃO NOS DOIS ÚLTIMOS ANOS ?

1. () Sim Qual? _____ 2. () Não

20. RECEBE AJUDA (dinheiro, alimentos doação de roupas, remédios) DE ALGUMAS DAS INSTITUIÇÕES ABAIXO NOMINADAS

	1) Sempre	2) De vez em quando	3) Só quando solicita	4) Nunca
a) ONGS				
b) Igrejas				
c) Prefeitura				
d) Associações				
e) Patrão ou empresa				
f) Outra				

21. RECEBEU FINANCIAMENTOS DE BANCOS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS?

	Sim. (Discriminar valor ou tipo)	Não
1) PRONAF		
2) OUTROS FINANCIAMENTOS		

22. NA SUA OPINIÃO, A SITUAÇÃO DA SUA FAMÍLIA COM RELAÇÃO AOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

	a) Qualid. de vida	b) Renda Familiar	c) Vida comunit	d) Trabalho/Ativ	e) Lazer
1). Melhorou					
2) Mesma coisa					
3) Piorou					
4) Não sabe					

23. E, DAQUI A 5 ANOS, O SR. CONSIDERA QUE PARA O SR. E SUA FAMÍLIA:

	a) Qualid.de vida	b) Renda Familiar	c) Vida comunit	d) Trabalho/Ativ	e) Lazer
1) Vai melhorar					
2) Ficará igual					
3) Ficará pior					
4) Não sabe					

24. NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS O SR. MODIFICOU SEU PATRIMÔNIO (menos as benfeitorias)

	a) O Que	b) Área	c) Ano
1) Compra de imóvel			
2) Herdou			
3) Vendeu			
4) Cedeu por herança			
5) Montou negócio próprio (o que)			
6 () Não houve mudança			

25. VAMOS CLASSIFICAR AS PESSOAS QUE VIVEM MELHOR EM ENCRUZILHADA ATUALMENTE NO NÍVEL 10 E AS QUE VIVEM PIOR NO NÍVEL 1 EM QUE NÍVEL O Sr. SE COLOCARIA ENTRE O 1 E O 10 ?
(Circunscrever o número)

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

26. O Sr. ACHA QUE É POSSÍVEL OS TRABALHADORES INFLUENCIAREM NA DEFINIÇÃO DAS NOVAS ATIVIDADES NO MUNICÍPIO?

1 () Sim. Como: _____

2 () Não. 3 () Não sabe.

27. O SR. SE IDENTIFICA MELHOR COMO?

- 1 () Trabalhador 6 () Empresário 11 () Trabalhador rural
 2 () Safrista 7 () Colono 12 () Empregado
 3 () Diarista 8 () Assentado 13 () Outro.Qual _____
 4 () Biscateiro 9 () Fazendeiro
 5 () Desempregado 10 () Agricultor familiar

28. O Sr. PREFERIRIA QUE SEUS FILHOS VIVESSEM

	1) Na cidade	2) No Campo	3) Indiferente
a) Os homens			
b) As mulheres			

29. O Sr. PRATICA ALGUMA FORMA DE AJUDA MÚTUA (ASSOCIATIVISMO) COM OUTROS MORADORES?

1 () Sim: Qual? _____

2 () Não

30. COM RELAÇÃO A SUA SAÚDE E DE SUA FAMÍLIA, NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS:

a) Teve alguma doença 1 Não () 2 () N/S – N/R 3 () Sim Qual _____

b) Foi ao médico 1 Não () 2 () N/S – N/R 3 () Sim Quantas vezes? _____

c) Recebeu visita da Agente Comunitária da Saúde 1 Não () 2 () N/S – N/R 3 (Sim)Quantas vezes?

d) Utilizou medicamentos 1 Não () - Ir para a 31- 2 () N/S – N/R 3 () Sim (Ir para o item E)

e) Procedência () Farmácia Pública () Doação () Compra

31. Em caso de doenças, como são feitos os primeiros atendimentos .

1. () Medicação caseira, chás, etc. ____ 5. () Recorre a um médico

2. () Busca auxílio/orientação de vizinhos 6. () Recorre a um hospital

3. () Recorre direto à farmácia
 4. () Recorre ao posto de saúde
 7. () Consulta benzedor/curandeiro
 8. () Outro. Qual: _____

32. O SR E OS MEMBROS DE SUA FAMÍLIA USAM ATENDIMENTO DENTÁRIO:

- () 1. Regularmente (e preventivamente) () 2. Sempre que tem problema (dor de dente)
 () 3. Raramente, só em casos graves () 4. Nunca

33. DAS SEGUINTESS POSSIBILIDADES, EM QUE ORDEM (ATÉ 3) O Sr. APLICARIA SE TIVESSE ALGUMAS ECONOMIAS?

	1º	2º	3º		1º	2º	3º
1) Melhorar a casa				6) Colocar dinheiro na poupança			
2) Comprar um carro				7) Comprar terra			
3) Ajudar o filhos se instalarem				8) Investir em imóveis/casa			
4) Fazer uma viagem				9) Pagar dívidas			
11) Outra. Qual?							

34. PARA SE INFORMAR A SUA FAMÍLIA PREFERENCIALMENTE:

	1) Sempre	2) De vez em quando	3) Nunca
a) Lê jornais ou revistas			
b) Escuta rádio			
c) Assiste Programas especiais de televisão			
d) Vai às reuniões/palestras			
Outras:			

35. O QUE SUA FAMILIA FAZ QUANDO ESTÁ DESCANSANDO:

	1) Sempre	2) Às Vezes	3) Nunca	4) Não se Aplica
a) Reuniões de amigos				
b) Atividades/Reuniões da Igreja				
c) Bailes				
d) Vão a parques e praças				
e) Festas populares				
g) Visitam parentes distantes				
h) Visitam vizinhos				
i) Ficam em casa				
j) Outras. Quais?				

36. O TIPO E ESTADO GERAL DA CASA É:

- a) Tipo: 1 () Madeira; 2 () Alvenaria; 3 () Mista 4 () Outros _____
 b) Ano de construção da casa: _____
 c) Tamanho: _____ m²
 d) Estado atual: 1 () Bom; 2 () Razoável; 3 () Ruim
 e) Banheiro / WC: 1 () Interno; 2 () Externo; 3 () Não possui
 f) Esgoto cloacal: 1 () Fossa negra; 2 () Sanga / vala; 3 () Rede
 g) Nº. Peças: _____
 h) Nº. Moradores na casa: _____

37. NA CASA HÁ:

- 1 () Água tratada 7 () Refrigerador
 2 () Luz elétrica. 8 () Freezer
 3 () Banheiro. 9 () Antena parabólica
 4 () Automóvel, Ano: _____. 10 () Televisão
 5 () Telefone
 6 () Máquina de lavar roupa

LOCAL DA ENTREVISTA: _____

ENTREVISTADOR: _____

OBSERVAÇÕES :
